

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Setembro de 2007

Área Temática: Biocombustíveis

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Setembro de 2007

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....	8
Biodiesel.....	8
Dedini vende nova usina de biodiesel – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/09/2007.....	8
Revisão no óleo de soja – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 04/09/2007.....	8
Sócio oculto da Brasil Ecodiesel deixa conselho de administração - Graziella Valenti – Valor Econômico – Agronegócios - 14/09/2007.....	8
Etanol.....	9
Campanha vai incentivar uso de etanol no Brasil – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/09/2007.....	9
Petrobrás assina acordo para desenvolver álcool de celulose – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/09/2007.....	10
Cortador de cana assina documentos em branco – Mauricio Simionato – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/09/2007.....	11
SP registra quinta morte de bóia-fria no ano – Juliana Coissi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/09/2007.....	12
NÃO À CANA – Mauro Zafalon – folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 12/09/2007.....	13
Fundo faz aporte na LDC – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 04/09/2007.....	13
Varejista suíço compra biocombustível do PR - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 04/09/2007.....	13
Usinas vão disputar o mercado de distribuição de álcool nos postos - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 05/09/2007.....	14
Dinamarquesa Novozymes investe em etanol celulósico - Humberto Saccomandi – Valor Econômico – Agronegócios - 10/09/2007.....	15
Pesquisadores vão mostrar processo à Petrobras - Risø e Ljungby – Valor Econômico – Agronegócios - 10/09/2007.....	16
Cotações domésticas têm leve valorização – Valor Econômico – Agronegócios - 11/09/2007.....	17
Pernambucana Bioenzima entra na disputa pelo etanol celulósico - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 13/09/2007.....	18
POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS.....	19
Biodiesel.....	19
Federação de Rainha administra verba federal para sem-terra; para MST, líder 'vende ilusão' - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 01/09/2007.....	19
Programa de biodiesel ignora uso do babaçu - Eduardo Nunomura – Estado de São Paulo – Vida & - 02/09/2007.....	19
Brasil já tem mais biodiesel do que precisa - Marcelo Rehder – Economia e Negócios – 02/09/2007.....	21

Produção envolve 91 mil famílias – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/09/2007	23
Crise no Programa de Biodiesel - Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 11/09/2007	24
Estado do Rio pretende ampliar uso de biodiesel – O Globo – Rio – 03/09/2007 ..	26
MDA/MS capacita grupos de trabalho para gestão do biodiesel – Sítio Eletrônico do MDA – 06/09/2007.....	27
Estudo diz que pecuária desmata a Amazônia, e não a soja - Cibelle Bouças e Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 04/09/2007.....	27
Etanol	28
Ministério do Trabalho conhece resultados do Cana Limpa - Agência CNA – 03/09/2007	28
Usineiros querem garantia de preço - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/09/2007	29
O papel do etanol na onda verde mundial - Maurilio Biagi Filho – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/09/2007.....	31
Para Lula, FHC foi 'insensível' a projeto do álcool - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/08/2007	32
Governo cria grupos de trabalho do setor de álcool – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/09/2007.....	33
Plantio de cana avança no Norte do país – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/09/2007.....	34
Sombra sobre o etanol – Antonio Delfim Netto – Folha de São Paulo – Opinião – 05/09/2007	35
Trabalho no corte de cana tem dias contados, diz estudo – Juliana Coissi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/09/2007.....	36
Sem emprego, muitos voltam ao Nordeste - Juliana Coissi e Jucimara de Pauda – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/09/2007.....	38
Usineiros prometem gerar energia - Chico de Gois – O Globo – Economia – 01/09/2007	39
Incra participa de debate sobre etanol em Campos (RJ) – Sítio Eletrônico do MDA – 13/09/2007	39
Comissão de DH debate os problemas dos agrocombustíveis – Sítio Eletrônico do MST – 13/09/2007.....	40
Usineiro discute potencial de co-geração com Lula – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 03/09/2007.....	41
Aquecimento global - Igor Barenboim – Valor Econômico – Opinião - 07/09/2007.	41
Restrição a canaviais em Rondônia é questionada – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 07/09/2007	43
De olho no exterior, Roraima busca impulsionar canaviais - Agência Brasil – Valor Econômico – Agronegócios - 11/09/2007.....	44
Biocombustível não deve substituir petróleo - Maurício Capela – Valor Econômico – Brasil - 13/09/2007	44
Ministro revê travas à cana na Amazônia – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 13/09/2007	45

RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	46
Etanol.....	46
Lula fala de energia com países nórdicos - Lisandra Paraguassú, COPENHAGUE e Vera Rosa, ESTOCOLMO – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/09/2007.....	46
Na Finlândia, nova defesa do etanol – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/09/2007.....	47
Suécia cortará sobretaxa ao álcool brasileiro – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/09/2007.....	48
Lula ataca tarifa da UE para etanol - Vera Rosa – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/09/2007.....	48
EUA rejeitam painel contra subsídio para o milho - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/09/2007.....	50
Na Suécia, estacionamento é grátis para carro flex – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/09/2007.....	51
Presidente anuncia carro feito só de álcool – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/09/2007.....	52
Clube dos países ricos diz que só vê defeitos em biocombustíveis – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/09/2007.....	53
Na Suécia, Lula diz que protecionismo trava biocombustível – Leticia Sander – Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/09/2007.....	54
Brasil vai pedir investigação na OMC contra subsídios dos EUA – folha de São Paulo – Dinheiro – 13/09/2007.....	56
Usina terá tecnologia brasileira – O Globo – Economia – 10/09/2007.....	56
'Etanol de milho não é viável' - Denise Chrispim Marin – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/08/2007.....	57
Lula critica protecionismo a etanol - Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 13/09/2007.....	58
Asiáticos vêm atrás de usinas - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Brasil - 07/09/2007.....	59
Energia domina visita de Lula aos nórdicos - Humberto Saccomandi – Valor Econômico - Brasil - 10/09/2007.....	59
Contrato internacional de álcool sai do papel - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 11/09/2007.....	61
Suécia promete defender etanol brasileiro na UE - Humberto Saccomandi – Valor Econômico – Brasil - 12/09/2007.....	62
Lula dá ênfase ao discurso social para vender etanol na Europa - Humberto Saccomandi – Valor Econômico – Brasil - 13/09/2007.....	63

Segunda Quinzena

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....	64
Biodiesel	64

Palma valorizada – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas - 24/09/2007	64
Movido a girassol – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas - 24/09/2007	64
Abengoa confirma – Valor Econômico – Agroengócios – Coluna Curtas – 27/09/2007.....	64
Brasil Ecodiesel informa – Valor Econômico – Agroengócios – Coluna Curtas – 27/09/2007.....	65
Etanol	65
Bunge compra primeira usina de açúcar e álcool – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/09/2007.....	65
Usinas aderem ao fim das queimadas - Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/09/2007.....	65
Bunge adquire, em MG, 1ª usina de álcool – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/09/2007.....	66
Feira do setor de álcool prevê R\$ 1,6 bi em negócios – Jucimara Pauda e Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/09/2007.....	66
PARA LULA, BIOCOMBUSTÍVEL DARÁ "MUITO FRUTO" NO FUTURO AO PAÍS – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/09/2007.....	68
Queimada em usina mata um trabalhador no PR – José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/09/2007.....	68
PRIMEIRA ETAPA – Alessandra Kianek – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 28/09/2007.....	69
INVESTIMENTOS – Alessandra Kianek – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 28/09/2007.....	69
GERAÇÃO DE ENERGIA – Alessandra Kianek – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 28/09/2007.....	69
Do carvão à cana, a polêmica da exploração – O Globo – Economia – 19/09/2007	69
Bunge compra usina de álcool em Minas Gerais - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Brasil - 18/09/2007.....	71
Aquisição da Bunge em MG envolve projeto 'greenfield' - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 19/09/2007.....	71
De olho no álcool – Valor Econômico – Agronegócios - 19/09/2007.....	72
Usineiros do Brasil já têm lobista nos EUA - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Agronegócios - 20/09/2007.....	72
Novos nomes na atual gestão da Unica - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 20/09/2007.....	73
Estiagem em agosto acelera colheita de cana – Valor Econômico – Agronegócios - 20/09/2007.....	74
Infinity compra outras três unidades de álcool – Valor Econômico – Agronegócios - 25/09/2007.....	75
Contexto – Valor Econômico – Agronegócios - 25/09/2007.....	75
Odebrecht investirá US\$ 1,05 bilhão em três usinas em Goiás - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 26/09/2007.....	76
POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS	77

Biodiesel	77
Adição de biodiesel a combustível pode aumentar - Luiza Damé – O Globo – Economia – 27/09/2007.....	77
SAF/MDA promove a segunda reunião do Selo Combustível Social – Sítio Eletrônico do MDA – 19/09/2007.....	77
Cassel destaca a cadeia do biodiesel – Sítio Eletrônico do MDA - 26/09/2007.....	78
Produtores de biodiesel pedem matéria-prima - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Agronegócios - 27/09/2007.....	80
Aumentam as incertezas no mercado de biodiesel - Cibelle Bouças e Sérgio Bueno – Valor Econômico – Agronegócios - 28/09/2007.....	81
Goiás vai investir R\$ 2 bi para escoar álcool e grão - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 28/09/2007.....	83
Etanol	84
Agroenergia: Mitos e Impactos - Maria Luisa Mendonça e Marluce Melo – Sítio Eletrônico da CPT – 26/09/2007.....	84
Relatório pede moratória na expansão do etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Nacional – 25/09/2007.....	86
Com petróleo a US\$ 83, etanol é inevitável - Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/09/2007.....	86
FOCO DIVERSO 1 – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 18/09/2007.....	88
FOCO DIVERSO 2 – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 18/09/2007.....	88
Lula: 'Não gostaria de ser cortador de cana' - Chico de Góis – O Globo – Economia – 21/09/2007.....	89
Biocombustíveis na berlinda – O Globo – Ciência – 28/09/2007.....	90
Plantio de cana terá incentivo na Amazônia – O Globo – Capa – 28/09/2007.....	91
Especialistas questionam qualidade do etanol - The Economist, de Emeryville, Redwood City e San Carlos – Valor Econômico – Agronegócios - 02/10/2007.....	92
Câmara discute incentivo à energia alternativa - Daniel Rittner – Valor Econômico – Brasil - 20/09/2007.....	94
Cosan antecipa fim das queimadas - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 21/09/2007.....	97
Governo do Rio quer criar 'Fronteira Leste de Biocombustíveis' - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 24/09/2007.....	97
O futuro dos combustíveis automotivos no Brasil - Adriano Pires e Rafael Schechtman – Valor Econômico – Opinião - 28/09/2007.....	98
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	100
Biodiesel	100
MDA apresenta Selo Combustível Social em seminário internacional – Sítio Eletrônico do MDA – 24/09/2007.....	100
Limites da China – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 21/09/2007	100
Etanol	101
Lula em Nova York – Estado de São Paulo - Notas e Informações – 26/09/2007...	101

'O Brasil não abdica da soberania na Amazônia' – Estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007	102
Na ONU, Lula lança cúpula sobre biocombustível e defende etanol - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007	107
Mais uma cidade de Goiás pode limitar o plantio de cana - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/09/2007	108
Europa quer etanol certificado - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/09/2007	109
Itamaraty rebate relator da ONU e diz que etanol traz desenvolvimento - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Nacional – 27/09/2007	110
Bird defende fim das barreiras ao etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/09/2007	111
Marina cobra Stephanes sobre cana - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/09/2007	112
'Ameaça é o efeito dominó' - Andrea Vialli e Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/09/2007	113
Exemplo sueco – Folha de São Paulo – Opinião – 17/09/2007.....	114
Brasil-Escandinávia: parceria ambiciosa – Luiz Inácio Lula da Silva – Solha de São Paulo – Opinião – 19/09/2007	115
"NYT" CRITICA ÁLCOOL DOS EUA E ELOGIA O DO BRASIL – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/09/2007.....	117
Na ONU, Lula anuncia plano para clima e propõe "Rio+20" – Sergio Dávila – Folha de São Paulo – Brasil – 26/09/2007	117
União internacional para soluções locais – Geddel Vieira Lima – Folha de São Paulo – Opinião – 30/09/2007	119
Escandinávia: políticas e negócios marcarão viagem – O Globo – Palntão – 09/09/2007	120
Apetite da China e aposta no etanol contribuem para puxar o reajuste - Gustavo Paul, Patrícia Duarte e Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 16/09/2007.....	122
Lula justifica trabalho no corte da cana – O Globo – CAPA – 18/09/2007.....	123
Bush promete a Lula flexibilizar negociação – O Globo – Capa – 25/09/2007.....	123
Bush chama Lula de evangelizador do etanol – Marília Martins - O Globo – O País – 25/09/2007	123
Lula anuncia na ONU novo plano contra desmatamento – O Globo – Capa – 26/09/2007	125
Lula anuncia plano ambiental – O Globo – O País – 26/09/2007	125
Cubanos em Minas – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 21/09/2007	127
Guiana quer etanol – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 21/09/2007	127
AGU olha estrangeiros – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 21/09/2007	127

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Biodiesel

Dedini vende nova usina de biodiesel – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/09/2007

A Dedini fechou um contrato de R\$ 125 milhões com o fundo Trading Emissions para a venda de uma unidade de produção de biodiesel. O complexo será instalado no município de Porangatu (GO) e terá capacidade para produzir, na primeira etapa, 200 mil toneladas de biodiesel a partir de agosto de 2008. O investimento global do fundo pode chegar a R\$ 256 milhões e elevar a produção para 400 mil toneladas por ano em 2010.

Revisão no óleo de soja – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 04/09/2007

A Abiove (que reúne as indústrias da soja) projeta para 2007 exportações do complexo soja num total de US\$ 11,869 bilhões, ante US\$ 9,283 bilhões em 2006. Na estimativa feita em agosto, a previsão para 2007 era de US\$ 11,837 bilhões. A projeção para embarques de óleo aumentou em US\$ 6 milhões, para US\$ 1,463 bilhão.

Sócio oculto da Brasil Ecodiesel deixa conselho de administração - Graziella Valenti – Valor Econômico – Agronegócios - 14/09/2007

A Brasil Ecodiesel tenta se desfazer do peso que se tornou a existência de um sócio oculto em sua estrutura de controle. A companhia anunciou que o fundo estrangeiro Eco Green LLC reduziu a quantidade de ações que possui na empresa ligadas ao acordo de acionistas. Além disso, esse acionista não mais indicará membros para o conselho de administração.

A única função atual da Eco Green é manter o controle da Brasil Ecodiesel nas mãos de um grupo formado junto com o fundo Zartam Services LLC e o presidente da empresa, Nelson da Silveira. Sozinhos, esses dois sócios não teriam o comando, pois somam apenas 29,5% do capital da companhia.

A Eco Green ainda possui 47,7 milhões de ações da companhia, mas somente 25,8 milhões estarão vinculadas às obrigações do acordo de acionistas. Em relação ao capital total, a fatia comprometida com os demais sócios caiu de 35,8% para 20,4%. Apesar disso, o fundo ainda é o maior representante do grupo controlador.

Há poucos dias, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tornou obrigatório, por meio de uma deliberação, que todas as empresas divulguem a lista de seus acionistas, com mais de 5% do capital total ou de algum espécie de ações, até o nível da pessoa física. Além disso, a autarquia determinou que seja público também quem são as pessoas que, direta ou indiretamente, têm direito a indicar membros para o conselho de administração.

A despeito de ser o maior investidor isolado da empresa, a Eco Green, com o novo trato, não mais elegerá membros no conselho. Antes, tinha direito a indicar sozinha de dois a três conselheiros, dependendo da formação do colegiado - que pode conter um total de cinco a nove representantes. Agora, Silveira e Zartman elegem a maior parte da administração. Caso o conselho tenha cinco membros, cada um escolherá dois e o outro

será deixado para assembléia geral de acionistas decidir. Já se a formação do colegiado alcançar nove componentes, os dois controladores indicarão três pessoas e os demais virão da assembléia.

A decisão da Eco Green de reduzir sua fatia no acordo dos sócios deve-se ao desconforto gerado pela existência de um sócio não revelado. O fundo em questão tem origem numa empresa estrangeira registrada em paraíso fiscal. O mal estar teve origem na suspeita existente no mercado, desde quando listou suas ações no Novo Mercado da Bovespa, de que Daniel Birmann, antigo dono da Ecodiesel estaria por trás do investimento. Tal suspeita nunca foi confirmada. A polêmica, porém, levou a CVM a solicitar que a empresa colocasse no prospecto da oferta pública inicial de ações (IPO) informações sobre esse antigo acionista.

O tema é delicado porque Birmann foi inabilitado pela própria CVM para exercer cargos em companhias abertas após condenação por abuso de poder de controle e descumprimento de deveres de diligência e lealdade, entre outros. No total, são quatro processos administrativos, cujas decisões ainda estão sujeitas a recurso.

Os rumores sobre o investidor da Eco Green surgiram próximos do período de reserva de ações da companhia, em novembro de 2006. As incertezas reduziram em aproximadamente 50% o apetite pelos papéis. Com isso, foram obtidos R\$ 379 milhões com uma emissão primária e nenhum dos sócios pôde vender ações no IPO.

Etanol

Campanha vai incentivar uso de etanol no Brasil – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/09/2007

A União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica) inicia amanhã uma campanha institucional na mídia nacional para incentivar o uso do álcool como combustível no mercado interno.

A campanha publicitária, comandada pela Talent, uma das maiores agências do País, será, de acordo com o conselheiro da Unica, Maurílio Biagi Filho, “uma forma de promover e, principalmente, esclarecer a população sobre o uso do etanol”.

Biagi, que faz parte do Comitê de Comunicação da Unica, disse que apesar de as peças publicitárias serem direcionadas para televisão, jornais e rádio, a prioridade será para este último.

“A intenção é investir mais na divulgação pelo rádio”, disse Biagi, que não soube informar o valor investido pela entidade na campanha.

Petrobrás assina acordo para desenvolver álcool de celulose – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/09/2007

Tecnologia permitirá que País dobre produção sem elevar área plantada

Copenhague - Um acordo entre a Petrobrás, a empresa produtora de enzimas industriais Novozymes e a Universidade Tecnológica da Dinamarca (DTU, em dinamarquês) para cooperação no desenvolvimento de etanol de segunda geração - feita com sobras de colheitas - deverá ser um dos pontos centrais da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos Países Nórdicos, iniciada hoje.

Ainda em fase de desenvolvimento, a tecnologia permitirá que o País dobre a produção de álcool sem plantar mais um metro de cana-de-açúcar. O protocolo, que vem sendo negociado há algumas semanas, deverá ser assinado pelos três parceiros e o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), na quinta-feira, durante a visita presidencial a Copenhague, e prevê cooperação para tentar acelerar o processo. Até a última sexta-feira, no entanto, os detalhes do acordo ainda não haviam sido divulgados pelo governo brasileiro.

Hoje, os envolvidos no desenvolvimento da tecnologia calculam que serão necessários ainda mais quatro ou cinco anos para que a produção do etanol de segunda geração chegue ao ponto de ser viável economicamente.

“Mas estamos completamente confiantes de que isso vai acontecer. E, quando acontecer, o Brasil poderá mais que dobrar a produção”, afirmou ao Estado o presidente da Novozymess mundial, Steen Riisgard. “É muito provável que o Brasil seja o primeiro lugar do mundo onde o etanol de segunda geração seja produzido.”

Ao contrário da atual produção, o etanol de segunda geração é produzido a partir dos restos da produção, como palha de milho e arroz, cascas de café ou, no caso do Brasil, o bagaço da cana. O investimento tem dois pontos fortes: reaproveita as sobras e, por ser feito de restos, não necessita de plantações específicas para a produção - o que acabaria com o argumento de que se deixaria de plantar comida para fazer combustível.

O processo industrial para produção desse tipo de etanol já foi criado e testado pela DUT. Mas necessita de enzimas industriais específicas para quebrar a estrutura da planta e liberar os diversos tipos de celulose, que aí são transformados nos açúcares e no álcool.

As existentes hoje, fabricadas pela Novozymess, não são eficientes o bastante para o processo valer a pena economicamente. “Precisamos aumentar a eficiência e reduzir o custo. Ainda precisamos dividir por seis esse custo”, explica Riisgard. “Hoje o custo de um galão de etanol é de US\$ 1,20. Precisamos chegar a 0,20”.

O interesse da empresa no Brasil é justamente pelo etanol brasileiro vir da cana. “Testamos diversos tipos de sobras, incluindo madeira de eucalipto. Tivemos sucesso em

todos, mas a cana é a mais fácil de trabalhar”, explica Troels Hilstrom, um dos engenheiros do projeto de bioetanol da DTU.

O Brasil produz hoje cerca de 200 milhões de toneladas de bagaço por ano. A maioria é transformada em biomassa para produção de energia elétrica. A previsão de Riisgard é que as usinas brasileiras poderiam preparar o etanol normalmente, produzir mais usando o bagaço da cana e ainda usar o resíduo para gerar energia elétrica.

Cortador de cana assina documentos em branco – Mauricio Simionato – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/09/2007

Blitz no interior de SP descobre "kit fraude" usado por empresas de fachada

De acordo com procurador, maioria dos documentos foi apreendida em empresas de mão-de-obra "fantasmas", terceirizadas por usinas

A Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região flagrou numa blitz no interior de São Paulo, nesta semana, diversos contratos e documentos assinados em branco por trabalhadores de corte de cana.

Segundo os procuradores, os trabalhadores eram obrigados a assinar os papéis como pré-requisito para a contratação. Os documentos -batizados pela Procuradoria de "kit fraude"- foram apreendidos em empresas de fachada terceirizadas por usinas de cana.

A blitz ocorreu em cidades das regiões de Jaú e de Bauru. O kit era composto de documentos como pedido de demissão, termos de rescisão de contrato de trabalho, registro de trabalho e recibos de fornecimento de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) assinados em branco por trabalhadores.

Na avaliação do procurador do Trabalho Luís Henrique Rafael, o trabalhador que assinou em branco a rescisão de contrato de trabalho, por exemplo, terá dificuldades numa eventual reclamação trabalhista.

"O trabalhador assina vários documentos que ele nem sabe. As empresas usam isso ao sabor do que elas precisarem", disse o procurador do Trabalho.

Além da Procuradoria, participaram da blitz fiscais do Ministério do Trabalho, auditores da Receita Federal e agentes da Polícia Federal.

De acordo com Rafael, a maioria dos documentos foi apreendida no interior de empresas "fantasmas" que são terceirizadas por usinas. "Todas essas empresas fantasmas são fornecedoras de mão-de-obra para terras do grupo Cosan e também para o grupo Zillo Lorenzetti [Zilor S.A.]", disse o procurador.

As empresas de fachada serão multadas e investigadas. O valor da multa ainda não foi estipulado. Só uma das empresas fantasmas tinha 1.200 trabalhadores terceirizados. Uma outra tinha 500.

A Procuradoria vai propor que as usinas Cosan e Zilor assumam o compromisso de acabar com as terceirizações e contratarem diretamente os trabalhadores no corte de cana.

SP registra quinta morte de bóia-fria no ano – Juliana Coissi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/09/2007

Edilson de Jesus Andrade, 28, baiano, cortava cana desde os 17 anos. Na última quinta, ele estaria de folga, mas preferiu trabalhar para descansar no feriado. Foi a última vez que Edilson usou seu podão. No feriado, foi internado se queixando de dores e sangramentos e morreu na madrugada de ontem no Hospital São Francisco, em Ribeirão Preto (314 km de SP).

Foi a quinta morte de trabalhadores da cana neste ano no Estado e a 22ª no país desde 2004. O caso de Edilson foi incluído na investigação de mortes por suposto excesso de esforço no trabalho que a Procuradoria do Trabalho faz.

O bóia-fria era filho de cortador de cana. Seus três irmãos também cortam cana. Edilson morava em Guariba havia dez anos e nesta safra trabalhava para a usina Moreno. O atestado de óbito aponta como causa da morte uma doença auto-imune, considerada rara. O nome: púrpura trombocitopênica idiopática. Traduzindo, por formar anticorpos que atacam as plaquetas do sangue, a doença deixa a pessoa mais suscetível a hemorragias. Médicos recomendam que o doente evite esforço físico e contato com objetos cortantes - exatamente o contrário do cotidiano de Edilson.

Segundo familiares, o bóia-fria começou a se queixar de dores fortes na cabeça e no peito há 15 dias. Na quinta-feira, chegou a cuspir sangue, segundo o pai Manoel Moreira Andrade, 51. "Na sexta, nem conseguiu levantar da cama. Quando ele foi para o hospital, à noite, sabia que não ia voltar mais."

Outro lado

A usina Moreno, em nota, disse que Edilson não se queixou de problemas de saúde e que na última sexta foi atendido no pronto-socorro da cidade e encaminhado pela usina ao Hospital São Francisco. O hospital disse que só revelaria o quadro clínico à família. A empresa disse, ainda, que a doença relatada é rara e não tem relação com esforços decorrentes do trabalho.

NÃO À CANA – Mauro Zafalon – folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 12/09/2007

Alguns produtores paranaenses que estavam dispostos a trocar a soja pela cana-de-açúcar estão reavaliando a decisão. Diante da boa retomada dos preços do produto, tanto no mercado interno como no externo, preferem continuar com a oleaginosa, que tem ciclo mais curto de produção.

Fundo faz aporte na LDC – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 04/09/2007

A LDC Bioenergia, braço de açúcar e álcool da Louis Dreyfus Commodities, formalizou no Cade a entrada do fundo inglês Celosia Holdings Ltda no capital da empresa, conforme antecipou o Valor. Com aporte de cerca de US\$ 150 milhões, a LDC, com sete usinas, deverá ampliar seus negócios no setor sucroalcooleiro.

Varejista suíço compra biocombustível do PR - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 04/09/2007

A Migros, a maior rede de supermercados da Suíça, vai distribuir biocombustível produzido por agricultores de Capanema (PR), que é apresentado como o "primeiro a contemplar princípios ecológicos e igualitários". O grupo suíço se comprometeu a importar 1,5 milhão de litros de por ano, mas o volume pode aumentar na medida em que os suíços aceitarem pagar 60 centavos de franco suíço a mais por litro do produto.

O projeto foi montado pela empresa de comércio justo Gebana, de Zurique, para garantir preço melhor aos agricultores que ajudam no combate ao desmatamento e na preservação de florestas.

Desde 2002, a Gebana trabalha com 350 famílias na cidade de Capanema, dando consultoria e apoio na produção de soja para evitar danos ao meio ambiente.

Pelo acordo com a rede de supermercado Migros, a Gebana busca atrair consumidores para encomendarem o produto pela Internet, pagando 60 centavos de franco suíço a mais por litro.

A Migros, através de sua filial Migrol, garante então a importação da mesma quantidade encomendada pela Internet, que será misturada à gasolina, mas vendida pelo preço do diesel normal.

Ou seja, o consumidor ecológico paga na Gebana 2,35 de franco suíço (US\$ 1,96) por litro do biodiesel brasileiro e vai se abastecer no posto da Migrol, que venderá a todos o produto misturado pelo preço normal de 1,75 franco suíço.

Do valor adicional pago à empresa de comércio justo, 30 centavos irão para os agricultores, 23 para financiar custos de desenvolvimento e marketing e 7 centavos para custear o projeto no Brasil.

Assim, quanto mais interessados houver em apoiar o projeto, maior será o volume de importação. A iniciativa com os produtores de Capanema ainda é um projeto-piloto, mas reflete a crescente conscientização ecológica entre os suíços. Em Genebra, muitas famílias aceitaram pagar mais pela energia elétrica para estimular projetos de energia solar.

A ONG suíça Aliança Sul faz avaliação "muito positiva" sobre o projeto "porque mostra outro caminho de produzir biocombustível sem devastação ecológica". Estudo financiado pelos suíços constatou que o biocombustível brasileiro produz 70% menos emissões nocivas do que o diesel convencional.

Usinas vão disputar o mercado de distribuição de álcool nos postos - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 05/09/2007

As usinas do centro-sul do país estão se articulando para se tornar distribuidoras de combustível. A estratégia é comercializar álcool nos postos de bandeira branca, disputando este mercado com as distribuidoras do país.

Para se tornar uma distribuidora, a usina tem de criar uma nova empresa, com novo CNPJ. "Dez grupos do setor já nos procuraram interessados em atuar como distribuidoras", diz Roberto Ardenghy, diretor-superintendente de abastecimento da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

"A intenção é entrar neste mercado para torná-lo mais competitivo", afirma Antonio de Padua Rodrigues, diretor-técnico da Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar). "As usinas querem reduzir a volatilidade de preços do álcool no mercado e ter maior flexibilidade na comercialização do combustível."

Na lista oficial da ANP já há registros de usinas que atuam como distribuidoras. Entre elas, estão listadas os grupos Cosan, como Cosan Distribuidora de Combustíveis Ltda, Louis Dreyfus Commodities, como Coinbra Comércio e Distribuição de Combustível e Derivados de Petróleo, e Dedini Agro, como Dedini Açúcar e Álcool Ltda. A meta agora é tornar as distribuidoras das usinas mais atuantes. Entre as estratégias do setor estuda-se a possibilidade das usinas formarem um pool para montar uma distribuidora única, afirma Tarcilo Rodrigues, diretor da Bioagência, trading que negocia álcool de 19 usinas do país. Essa decisão, contudo, ainda está em discussão.

"Como distribuidoras, as usinas poderão vender álcool mais barato para os postos", diz Padua. A Unica está em negociação para que as usinas vendam para os postos sem precisar uma abrir uma nova empresa.

Ardenghy confirma os planos das usinas, mas diz que essa operação hoje não é possível, uma vez que a legislação teria de ser modificada. Segundo ele, os investimentos para ter uma distribuidora não são altos. "Precisa ter ativos no valor de R\$ 1 milhão e ter tanque para armazenar 750 mil litros do combustível."

O grupo paulista Cerradinho, com sede em Catanduva, tem três postos de combustíveis em frente às suas três usinas. Uma quarta unidade está em construção em Goiás. O investimento inclui também um posto. José Fernandes Rio, diretor-administrativo e financeiro do grupo, diz que a usina não tem uma distribuidora própria. "Fizemos um acordo com uma distribuidora para que ela busque o álcool de nossas unidades e leve aos postos."

Usinas e distribuidoras estão travando uma batalha desde maio, início da safra 2007/08, por conta dos preços do álcool ao consumidor. As usinas alegam que as cotações do combustível tiveram forte recuo, mas a queda dos preços não foi repassada na mesma velocidade para o varejo. Até uma comissão, coordenado pelo deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP), foi criada para discutir essa diferença de preços na Câmara dos Deputados. Jardim defende a desconcentração da distribuição do álcool e a criação de um marco regulatório para o setor.

Alísio Vaz, diretor do Sindicom (Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes), diz que não vê problema nas usinas como concorrentes. Mas defende que elas constituam novas empresas. "Estamos estreitando nossas relações com as usinas", afirma. Em janeiro, o Sindicom contratou o executivo Roberto Beck, ex-Shell, para atuar como diretor de álcool, para fazer essa ponte.

Segundo o Sindicom, as sete distribuidoras associadas ao Sindicom respondem por 35% da comercialização de álcool hidratado no país e 75% do mercado de gasolina.

Também está em discussão a arrecadação de impostos sobre o combustível. Na venda das usinas para as distribuidoras, são recolhidos ICMS e PIS/Cofins de 3,65%. Na comercialização das distribuidoras para os postos, são recolhidos ICMS e outros 3,65% de PIS/Cofins.

Dinamarquesa Novozymes investe em etanol celulósico - Humberto Saccomandi – Valor Econômico – Agronegócios - 10/09/2007

O Brasil deverá ser o primeiro país do mundo a produzir comercialmente álcool de segunda geração, o chamado etanol celulósico. Isso pode até dobrar a capacidade de produção de etanol do país sem a necessidade de plantar novas áreas de cana-de-açúcar. A previsão é de Steen Riisgaard, presidente e CEO da Novozymes, empresa dinamarquesa líder mundial do setor de enzimas.

Enzimas são substâncias, normalmente proteínas, que catalizam uma reação química, permitindo que ela ocorra em condições diferentes das normais (mais rapidamente ou em temperatura mais baixa). Isso permite economizar tempo, energia ou uso de outros produtos químicos. As enzimas são usadas em muitos setores, como produtos de limpeza e alimentos (pão e cerveja, por exemplo).

A Novozymes é líder na produção de enzimas, com 45% do mercado global, segundo dados da empresa, que deve faturar cerca de US\$ 1 bilhão este ano. Ela é um exemplo do modelo empresarial que vem se desenvolvendo nos países nórdicos: companhias de nicho em setores de tecnologia, que usam de mão-de-obra altamente especializada. A segunda maior empresa de enzimas, a Danisco, com 25% da fatia mundial, também é dinamarquesa.

O maior foco de pesquisa da Novozymes é o desenvolvimento de enzimas para produção de etanol de segunda geração. Isto é, que pode ser produzido a partir de qualquer planta ou resíduo vegetal, não apenas de cana ou milho.

No processo de segunda geração, a celulose da planta é transformada, por meio de enzimas, em outros açúcares, que podem ser fermentados para a produção de etanol. "O bagaço da cana tem muita celulose. Nós convertemos essa celulose em açúcar. Com isso, podemos dobrar a produção de etanol sem aumentar a área plantada", diz Riisgaard.

Esse processo de hidrólise enzimática já é conhecido e vem sendo muito pesquisado em todo o mundo, inclusive no Brasil. Mas, por enquanto, é muito caro. Segundo Riisgaard, para se produzir um galão de etanol gasta-se US\$ 1,2 só em enzimas, o que torna o custo proibitivo. "O fator-chave é reduzir o custo das enzimas."

No entanto, esse custo era três vezes maior alguns anos atrás. Segundo Riisgaard, o objetivo é reduzi-lo a um sexto, o que tornaria o processo rentável. "Ainda há quatro anos de pesquisa pela frente antes que a tecnologia seja comercialmente viável." O início da produção de etanol em escala comercial deve demorar ainda mais.

Mas essa é a grande aposta da Novozymes, pois o mercado potencial é gigantesco. "É o maior projeto de pesquisa para nós", diz Riisgaard. "Acho que nenhuma outra empresa tem uma capacidade tão ampla no setor de enzimas, o que facilita a nossa pesquisa."

Ele estima que, para transformar todo o bagaço do milho nos EUA em etanol de segunda geração, seria necessário multiplicar por cinco ou dez vezes toda a capacidade de

produção mundial da Novozymes. "Essa oportunidade com o etanol de segunda geração é a maior em 20 anos."

Mas por que o Brasil sairia à frente na produção, se países como Estados Unidos e China estão investindo muito em pesquisa, até em parceria com a Novozymes? "A China está muita ativa, assim como os EUA, mas o Brasil tem vantagens", afirma Riisgaard. Essa vantagem está justamente na cana. Em primeiro lugar, o processo de extração de açúcar a partir de celulose do bagaço da cana é um pouco mais simples do que com o bagaço do milho. Em segundo lugar, o bagaço da cana já está na usina, enquanto o do milho precisa ser recolhido, o que implica custo adicional.

A Novozymes já atua no Brasil. Tem um fábrica em Curitiba, que produz enzimas para várias finalidades, como panificação, rações animais e indústria têxtil, e que centraliza as operações da empresa na América Latina.

Riisgaard afirma que as enzimas para o etanol de segunda geração no Brasil seriam provavelmente produzidas no país, "ou na fábrica de Curitiba ou em pequenas unidades próximas das usinas de etanol. Isso vai depender do custo de transporte".

Para ampliar sua presença no setor de etanol, a Novozymes deve assinar esta semana, durante a visita do presidente Lula à Dinamarca, um acordo de pesquisa com o CTC (Centro de Tecnologia Canavieira), de Piracicaba (SP), "com o objetivo de desenvolver o etanol de segunda geração". Isso deve implicar algum novo investimento da empresa no país. A Novozymes espera ainda assinar um acordo de cooperação com a Petrobras, cujos detalhes ainda estavam em negociação na semana passada.

Questionado sobre se essa pesquisa no Brasil precisaria de apoio do governo, como já ocorre nos EUA e na China, Riisgaard deixou a porta aberta. "Vamos começar a trabalhar com o CTC e depois veremos do que precisamos. Após testes em pequena escala, precisaremos testar em grande escala, o que é caro." Segundo ele, instalações de demonstração já estão sendo construídas nos EUA, ao custo de US\$ 100 milhões.

O jornalista viaja a convite do governo dinamarquês

Pesquisadores vão mostrar processo à Petrobras - Risø e Ljungby – Valor Econômico – Agronegócios - 10/09/2007

Pesquisadores dinamarqueses estão testando um processo completo e integrado de produção de etanol de segunda geração e energia. É isso que querem mostrar às autoridades brasileiras, especialmente à Petrobras, esta semana, durante a visita do presidente Lula à Dinamarca.

Após a extração do caldo da cana, do qual é produzido o etanol de primeira geração no Brasil, pelo processo em teste na DTU (Universidade Técnica da Dinamarca) o bagaço de cana passa por um pré-tratamento, no qual são separadas a celulose, a hemicelulose e a lignina (material estrutural da planta).

A celulose passa então pelo processo de hidrólise enzimática, isto é, produção de açúcar com o uso de enzimas. Esse tipo de açúcar, uma hexose, pode então ser fermentado para produção de mais etanol. A hemicelulose, porém, gera um outro tipo de açúcar, uma pentose, que precisa ser fermentado por um processo diferente, com o uso de microorganismos adaptados. Com isso, mais etanol é produzido. A lignina pode ser queimada, gerando energia para a realização desse procedimento.

Os dinamarqueses testam o processo não com a cana, mas com a palha de trigo, biomassa que já alimenta usinas termoeletricas.

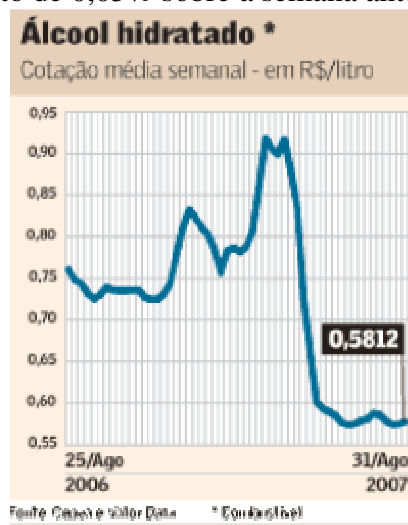
"Esse conceito integrado, ligado a uma central elétrica a lignina, é único", disse Erik Steen Jensen, diretor de pesquisa do Departamento de Biosistemas do Laboratório Nacional Risø, associado ao DTU. Segundo ele, vários países têm pesquisas avançadas em partes do processo, mas a eficiência energética gerada pelo processo dinamarquês é possivelmente maior, pois muito pouco do potencial energético do bagaço é perdido. As vantagens do processo se devem à experiência do país em dois momentos-chave: o pré-tratamento do bagaço e as enzimas.

Uma usina-piloto com o processo completo de etanol de segunda geração funciona no campus da DTU, em Ljungby. O país constrói uma usina de demonstração, na ilha de Bornholm, ao custo de US\$ 50 milhões, com capacidade de 10 milhões de litros por ano. Volume pequeno, mas suficiente para atrair interesse de investidores. **(HS)**

Cotações domésticas têm leve valorização – Valor Econômico – Agronegócios - 11/09/2007

Os preços do álcool combustível encerraram a semana passada com ligeira valorização em relação ao período imediatamente anterior no mercado doméstico, de acordo com levantamento do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).

O litro do anidro encerrou o último dia 6 a R\$ 0,66104 (sem impostos), com elevação de 0,07%. O hidratado encerrou a R\$ 0,58144 o litro (sem impostos), com aumento de 0,05% sobre a semana anterior, conforme o Cepea.



Segundo Marcelo Andrade, diretor da Ecoflex Trading, a tendência é que os preços se mantenham estáveis e comecem a subir a partir da segunda quinzena de outubro, quando a oferta de álcool começará a diminuir.

"Algumas usinas já estão segurando a oferta e se recusam a vender álcool abaixo de R\$ 0,70", afirma Carlos Dornellas Filho, diretor-sócio da corretora NovaFox. "As exportações estão paradas nesses últimos dias", diz ele.

A baixa demanda para exportação já se reflete nos preços dos fretes, segundo Dornellas. No trecho entre a região de Ribeirão Preto (SP) a Santos (SP), a queda foi de cerca de 10% nos últimos dias.

De acordo com Andrade, da Ecoflex, as distribuidoras ainda estão comprando da "mão para boca", de acordo com suas necessidades. "A partir de outubro, a expectativa é de que elas passem a comprar em maiores volumes."

A colheita de cana no centro-sul do país deverá terminar no final de novembro para a maioria das usinas da região, que responde por 85% da oferta nacional. (MS)

Pernambucana Bioenzima entra na disputa pelo etanol celulósico - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 13/09/2007

A empresa Bioenzima, de Caruaru, no Agreste pernambucano, a 130 quilômetros de Recife, quer sair na frente na corrida pela produção de álcool de segunda geração. A tecnologia da empresa consiste na produção de álcool a partir da quebra de enzimas de celulose do bagaço da cana, sabugo do milho, do cacto e da bananeira.

"Temos tecnologia desenvolvida no Brasil para a produção de etanol celulósico", afirma, sem falsa modéstia, Carlos Fernandes das Chagas, engenheiro especializado em biotecnologia, presidente da Bioenzima.

Alvo de pesquisas sigilosas no Brasil e no mundo, o etanol celulósico tem despertado o interesse de empresas nacionais e estrangeiras.

A Bioenzima é uma das poucas empresas nacionais que produz enzimas - boa parte ainda é importada. Atualmente, o foco comercial da empresa está voltado para as indústrias têxteis, com a produção de enzimas que beneficiam o envelhecimento do jeans.

Mas, assim como boa parte das empresas e institutos de pesquisas do mundo, a Bioenzima trabalha discretamente em estudos voltados para o etanol celulósico. A diversificação da matéria-prima destaca a empresa das demais. A quebra da enzima do bagaço e do sabugo do milho está na agenda das grandes companhias do Brasil e dos EUA.

Além dessas matérias-primas, a Bioenzima também foca na bananeira e no cacto. A tecnologia a partir da quebra das enzimas das bananeiras já atraiu as atenções dos produtores colombianos. A Augura (Associação de Produtores de Banana da Colômbia) afirmou ao Valor que está em conversações com a empresa pernambucana para produzir álcool por meio dessa tecnologia.

A produção de combustível de segunda geração é alvo de pesquisas sigilosas em todo o mundo

A Colômbia, um dos maiores produtores de banana do mundo, quer aproveitar os troncos da bananeira para a produção de etanol. O governo tem estimulado a produção de álcool combustível no país e tem cerca de 3 milhões de hectares disponíveis para a produção de álcool e biodiesel. No caso da cana, seus subprodutos - bagaço e palha - podem ser reaproveitados para a co-geração de energia das usinas. No caso dos troncos das bananeiras, esses resíduos poderão ser aproveitados para a produção de etanol, diz Chagas.

Com a forte demanda global por álcool, empresas estrangeiras e nacionais estão fechando parcerias para acelerar as pesquisas para produzir em escala industrial o álcool celulósico.

O Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), de Piracicaba (SP), assina hoje um acordo de cooperação com a companhia dinamarquesa Novozymes, para avançar na produção de etanol de segunda geração. "A Novozymes é uma das maiores produtoras de enzimas do mundo", diz Tadeu Andrade, diretor do CTC.

"Quem investe em álcool de segunda geração não fica divulgando informações porque teme ser prejudicado pela concorrência", diz Andrade. Segundo ele, o Brasil poderia estar mais à frente neste segmento se o governo fomentasse pesquisas neste sentido. "Hoje, os avanços nesta área são realizados por centros de pesquisas financiados pela iniciativa privada", diz. O CTC tem um orçamento de R\$ 40 milhões por ano, bancado por cerca de 150 usinas.

A pequena Bioenzima, com sete funcionários, investiu sozinha nos últimos anos cerca de R\$ 3 milhões. "Somos uma bolinha de gude comparada às outras empresas mas com uma tecnologia do tamanho de uma bola de futebol", diz Chagas.

POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Biodiesel

Federação de Rainha administra verba federal para sem-terra; para MST, líder 'vende ilusão' - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 01/09/2007

O assentado Antonio Paiva dos Santos não vê a hora de deixar o casebre de madeira e mudar para a nova casa, no assentamento Che Guevara, no Pontal do Paranapanema (SP). O dinheiro veio a fundo perdido, da União, pelas mãos de José Rainha Júnior, líder alijado do MST. Ele é um dos 1.200 assentados da região beneficiados por programa de moradia popular do governo, administrado pela Federação das Associações dos Assentados da Agricultura Familiar, criada por Rainha. A verba total, de R\$ 7,2 milhões, não precisa ser devolvida. "É para estimular a permanência no lote", diz Rainha. O projeto do biodiesel na região deve consumir, em 10 anos, R\$ 50 milhões. "O biodiesel é coisa de grande produtor, não é para pequeno. O Zé está vendendo ilusão", acusa Manoel Duda, do MST, lembrando o caso Cocamp, que prestaria serviços a assentados, mas que nunca funcionou. Processo apura se houve crime contra o sistema financeiro. Rainha nega.

Programa de biodiesel ignora uso do babaçu - Eduardo Nunomura – Estado de São Paulo – Vida & - 02/09/2007

Sem opção, quebradeiras do coco lutam também contra carvoarias

O babaçu tem usos tão variados, como já escreviam os livros de geografia, que foram inventar dois novos só para acabar com o sono das quebradeiras do coco. Um deles ainda é um projeto, o biodiesel, cujo programa optou por outras matérias-primas nessa primeira fase. O outro é a queima do produto para virar carvão vegetal, aquele que arde nos gigantes fornos das usinas siderúrgicas da Amazônia Oriental para transformar minério em ferro-gusa. Ambos com potencial para tirar o ganha-pão de mais de 300 mil mulheres que vivem de uma atividade que parou no tempo.

As mulheres extrativistas são a favor do biodiesel. Passaram a acreditar nele quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva virou um de seus defensores em discursos no Brasil e mundo afora. Até o tradutor oficial da República já se viu em apuros para explicar aos

estrangeiros o que são “quebradeiras de coco babaçu”. Ficaram frustradas quando mamona, dendê e soja foram as escolhas iniciais. Querem saber se a amêndoa que tanto se esforçam para separar, na base da cunha e do machete, será aproveitada também. Segundo a Embrapa Agroenergia, vai. Mas só daqui a 5 ou 10 anos.

“As palmáceas vão ajudar a consolidar o programa biodiesel, mas antes precisam sair da fase do extrativismo para a de sistemas produtivos sustentáveis”, explica Frederico Durães, chefe da Embrapa Agronegia, um dos órgãos responsáveis pelas pesquisas sobre o futuro do combustível alternativo. O babaçu enquadra-se hoje na categoria de cultura potencial, pois sabe-se que de suas amêndoas sai um óleo de grande valor energético. O problema é que sua extração mantém-se artesanal.

De outubro a março, mulheres do Maranhão, Piauí, de Tocantins e Goiás saem à cata do fruto. Percorrem quilômetros. Agora, na entressafra, são mais quilômetros. Longe de serem bem-vindas, entram em fazendas particulares para coletar e extrair as amêndoas. Quebram o coco ali mesmo, na sombra das palmeiras. As menos experientes extraem cinco quilos, menos da metade do que quem leva mais jeito para o trabalho.

ALTOS FORNOS

Nos últimos tempos, as mulheres passaram a ter companhia masculina. Mas, para elas, são predadores. Mesmo que alguns sejam vizinhos, amigos, maridos. Eles recolhem sacas do coco e não quebram nada. Só vendem o produto para pequenos comércios da comunidade, que revendem a mercadoria para atravessadores e destes para as carvoarias.

O babaçu (*Orbignya phalerata*) tem 64 usos catalogados. Uma dezena deles poderia ser economicamente viável, mas não é. Faltam escala e estrutura produtiva. De um coquinho, retiram-se quatro pequenas amêndoas, 7% da massa. Podem se transformar em óleos, sabão, glicerina, torta e farelo. Do mesocarpo, outros 23%, dá para fabricar amido, fibras, fertilizante e etanol. Dos 11% do epicarpo se faz carvão ativado. E é nos 59% restantes, o endocarpo que recobre as amêndoas, que reside a ameaça às quebradeiras: o uso como carvão.

Não faltam defensores do potencial do coque do babaçu. Seu carvão vegetal apresenta 80% de carbono. O eucalipto carbonizado tem 70%. Uma floresta nativa, 64%. Transportar madeira sem autorização hoje é ilegal; o babaçu, não. “O coco babaçu virou ouro”, adverte Cynthia Carvalho Martins, da Universidade Estadual do Maranhão.

Há menos de um mês, a antropóloga retornou de uma incursão ao Bico do Papagaio, visitando carvoarias do Maranhão e do Pará. Descobriu fornos móveis que produzem carvão com o fruto inteiro, com amêndoas e tudo. “O carvão é mais predatório. A quantidade de minério de ferro em Carajás, dizem, dá para 350 anos. Não há coque suficiente para tudo isso.” O Instituto Cidadão Carvão não quis se pronunciar sobre essa ação. Criado para moralizar as carvoarias, envolvidas com trabalho escravo e desmatamento, a organização tenta convencer as guseiras a só comprar o carvão vegetal de origem legal.

Uma luta do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu é evitar que babaçuais sejam derrubados, como alerta a coordenadora-geral Maria Adelina de Souza Chagas. “Toda vez que vem os grandes projetos com nome de desenvolvimento sustentável só se fala em reflorestar, sempre com o plantio do eucalipto. Nunca em preservar”, afirma, preocupada com a futura criação do Distrito Florestal de Carajás.

Estimativas do movimento avaliam que 2,4 milhões de hectares de babaçuais já foram devastados. No Brasil, a palmeira já ocupou 18 milhões de hectares.

Brasil já tem mais biodiesel do que precisa - Marcelo Rehder – Economia e Negócios – 02/09/2007

Muitas empresas que investiram nesse mercado podem fechar antes de empreendimento decolar

A febre do biodiesel deverá provocar sobras do combustível e prejuízos para empresas que investiram nesse mercado no Brasil. Muitas delas podem encerrar as atividades antes mesmo do empreendimento decolar.

Segundo o Ministério das Minas e Energia, o País já tem capacidade de produzir mais que o dobro da quantidade de biodiesel necessária para atingir a cota de 2% de adição ao óleo diesel, que passa a ser obrigatória a partir de janeiro de 2008.

Até o fim de agosto, 40 usinas já estavam em operação, com capacidade total para produzir 1,685 bilhão de litros por ano. Para completar a cota de 2% prevista na lei federal que estabeleceu o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel são necessários apenas 840 milhões de litros.

Além das usinas em atividade, outras 21 unidades produtivas estão em processo de autorização na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e na Secretaria da Receita Federal. Se autorizadas, será mais 1,456 bilhão de litros de capacidade, elevando o potencial de produção do País a 3,141 bilhões de litros, quase quatro vezes a demanda prevista para o ano que vem. Mais 6 usinas, com capacidade para produzir 508 milhões de litros, estão em fase de construção.

“A resposta do setor privado foi acima do esperado”, diz Arnoldo Campos, coordenador do Programa Nacional do Biodiesel no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). “Com os sinais emitidos pelo governo e pelo próprio mercado internacional, o pessoal investiu por conta e risco na construção de usinas em todo o País”.

O excesso de oferta, segundo ele, deve comprometer a rentabilidade das empresas, uma vez que as distribuidoras vão ter um enorme poder de negociação. “Vai haver uma disputa muito forte para ver quem vai suprir a demanda, já que alguém vai ficar de fora, porque cabe só a metade do que tem”, afirma o coordenador.

Uma das saídas seria a exportação, mas o mercado externo para esse tipo de combustível ainda é apenas uma promessa. “Se não tem mercado externo nem para o álcool, imagine para o biodiesel”, diz Campos. “Os biocombustíveis, de maneira geral, ainda vão depender do mercado interno por alguns anos”.

O cenário atual de oferta muito maior que a demanda pode levar ao fechamento de usinas antes mesmo de o programa do biodiesel deslançar, diz o consultor em economia internacional Adriano Banayon. “Qualquer empresa que esteja investindo para produzir e não consegue vender sua produção numa medida razoável corre sério risco de ficar no vermelho”, argumenta o consultor. “Daí até fechar as portas é questão apenas de tempo, porque o dinheiro aqui no Brasil é muito caro.”

Para Banayon, o governo deveria aumentar o percentual de adição do biodiesel ao diesel. “Tecnicamente, a mistura poderia chegar a até 50% sem prejuízo para o motor dos veículos.”

Arnoldo Campos, do MDA, conta que já se discute dentro do governo alternativas para garantir a motivação do setor privado para investir no biodiesel. Ele lembra que o presidente Lula já anunciou que pretende antecipar de 2013 para 2010 a segunda fase do programa que prevê adição obrigatória de 5% de biodiesel ao diesel. Segundo ele, o cronograma pode ser acelerado ainda mais.

“A cota de 2% é apenas um degrau para chegar ao 5%, que sempre foi uma meta”, diz Campos. “Mas antes precisávamos ter capacidade de produção, além de testar o biodiesel no País.”

Os testes técnicos para uso da cota de 5%, que estão sendo feitos com a participação do setor automobilístico, deverão estar concluídos até o fim do ano. “É bem provável que já em 2008 seja autorizada a adição não obrigatória de 5% no diesel.”

Para não ficarem reféns do mercado interno, algumas empresas estão se associando a fundos estrangeiros, que podem facilitar negócios no exterior. A Bionasa Combustíveis Alternativos, do Grupo Jaraguá, por exemplo, associou-se recentemente à companhia britânica Trading Emission PLC (TEP) para a construção de um complexo industrial de biodiesel em Porangatu, no interior de Goiás. A usina, que deverá entrar em operação em meados do ano que vem, terá capacidade inicial de produzir 200 milhões de litros por ano. Na segunda etapa, prevista para ser concluída em 2010, a capacidade será ampliada para 400 milhões de litros. “A vantagem de ter um sócio como a TEP é a abertura comercial para a Europa”, diz Francisco Barreto, presidente da Bionasa. Ele conta que já recebeu propostas de países europeus para compra futura de toda a produção da usina. “Só não fechei negócio porque acho que os preços vão subir.”

E 20 usinas já aderiram ao selo combustível social

Mais de 91 mil famílias de agricultores já foram integradas à cadeia de produção do biodiesel no País. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), até o mês passado 20 usinas haviam aderido ao selo combustível social, que garante direito a incentivos, como benefícios fiscais, linhas de financiamento e participação nos leilões da Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis (ANP).

Para adquirir o selo, cuja validade é de cinco anos, o produtor de biodiesel precisa adquirir uma quantidade mínima de matérias-primas de agricultores familiares. Também precisa fornecer assistência técnica aos agricultores. Além disso, passa por auditorias anuais e monitoramentos constantes.

“Tudo o que foi contratado e comprado dessas famílias lastrearia hoje cerca de 24% do volume de biodiesel se toda essa matéria-prima fosse efetivamente utilizada para esse fim”, diz Arnoldo Campos, coordenador do Programa Nacional de Biodiesel do ministério.

Produzido a partir de oleaginosas, como mamona, soja, girassol, pinhão manso e dendê, e de sebo bovino, o biodiesel é bem menos poluente que os combustíveis derivados de petróleo. Pode substituir total ou parcialmente o óleo diesel que movimentam caminhões, ônibus, barcos e máquinas, entre outros equipamentos.

As 91 mil famílias que fazem parte da cadeia responde por área de 538, 2 mil hectares plantada com oleaginosas. Mais da metade (51%) - o que representa 46,6 mil agricultores - está no Nordeste do País. O Sul tem 31,4 mil famílias de agricultores e o Centro Oeste, 8 mil. Apesar disso, o Centro-Oeste concentra 48% da área plantada, o equivalente a 258 mil hectares.

No Norte, o número de agricultores chega a 4,2 mil. Já o Sudeste tem apenas sete famílias envolvidas na produção de biodiesel. “Nossa expectativa era chegar 2 mil agricultores”, conta o coordenador, que atribui a falta de adesão ao grande número de indústrias na região.

Quase metade (49%) das oleaginosas plantadas por essas família é composta por mamona, seguida pela soja (29%), girassol (14%), dendê (5%) e gergelim e amendoim(1%).

Atualmente, o Brasil importa de 5% a 7% do óleo diesel que consome, o que representa entre 2 bilhões e 3 bilhões de litros por ano. Calcula-se que haveria uma economia de US\$ 160 milhões na balança comercial do País quando todo o mercado estiver abastecido com a mistura de 2% de biodiesel. Essa economia subiria para US\$ 400 milhões com o uso da mistura de 5%.

Crise no Programa de Biodiesel - Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 11/09/2007

O Marquês de Pombal, importante homem público português, primeiro-ministro com atuação decisiva na reconstrução de Lisboa, semidestruída por um terremoto devastador em 1755, ensinava que, em qualquer decisão, o governante deve observar a prudência na deliberação, destreza na preparação e perseverança para concluir sua obra.

Lembrei-me desse pensamento ao debruçar-me sobre o que está ocorrendo hoje no Brasil com os biocombustíveis.

O governo não perdeu tempo em estabelecer rígida regulamentação para assegurar o suprimento interno, com prioridade sobre a eventual exportação, e metas para a implementação de políticas apresentadas como redentoras de produtores rurais.

No que se refere ao biodiesel, o governo misturou o interesse político de dar sustentabilidade ao Programa Nacional de Agricultura Familiar no Nordeste, pelo fornecimento da matéria-prima (mamona e palma), com a prioridade econômica de ampliação do mercado nacional e internacional para o combustível. Na prática, em vez da mamona, as empresas preferem a soja como matéria-prima, aumentando seu preço e a competição com outros setores da economia. Por outro lado, foi dada preferência ao caminho metálico para a produção de biodiesel, o que implica pesada importação de matéria-prima (metanol) não produzida no Brasil. O setor produtivo de biodiesel se carteliza rapidamente e a Petrobrás, que está investindo forte nessa área, vai ser dominante, a exemplo do que ocorre na infra-estrutura de transporte (dutos), não dando espaço para o pequeno produtor e para o setor privado.

Nos programas oficiais de produção de biodiesel, com interferência nem sempre coordenada de cinco Ministérios, ficamos longe das recomendações de prudência, destreza e perseverança feitas por Pombal e mais próximos do surrealismo de Salvador Dali.

Qual a expectativa do governo em relação ao biodiesel?

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) projetou um consumo interno de 620 milhões de litros em 2007, levando em conta a legislação mandatória, determinando que, a partir de janeiro de 2008, a adição voluntária de 2% de biodiesel (B2) ao óleo diesel de petróleo seja obrigatória. Em 2013, a mistura subirá a 5% (B5), havendo interesse do governo em antecipar essa meta para 2010.

O Ministério das Minas e Energia, baseado apenas no número de plantas autorizadas a produzi-lo, estima otimisticamente que o Brasil já tem a capacidade de produzir mais que o dobro da quantidade de biodiesel necessária para atingir a cota de 2%, que corresponde a 840 milhões de litros - 40 usinas já estariam em produção e mais 21 unidades produtivas estariam em processo de autorização pela ANP. Essas usinas produziriam 3,141 bilhões de litros, que poderiam ser acrescidos de mais 508 milhões de litros a serem produzidos por mais seis usinas. A realidade, contudo, é bastante diferente.

Qual a situação real do biodiesel?

O Programa de Biodiesel enfrenta sérias dificuldades. Segundo a ANP, entre janeiro e junho de 2007 foram produzidos no Brasil 122 milhões de litros de biodiesel, equivalentes a um aumento de 80% em relação ao total em 2006. Apesar desta expansão, o volume é 30% inferior ao que deveria ser entregue até junho de 2007, de acordo com os contratos firmados no segundo leilão de biodiesel realizado pela ANP em março de 2006.

Até dezembro de 2007 se esgota o prazo de entrega dos volumes negociados no terceiro, no quarto e no quinto leilões de biodiesel, que totalizam mais 645 milhões de litros. Para que os contratos sejam cumpridos em sua totalidade a produção de biodiesel teria de atingir 723 milhões de litros entre junho e dezembro de 2007, ou seja, um aumento de seis vezes sobre os 122 milhões de litros obtidos entre janeiro a junho.

De acordo com informações no blog de Adriano Pires, ex-superintendente da ANP e hoje um dos principais analistas de energia do Brasil, as distribuidoras de combustíveis, como a BR e a Ipiranga, encontram dificuldades para cumprir suas metas este ano. Dentre as empresas produtoras de biodiesel, a Brasil Ecodiesel, responsável pela entrega, até dezembro de 2007, de 56% de todo o volume negociado entre o primeiro e o quinto leilão, está com sua produção abaixo do que foi comprometido. Por outro lado, a BSBios, a Caramuru, a Ponte di Ferro e a Fiagril, que juntas representam 20% de todo o volume de biodiesel negociado nos leilões, não apresentaram produção até maio de 2007, segundo os dados da ANP.

Além do atraso nas entregas do produto, outro problema corrente é a sua devolução, por parte daquelas distribuidoras, por não apresentarem a qualidade estabelecida pela ANP. Por outro lado, a indefinição quanto às especificações dos combustíveis, conforme previsto na legislação em vigor, atrasa a redução do enxofre no diesel e poderá causar prejuízos ao fornecimento, ao meio ambiente e à saúde pública.

Caso esta situação não se reverta, o percentual mínimo obrigatório de 2% do óleo diesel comercializado ao consumidor final em volume de biodiesel puro estabelecido para janeiro de 2008 não deverá ser alcançado. Se isso ocorrer, o governo terá como alternativas prorrogar o referido prazo, reduzir o percentual da mistura de biodiesel ou realizar novos leilões de que só deveriam participar empresas que já estejam efetivamente produzindo o combustível, é o que conclui Adriano Pires.

Ao que tudo indica, não teremos condições de cumprir o que o próprio governo decidiu, aprioristicamente, estabelecer. Pior situação ainda seria a entrada em vigor do B5 em 2010, pois não parece haver nenhuma condição realista de atender à demanda que fosse criada. Nesta paisagem surrealista, seria mais um exemplo de voluntarismo descolado do mundo real.

*** Rubens Barbosa, consultor de negócios, presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp, foi embaixador em Londres e em Washington**

Estado do Rio pretende ampliar uso de biodiesel – O Globo – Rio – 03/09/2007

Começa hoje aferição de taxímetros dos 28 mil táxis da cidade

Para reduzir a quantidade de poluentes lançados na atmosfera, o governo do estado planeja, além de implantar em todos os postos de vistoria a inspeção veicular de gases, aumentar o percentual de biodiesel adicionado ao diesel usado por veículos pesados. O biodiesel é menos poluente e, atualmente, é adicionado no percentual de 5% no Rio, o maior do Brasil. A proposta, que está em estudo pelas secretarias estaduais de Transportes e do Ambiente, é ampliar para 15%, já no ano que vem, e 20% em 2009.

Embora os veículos movidos a diesel representem apenas 4% da frota, a estimativa é que sejam responsáveis por mais de 15% do total de emissões de poluentes. O secretário Carlos Minc afirma que a construção do Anel Rodoviário, que deverá ser licitado no mês que vem, também trará um impacto positivo na redução das emissões de CO₂ e outros poluentes.

— A estimativa é de retirar 18 mil veículos por dia da Ponte Rio-Niterói e da Avenida Brasil, boa parte deles ônibus e caminhões movidos a diesel — ressaltou o secretário.

Nível de ruído dos carros será medido em cabine

O Anel Rodoviário foi inserido este ano no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), depois de 32 anos desde que foi planejado. O projeto, que prevê a ligação do Porto de Itaguaí a Manilha, em Itaboraí, passando por oito municípios, num total de 140 quilômetros, está previsto para ficar pronto em 2010.

Outra novidade, segundo o presidente do Detran, será o início da medição do nível de ruído emitido pelos automóveis.

Um convênio com a Feema foi assinado e nas próximas semanas deverá ser iniciada a construção da primeira cabine de ruídos, no posto da Refinaria Duque de Caxias (Reduc). A estrutura será avaliada e, caso seja aprovada, novas cabines serão construídas nos demais postos. O teste de ruído, contudo, não reprovará durante 2008.

Segundo Minc, a medição do barulho gerado pelos automóveis, e sua redução, é importante para a saúde da população.

— Fizemos uma pesquisa um ano atrás que mostrou que 40% dos profissionais muito expostos ao barulho do trânsito, como guardas municipais e porteiros, têm perda auditiva.

A pesquisa foi realizada nas zonas Sul e Norte e em Jacarepaguá — disse o secretário.

De hoje até 22 de novembro, os 28 mil táxis que rodam no município do Rio deverão fazer a aferição obrigatória dos taxímetros. De acordo com Soraya Santos, presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado (Ipem-RJ), responsável pelas vistorias, o órgão está preparado para atender até 600 veículos por dia.

Os táxis com final de placa 01, 02, 11 e 12 têm até amanhã para serem inspecionados. Os demais obedecerão ao calendário divulgado pelo órgão. As vistorias acontecem na Rua Padre Manoel Nóbrega 539, na Piedade.

MDA/MS capacita grupos de trabalho para gestão do biodiesel – Sítio Eletrônico do MDA – 06/09/2007

A Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Mato Grosso do Sul (MDA/MS) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetagri) promovem na segunda e terça-feira (10 e 11), em Campo Grande, o curso de capacitação para grupos de trabalho em gestão de biodiesel.

Na segunda-feira, Rafael Feltran Barbieri, do MDA, inicia o evento com a palestra O Biodiesel. A exposição fará um panorama sobre as perspectivas dessa alternativa energética para a economia brasileira. Ainda na parte da manhã, Mônica Schroder, também do MDA, falará sobre os arranjos produtivos que incluem a agricultura familiar na cadeia do biodiesel. À tarde, a Fetagri fará uma avaliação do desenvolvimento desse biocombustível no Brasil.

Na terça-feira, grupos de trabalho discutirão as formas de monitoramento do programa. O evento acontecerá nos dois dias das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30, no auditório da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), na Avenida Afonso Pena, 2.403.

Estudo diz que pecuária desmata a Amazônia, e não a soja - Cibelle Bouças e Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 04/09/2007

É a pecuária, e não a soja, a maior responsável pelo desmatamento na Amazônia. É isso o que diz um estudo divulgado pelo Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF) e que vai ser utilizado como base pelo Ministério da Integração Nacional para definir o planejamento territorial na região.

"A gente fica batendo na tecla errada, esquece o efetivo responsável e acaba adotando políticas públicas erradas", afirma Julio Miragaya, autor do estudo e coordenador-geral de Planejamento e Gestão Territorial (CGPT), ligado ao Ministério da Integração Nacional. "O fantasma da Amazônia não é a soja, é a pecuária".

O economista, que escreve sua tese de doutorado sobre o papel da pecuária na ocupação da Amazônia, revela que um projeto de lei será encaminhado até outubro para o Congresso Nacional. A intenção é criar áreas de zoneamento determinando onde será permitido a criação de gado. "Terá de ser uma política de Estado e não de governo, senão não dará certo", diz ele.

Com base nos dados da produção de pecuária municipal do IBGE, o documento afirma que 34,667 milhões de hectares da Amazônia foram ocupados com pecuária entre 1990 e 2005. Outros 5,405 milhões foram ocupados com soja, seguida por milho (930 mil hectares), arroz (508 mil) e algodão (432 mil).

Nesse período, o Brasil registrou um aumento expressivo de 40,8% de gado bovino no seu rebanho. Das 60,05 milhões de cabeças, nada menos que 80,5% se deram nos nove Estados que compõem a Amazônia Legal.

Miragaya salienta que o avanço do plantio de soja em áreas que antes eram ocupadas pela pecuária, sobretudo no Centro-Oeste, forçou o avanço do gado para as áreas amazônicas. Esse efeito indireto, segundo ele, teria sido equivalente a 4,62 milhões de hectares (ou 15% das áreas utilizadas para o agronegócio).

A conjuntura internacional foi determinante para esse movimento. Grandes exportadores de carne bovina estão encurralados, diz o economista, cuja tese de doutorado é sobre o papel da pecuária na ocupação da Amazônia. Ele cita como exemplos Austrália, Argentina e EUA. O denominador comum é a limitação de terras disponíveis para o avanço do gado, no momento em que soja e milho ganham importância nos mercados internacionais.

"Ao contrário dos nossos concorrentes, o Brasil tem terras demais. E para onde o gado está indo? Para a Amazônia, enquanto nas demais regiões do país os rebanhos estão em declínio", diz.

É o que se conhece como movimento de "subida do boi". Expulsos por culturas mais rentáveis do sul, sudeste e centro-oeste do país, os rebanhos bovinos encontraram na região amazônica condições ideais para crescer: terras baratas (em muitos casos griladas), solos e clima impróprios para lavouras em algumas localidades. A falta de infra-estrutura, indispensável para as grandes plantações de grãos, é outro fator que explica esse movimento.

Rondônia e Acre registraram em 15 anos o crescimento mais acelerado na criação de boi na Amazônia Legal - 560% e 478%, respectivamente. Mato Grosso e Pará incrementaram suas criações em 200%, cada um. Amazonas, Tocantins e Maranhão foram os únicos que registraram expansão de pecuária abaixo dos 100%, no período de 1990 e 2005.

"Quase todo esse crescimento foi puxado pelas exportações", diz Paulo Barreto, especialista em cenários de ocupação do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Segundo ele, no início dos anos 90 eram exportados apenas 5% de toda a produção nacional de carne bovina. Em 2006, os embarques representavam 25%.

O estudo mostra que o impacto da soja ainda é bastante limitado em relação ao desmatamento provocado por outros setores do agronegócio. "Não é a pecuária a responsável pela invasão na região amazônica. Falta na região um melhor controle do direito de propriedade. Muitas das propriedades não têm título e é isso que gera a disputa pela terra e fomenta a invasão de áreas", afirma Cesário Ramalho, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB). Para ele, no entanto, não há necessidade de se criar um zoneamento por culturas da região amazônica. "O próprio mercado decide se vale a pena plantar ou não", diz, citando como referência a moratória da soja assinada pelas indústrias esmagadoras, que se comprometeram a não comprar grão produzido em áreas desmatadas do bioma amazônico.

Etanol

Ministério do Trabalho conhece resultados do Cana Limpa - Agência CNA - 03/09/2007

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) participa, hoje (3/9), às 14h30, na sede do Ministério do Trabalho e Emprego, de reunião do grupo que discute o trabalho por produção no setor rural, com a participação de entidades representantes do governo, Judiciário e trabalhadores rurais. O objetivo do grupo é formular uma alternativa que regule a produção por trabalhador, de forma a evitar excessos prejudiciais à saúde. O principal tema do debate tem sido a relação de trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar, cultura que concentra mão-de-obra remunerada de acordo com a produção.

Para contribuir com esse trabalho, o chefe da Divisão Técnica da Federação de Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), Jair Kaczinski, vai apresentar os avanços do programa Cana Limpa, implantado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional São Paulo (SENAR-AR/SP), em 2004, com o objetivo de profissionalizar cortadores de cana-de-açúcar. Até hoje, já passaram pelo treinamento mais de 124 mil cortadores de cana de São Paulo, e os resultados obtidos geraram maior produtividade, com saúde e melhoria salarial para o trabalhador. O Programa também aumentou a eficiência no corte da cana e reduziu o número dos acidentes de trabalho pelo uso dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual).

Usineiros querem garantia de preço - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/09/2007

Pedido foi feito a Lula pela Única e refere-se à geração de megawatts a partir de sobras de cana

A União Nacional da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única) formalizou ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, sua reivindicação de garantia de preço para a energia elétrica a ser gerada a partir das sobras da cana.

Em um encontro de mais de uma hora no Palácio do Planalto, representantes da Única deixaram claro ao presidente Lula o seu poder de fogo. O setor gera atualmente 1.448 megawatts médios - o equivalente a Angra 3 - e, com base nas estimativas de safra, prevê a elevação do fornecimento dessa “energia limpa” para 10.084 megawatts médios entre 2012 e 2013, pouco menos que a geração da Hidrelétrica de Itaipu.

O mesmo tema fora resumido pela Única a Lula durante um vôo entre Kingston, na Jamaica, e a Cidade do Panamá, no dia 9 de agosto. Os usineiros, que acompanhavam a visita presidencial ao México, América Central e Caribe no segundo avião da Presidência, foram convidados a embarcar no Aerolula naquele trecho e puderam expor seus argumentos.

Ontem, ao final de uma exposição mais profunda, o presidente Lula respondeu aos usineiros com sua solução de praxe: a criação de um grupo de trabalho para estudar o preço da bioeletricidade e o “máximo de repasse possível aos consumidores”.

A Única quer extrair do governo um compromisso de reconhecimento automático do valor agregado da bioeletricidade, que pode ser ofertada apenas no período da seca no País, entre abril e novembro, quando se dá a colheita da cana.

Para a geração dessa “energia limpa”, podem ser aproveitados o bagaço, a ponta e a palha - subprodutos que representam dois terços da cana e que, sem essa alternativa, acabam geralmente queimados ou usados na fabricação de fertilizantes. Nessa época do

ano, cai a geração das hidrelétricas e entram em operação as usinas térmicas, que produzem “energia suja” e mais cara.

SUBSÍDIOS E CUSTOS

Na audiência com Lula, Marcos Jank, presidente da Única, defendeu que a composição do preço da bioeletricidade deve levar em conta os subsídios embutidos no valor da energia de outras fontes - hidráulica, térmica, nuclear etc . - e também os custos de transmissão e ambientais.

Ou seja, o preço da bioeletricidade teria de ser muito superior ao que foi proposto no primeiro leilão de fontes alternativas, em junho passado, cujo resultado decepcionou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Apenas 19 usinas de biomassa participaram.

Jank argumentou que o setor tem condições de colocar em operação uma usina de bioeletricidade em apenas 24 meses, em contraposição ao período necessário para a construção e início de geração de uma hidrelétrica, de cerca de cinco anos.

A iniciativa requer, em geral, o investimento único do empreendedor na aquisição de caldeiras de alta pressão, que custam entre R\$ 20 milhões e R\$ 60 milhões, e para o qual há linha disponível no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Mas há outros entraves a serem superados pelo governo, na visão da Única, além da polêmica sobre o preço da energia. O primeiro é a ausência de ramais para a conexão das usinas de bioeletricidade às redes de transmissão - os chamados pés de galinha. O segundo entrave é a necessidade de simplificação e de racionalização das exigências de licenças ambientais para as usinas que pretendem participar nos leilões de energia.

LEI DO ÁLCOOL

O presidente Lula optou também pela criação de grupos de trabalho para lidar com outras duas questões polêmicas para o setor sucroalcooleiro: a regulamentação do etanol e a situação do trabalho nos canaviais.

Sob o argumento de que o setor planeja investir R\$ 17 bilhões até 2014 em 80 novos projetos de produção de álcool, a Única reiterou sua reivindicação de que as regras para o setor não sejam incluídas na Lei do Petróleo. O motivo é que essa hipótese permitiria maior ingerência da Petrobrás sobre o setor.

Os usineiros concordaram também em discutir as queixas dos cortadores de cana, trazidas nesta semana ao presidente Lula, e se mostraram dispostos a proibir a terceirização dessa tarefa.

O papel do etanol na onda verde mundial - Maurilio Biagi Filho – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/09/2007

Não é fácil enumerar as vantagens e os benefícios gerados por seus próprios produtos. Corremos o risco da arrogância. No caso do setor sucroalcooleiro, há muito o que falar. Tendo mais de 50 anos de experiência, reservo-me o direito de comprovar minhas teorias com argumentos oferecidos por respeitadas pessoas de outras áreas. Como os do nobre embaixador Sérgio Amaral no seu artigo A nova onda verde, publicado no Estado em 18 de julho. De acordo com ele, há algumas razões para avançarmos no desenvolvimento de ações que busquem proteger o nosso planeta da inevitável elevação de temperatura. Uma delas é o aumento do uso de combustíveis renováveis, como o etanol. Quanto mais tecnologia e produção tivermos, maior será a nossa contribuição para evitar essa catástrofe eminente. Dias depois, o jornalista Alberto Tamer lembrou bem aqui no Estado que a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), antes favorável ao etanol, agora mudou. 'Por que será?', indaga Tamer. Diz a FAO que o combustível limpo ameaça o preço dos alimentos. Ele nota a estranha coincidência: divulgar sua posição justamente pouco antes da reunião sobre o tema, em Bruxelas, onde Lula foi o principal convidado. 'Isso confirma apenas que o lobby da Opep ganha força e agressividade. Afinal, seus integrantes embolsam dezenas de bilhões de dólares vendendo por US\$ 74 o barril de petróleo que produzem por US\$ 10. É mentira deslavada!' Para o jornalista, Lula reagiu à altura: 'Por que não falaram no aumento do preço dos alimentos quando o petróleo pulou de US\$ 28 para US\$ 74?' Ninguém respondeu, porque não tinha o que responder. Os preços subiram antes. Nos últimos 12 meses, os preços de todas as commodities agrícolas, metálicas e minerais explodiram! E o etanol ainda nem havia entrado no mercado! A jornalista Sonia Racy, em sua coluna Direto da Fonte, do dia 4 de agosto, informa que a missão empresarial que acompanhou o presidente ao México, à América Central e ao Caribe entregou a ele documento que alerta para o risco de a produção e a comercialização do álcool combustível passar para a responsabilidade da Petrobrás, como vem sendo articulado nos bastidores do governo. Sonia assinala que, segundo os empresários, 'a primeira reação será a fuga em massa dos US\$ 17 bilhões já aplicados por dezenas de investidores estrangeiros, que não suportariam ver sua atividade controlada pelo Estado'.

Vai além: 'Em seguida, cessará o fluxo de capital externo para o setor sucroalcooleiro.' E o Estado, em seu editorial (27/8, A3) prevê o mal que se trama: 'Está pronto o anteprojeto que amplia as competências da Agência Nacional do Petróleo (ANP), estendendo seu poder de regulação e fiscalização à produção, comercialização, armazenagem e transporte do etanol. O projeto contém tantos exageros que pode causar graves prejuízos para a atividade sucroalcooleira e para o País.' A relação entre esses comentários pode não parecer muito óbvia para muitos. Mas vejo uma relação direta de causa e efeito. De um lado, o Brasil tem tecnologia avançada na produção de um combustível barato, renovável e ecologicamente correto; de outro, tem a infeliz idéia de o Estado apropriar-se dessa conquista da sociedade. O efeito seria devastador. Todo o avanço obtido com o fruto do mercado livre seria abortado em razão de uma estrutura monopolista oferecida pelo Estado burocrático. Em vez de avançarmos na crescente evolução do etanol com a abertura de novos mercados, aumento do consumo e conseqüente redução da emissão de poluentes, estaríamos restringindo tudo o que conquistamos em 30 anos de pesquisa e muito investimento por parte da iniciativa privada. Se essa idéia do governo se

concretizar, entregaremos outro tesouro brasileiro nas mãos do Estado. A História mostra que o Brasil não tem muita sorte na escolha de governos eficientes, que administrem corretamente seus recursos e tecnologias. Essas atitudes inibiriam o desenvolvimento tecnológico, produtivo e de consumo, nos jogando na contramão de uma tendência mundial. O Brasil, os demais países e o planeta teriam muito a perder com essa ação antievolucionista do governo. Diante de tantas ingerências, não vamos esperar para ver o que acontece. Vamos agir, preservar nossas conquistas e lutar para que o País continue modelo na solução de fontes de energia que respeitam o meio ambiente. *Maurilio Biagi Filho, CEO da Maubisa Consultoria, é membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República

Para Lula, FHC foi 'insensível' a projeto do álcool - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/08/2007

Na Jamaica, o presidente afirmou que a gestão anterior tratava os empresários do setor como marginais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva acusou ontem o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) de se mostrar 'insensível' à retomada do projeto de produção de álcool combustível no fim dos anos 90 e de tratar os empresários do setor sucroalcooleiro como 'marginais'. Em discurso a empresários brasileiros e jamaicanos em Kingston, na Jamaica, Lula explicou a história do projeto e elogiou a decisão 'extremamente acertada' do ex-presidente general Ernesto Geisel de apostar no Proálcool, nos anos 70.

Disse ainda que, na sua administração, os empresários do setor tornaram-se 'personalidades internacionais', ressaltando para a primeira-ministra da Jamaica, Portia Simpson Miller, a política de bicomcombustíveis incentivada por seu governo.

'Os empresários sabem que eram tratados como marginais. O governo tinha vergonha deles', afirmou Lula, dizendo que a administração de Fernando Henrique havia recusado as propostas do PT de renovação da frota de automóveis com veículos a álcool e de substituição de carros oficiais também por esses modelos, que poderiam ter antecipado a nova onda dos biocombustíveis. Na platéia, um dos principais executivos do setor considerou acertada a avaliação de Lula sobre a insensibilidade da era FHC em relação à política do álcool. Mas ponderou que, em vez de tratados como marginais, eram recebidos com 'desdém'.

Em São Paulo, ao ser questionado pelo Estado, FHC comentou as declarações de Lula: 'De álcool, ele entende mais que eu e agora chegou à apoteose'.

Durante o encerramento do Fórum de Negócios sobre Etanol e Biodiesel, Lula ainda defendeu que a política do biocombustível não seja regida a partir da lógica da União Européia, onde a economia e a sociedade não necessitam da produção de álcool como um meio de impulsionar o desenvolvimento sustentável e a erradicação da fome e da pobreza, mas conforme a visão da África. Aos europeus, insistiu, caberia a função de consumir o

etanol e o biodiesel fabricado em países em desenvolvimento e, assim, compensar o mundo por suas emissões de poluentes na atmosfera.

'Eles já estão com a casa arrumada, tomam café-da-manhã, almoçam e jantam todos os dias e têm renda per capita de US\$ 25 mil a US\$ 30 mil', sustentou. 'Quem deve comprar os biocombustíveis? Eles, que são os maiores poluidores do planeta.'

Em seu improviso, Lula parecia enfrentar o desafio de convencer a platéia a apostar na disseminação da produção e do consumo do álcool. A audiência, entretanto, havia comprado essa idéia há anos, como ele mesmo verificou, ao inaugurar uma usina de transformação de álcool hidratado brasileiro em álcool anidro.

A Jamaica tem três unidades de conversão de etanol e aprovou lei que obrigará a adoção da mistura de 10% do álcool na gasolina a partir de 2008.

FRASES - Luiz Inácio Lula da Silva - Presidente - 'No governo FHC, empresários do setor sucroalcooleiro eram tratados como marginais'

Fernando Henrique Cardoso - Ex-presidente - 'De álcool, ele entende mais que eu'

COLABOROU CARLOS MARCHI

Governo cria grupos de trabalho do setor de álcool – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/09/2007

Lula recebeu representantes de usinas no Planalto

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - Em reunião ontem com representantes do setor sucroalcooleiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu que três grupos de trabalho vão discutir questões de interesse dos empresários e trabalhadores de plantações de cana.

Um dos GTs, segundo Marcos Jank, presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), tratará da chamada "bioeletricidade". O maior desafio será definir o preço da energia elétrica obtida a partir do bagaço e da palha de cana. Segundo Jank, o grupo irá avaliar, por exemplo, questões ambientais e custos de transmissão desse tipo de energia, além de fazer comparações com outras fontes de eletricidade.

Segundo Jank, no caso da energia elétrica, hoje o setor já produz 1.400 MW. "Hoje vendemos o equivalente a uma usina do tipo Angra 3", disse. Já no caso do álcool, a estimativa do setor é de investimentos de R\$ 17 bilhões em sete anos.

Outro grupo, que já está em funcionamento, segundo o governo, tratará de definir um marco regulatório para o etanol, uma das apostas de Lula em matéria energética. Já está em elaboração um projeto de lei que regulamenta o álcool como combustível.

O terceiro grupo discutirá as condições de trabalho. Na quarta-feira, Lula ouviu queixas de trabalhadores de canaviais, em reunião no Planalto.

Plantio de cana avança no Norte do país – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/09/2007

Governo de Roraima afirma que cultivo é realizado em área de campos naturais e não ameaça a floresta amazônica

Secretário diz que dez empresas já estão instaladas na região; executivo espera rendimento superior ao obtido em São Paulo

A cana-de-açúcar chegou ao extremo norte do país. Empresas interessadas em produzir álcool tanto para o mercado local quanto para o exterior -a Venezuela é logo ali- já plantam suas mudas nas savanas do Estado de Roraima.

"Não está sendo plantado nada sobre a floresta amazônica, é bom que se diga. As áreas ocupadas são campos naturais, em um raio de 50 km de Boa Vista", explica Alvaro Callegari, secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado.

Ele confirma que dez empresas já estão instaladas na região. E todas foram bem recebidas pelo governo. "Alguns já plantam soja no Centro-Oeste e agora resolveram investir aqui", diz o político.

Apesar de os pesquisadores amazônicos considerarem os campos de Roraima áreas importantes para a preservação da biodiversidade, Callegari usa um exemplo secular para explicar o uso dessas regiões.

"As savanas de Roraima são usadas pela pecuária há mais de um século, assim como ocorreu nos pampas gaúchos com os jesuítas", explica o secretário, que é curitibano e está há mais de 20 anos em Boa Vista.

"A qualidade de vida aqui é excepcional. O clima é ideal para a cana-de-açúcar, temos muita luz, por exemplo. Parece que estamos na praia."

As impressões climáticas relatadas por Callegari condizem totalmente com a realidade, segundo Milton Steagall, diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da Biocapital, empresa paulista recém-instalada na região de Boa Vista. "A iniciativa partiu da empresa, mas fomos muito bem recebidos pelo governo", afirma Steagall. Um dos incentivos fiscais já concedidos é o desconto no ICMS.

As expectativas de produtividade são muito boas, segundo o executivo. Sem citar números, ele diz que o rendimento da cana-de-açúcar nas savanas amazônicas -a empresa já obteve todas as licenças ambientais, segundo ele- deve ser superior ao obtido em São Paulo.

"A questão da produtividade é o fator determinante para a escolha de Roraima. Nas usinas de álcool, 70% do custo é a matéria-prima. Se a produtividade não for boa, o investimento pode ser colocado em risco."

Por enquanto, a Biocapital está na fase de multiplicar as mudas de cana plantadas em seus viveiros. A variedade levada para a Amazônia não foi desenvolvida especialmente para a região, mas a expectativa dos empresários é que os tipos escolhidos se adaptem totalmente ao solo amazônico.

Moagem em 2009 - Pelo cronograma da empresa, o início da moagem deve ocorrer em 2009. Inicialmente, o projeto deve suprir o consumo apenas da região. "O objetivo é chegar a 2014 com uma capacidade de moagem de 6 milhões de toneladas, o que deverá render uma produção de 530 mil litros de álcool", explica o diretor da Biocapital, que preferiu não revelar o investimento feito pelo grupo.

As contas da empresa também projetam a geração de 5.600 empregos diretos e de 12 mil indiretos.

Como a usina será instalada em uma região de savana, a questão ambiental está resolvida, segundo Steagall. "O projeto não tem riscos ambientais."

De acordo com ele, a empresa está muito consciente da sua responsabilidade nas questões ambientais. "A questão fundiária, por exemplo, não atinge a Biocapital, pois parte das terras será da nossa propriedade, e uma outra parte, de terceiros, com os quais teremos contratos de arrendamento."

Se o discurso empresarial é mais comedido, o governamental é repleto de esperanças.

"Temos como plantar cana-de-açúcar em até 65% do nosso cerrado. São quase 4 milhões de hectares. A Venezuela será um grande mercado para nós, porque ela terá que tirar o chumbo da gasolina e, provavelmente, terá que usar o álcool para ter um combustível mais limpo", lembra o secretário Callegari.

Sombra sobre o etanol – Antonio Delfim Netto – Folha de São Paulo – Opinião – 05/09/2007

OS CRÍTICOS das políticas sociais do governo Lula precisam aceitar o fato. Bem ou mal, com um custo relativamente baixo, como é o caso do Bolsa Família e da agricultura familiar, ou com um custo relativamente alto, como é o caso das vinculações previdenciárias e assistenciais ao salário mínimo, elas têm reduzido o altíssimo nível de desigualdade com que o Brasil conviveu por tempo demasiadamente longo. As "bolsas" provavelmente não têm um custo maior do que os subsídios dados a um pequeno número de pessoas no passado.

A diferença é exatamente essa: políticas públicas assistencialistas focadas em setores com suficiente poder político nos acompanham desde o século 16. Construídas sob o "suporte moral" de que garantiam a atividade, o emprego e, às vezes, a exportação, eram apenas menos visíveis e extremamente concentradoras de renda, porque "distribuíam" entre os membros de um clube.

A assistência social se democratizou desconcentrando ligeiramente a distribuição de rendas, e os velhos "clubes" enfrentam agora a dura concorrência do mercado. O setor sucroalcooleiro é um exemplo conspícuo. Durante mais de meio século, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) realizou uma intervenção visivelmente concentradora de renda. O setor resistiu bravamente à competição a que foi exposto com a liquidação do IAA. É hoje uma das esperanças brasileiras para manter a posição de liderança na produção do etanol de cana de açúcar e o "enfant gâté" do presidente Lula.

O que se deve exigir de qualquer política assistencialista emergencial que suporta os cidadãos em dificuldades é que ela contenha em si a semente de sua própria destruição: que seja acompanhada de políticas de estímulos e incentivos que propiciem aos seus recipientes que se libertem -pelo aumento das oportunidades de emprego e de renda- dos programas que os amparam no curto prazo. A experiência nacional (e internacional!) mostra que assistencialismo que leva à acomodação do cidadão com a sua situação de penúria frustra o desenvolvimento geral.

Circulam rumores de que o governo não resistirá à tentação de regular o setor de combustíveis renováveis, o que certamente será, a longo prazo, um desastre para o programa que se transformou no carro-chefe do presidente Lula. No processo de globalização em que estamos metidos, a competição é o nome do jogo. Quanto menos o governo regulamentar e tentar fazer aquilo que o setor privado faz com maior eficiência, melhor para ele e para o Brasil. contatodelfimnetto@uol.com.br

Trabalho no corte de cana tem dias contados, diz estudo – Juliana Coissi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/09/2007

Em SP, acerto entre usineiros e governo prevê fim das atividades em dez anos

Esalq/USP afirma que houve queda de 20,9% no total de trabalhadores no setor entre 1981 e 2004, de 625 mil para 494 mil

A profissão do bóia-fria da cana-de-açúcar está com os dias contados no Brasil. É o que aponta estudo da Esalq/USP, que mediu os efeitos da mecanização das lavouras. Segundo a pesquisa, houve queda de 20,9% no número total de trabalhadores rurais no setor entre 1981 e 2004, que passou de 625 mil para 494 mil. Em contraste com essa queda, houve aumento de 166,3% na produção de cana no período -de 156 milhões de toneladas para 415 milhões de toneladas.

A mecanização vem aumentando ano a ano, segundo o estudo, por ao menos três razões: econômica, legal e social. Além do uso de máquinas otimizar a produção e substituir o pagamento de mão-de-obra -uma colheitadeira substitui o trabalho de cem cortadores de cana-, foram criadas leis para extinguir a colheita manual.

Segundo a economista Márcia Azanha Ferraz Dias de Moraes, da Esalq/USP e autora do estudo, o setor sucroalcooleiro tem absorvido cortadores de cana em algumas funções dentro da cadeia, como tratorista ou operador de caldeira de usina, mas a grande massa de trabalhadores -muitos analfabetos- ficará desempregada.

Em 2005, dos 519 mil trabalhadores da cana, 150 mil eram analfabetos -o Estado de São Paulo tinha 30 mil. "Claro que a mecanização vai desempregar e atingir justamente essas pessoas que não têm escolarização e não conseguirão ser absorvidas por outras formas de trabalho. São necessárias políticas públicas para começar a absorver essas pessoas, mas até agora nada está sendo feito conjuntamente", disse Azanha.

A pesquisa fez o levantamento da evolução do número de empregados baseado em dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

Caminho sem volta - Ao menos no Estado de São Paulo já existe uma data para o fim da profissão de cortador de cana: 2017. É o prazo final firmado entre usineiros e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, em protocolo assinado em maio deste ano, antecipando o limite de 2031 que havia sido imposto por lei estadual criada para eliminar gradativamente as queimadas de cana -as queimadas, feitas geralmente à noite, são necessárias para viabilizar o corte manual.

Outro fator é que nos últimos anos aumentou a cobrança pelo cumprimento das normas trabalhistas no campo, principalmente após a morte de 21 bóias-frias, desde 2004, supostamente por excesso de esforço no trabalho.

Neste ano, por exemplo, uma força-tarefa formada por Procuradoria do Trabalho e Subdelegacia do Trabalho, com apoio da Polícia Civil, fez várias blitzes em canaviais e alojamentos de bóias-frias no Estado em busca de irregularidades trabalhistas, como a falta de registro, a não-utilização de equipamentos de proteção, jornada irregular e alojamentos precários.

Segundo a Unica (reúne as indústrias sucroalcooleiras), de 42% a 45% da produção de cana no Estado de São Paulo já é colhida por máquinas, índice acima do nacional -entre 35% e 37%. "A mecanização é uma trilha sem volta, e as usinas vão buscar capital para se desenvolver", disse Sérgio Prado, diretor da Unica na região de Ribeirão Preto -uma colheitadeira custa cerca de R\$ 800 mil.

As novas usinas, por exemplo, já não contam mais com a figura do cortador de cana, disse Prado. Segundo ele, o papel de inserir os trabalhadores em outras áreas quando a função de cortador for extinta deve ser assumida em conjunto por empresas, sociedade e governo.

A massa de trabalhador sem formação é também migrante, principalmente da região Nordeste e do Vale do Jequitinhonha (MG). Muitas vezes eles embarcam para as zonas canavieiras atraídos apenas por comentários dos vizinhos sobre os ganhos no corte da cana. "Só tem vindo gente nova. Cortador com mais de cinco anos de safra não chega mais", diz a irmã Inês Facioli, da Pastoral do Migrante. Segundo ela, os cortadores mais experientes não suportam mais a carga de trabalho. Neste ano, o campo tem assistido a um fenômeno revelador dos novos tempos: em plena safra, migrantes estão voltando para suas cidades por terem sido dispensados ou não encontrarem trabalho nas usinas (leia texto nesta página).

Sem emprego, muitos voltam ao Nordeste - Juliana Coissi e Jucimara de Pauda – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/09/2007

DA FOLHA RIBEIRÃO - Elias de Souza Rais, 30, saiu do Maranhão em abril deste ano em um ônibus lotado de homens que, como ele, sonhavam aproveitar o boom do álcool e obter um emprego no corte de cana na região de Ribeirão Preto (SP), a maior produtora do combustível no país.

Menos de um mês depois, sem conseguir emprego, sem dinheiro e após passar muitos dias comendo apenas arroz duro e dormindo em um quarto sem camas, ele e os companheiros foram enviados de volta para casa graças à ajuda da Igreja Católica e das prefeituras de Guariba e Dumont. As duas cidades funcionam como uma espécie de cidades-dormitório de migrantes da cana.

Rais foi uma das vítimas do aumento da mecanização, que tem diminuído ano a ano o número de postos de trabalho no corte manual da cana -na região de Ribeirão Preto, cerca de 70% da cana já é colhida com máquinas-, e também do maior cuidado do setor na hora de selecionar os trabalhadores.

Devido às mortes ocorridas nos canaviais, os exames médicos estão mais rigorosos e barram, por exemplo, candidatos com suspeita de terem o mal de Chagas (transmitido por um inseto conhecido como barbeiro). Muitos trabalhadores chegaram a ser contratados pelas usinas mas, ao vencer o prazo de três meses de experiência, foram dispensados -as empresas alegam que muitos pediram demissão por não terem se adaptado ao trabalho.

Segundo a Pastoral do Migrante de Guariba, nos meses de maio e junho, pelo menos três ônibus por semana saíram da cidade lotados de trabalhadores retornando ao Nordeste. A situação provocou uma espécie de vaivém da cana em plena safra: enquanto migrantes desempregados voltavam de ônibus, os mesmos veículos traziam mulheres e filhos dos bóias-frias aprovados. São casos de trabalhadores que optaram por recompor a família, já que têm a garantia de emprego ao menos até o final da safra. As mulheres, recém-chegadas, também buscam postos de trabalho, principalmente na colheita de laranja nas lavouras de cidades da região, como Itápolis. ()

Usineiros prometem gerar energia - Chico de Gois – O Globo – Economia – 01/09/2007

Empresários dizem a Lula que formalizarão trabalho no corte da cana

BRASÍLIA. Reunidos com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por mais de duas horas, usineiros fizeram uma exposição sobre a capacidade de o setor produzir energia a partir da biomassa, usando o bagaço e a palha da canadeaçúcar — hoje subutilizadas, segundo eles.

Os empresários, constantemente acusados de exploração da mão-de-obra, disseram que pretendem adotar uma auto-regulação e prometeram acabar com a terceirização no corte da cana, contratando trabalhadores com carteira assinada.

Segundo o presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Marcos Jank, os empresários disseram que o setor pode produzir 1.400 a 3.000 megawatts anuais de energia (até duas vezes a produção de Angra 2) para suprir a demanda entre 2010 e 2012: — É claro que isso será feito por hidrelétricas, mas entendemos que é melhor utilizar a biomassa de cana do que energias sujas.

Ele advertiu que os usineiros precisarão se modernizar e que, embora não se tenha falado em financiamento do governo, uma caldeira custa de R\$ 20 milhões a R\$ 60 milhões. Jank disse que os usineiros estão “extremamente preocupados” com questões trabalhistas. Quartafeira, trabalhadores se reuniram com Lula e mostraram insatisfação com o fato de o presidente ter chamado os produtores de heróis.

— Vamos responder às inverdades, corrigir e punir aqueles que não cumprem a legislação. A idéia é criar mecanismos de auto-regulação, para fazer com que essa questão seja tratada como prioridade pelo próprio setor — disse Jank.

Inkra participa de debate sobre etanol em Campos (RJ) – Sítio Eletrônico do MDA – 13/09/2007

O Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) no Rio de Janeiro, Mário Lúcio Melo Jr., participará na próxima semana do seminário Etanol e Plantio Extensivo de Eucalipto: Discutindo os Impactos Socioambientais do Agronegócio no Norte e Noroeste Fluminense. A atividade ocorrerá no dia 17, na Universidade do Norte Fluminense (UENF), em Campos (RJ).

O evento, que acontece das 9h às 18h, é promovido pelo Fórum Estadual da Reforma Agrária, com apoio do Centro da Ciência do Homem e do Programa em Políticas Sociais da UENF e da Rede Alerta Contra o Deserto Verde.

Mário Lúcio irá participar do primeiro painel, previsto para 10h, cujo tema é O Etanol e a Expansão do Cultivo da Cana: Conseqüências Sócio-Ambientais e a Luta pela Reforma Agrária. O mediador será o professor Marco Pedlowski, da UENF. Os demais palestrantes serão Edvar Lavratti, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e os professores Carlos Walter e Aristides Sofiatti, ambos da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O segundo painel, às 14h, terá o tema Celulose, a que Interesse Serve?. O mediador será Sérgio Ricardo, da Rede Alerta, e os palestrantes Marcelo Calazans, da FASE/ES, o índio Tupinikin Ervaldo Santana e o quilombola Antônio Rodrigues.

**Comissão de DH debate os problemas dos agrocombustíveis – Sítio Eletrônico do MST
– 13/09/2007**

Nesta quarta feira, dia 12, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater a questão do aquecimento global, os agrocombustíveis e o direito humano à alimentação. A discussão contou com a presença assessor da Via Campesina, Horácio Martins, o sociólogo Donald Sawyer e o engenheiro eletricista do Greenpeace, Ricardo Baitelo.

A discussão partiu do questionamento feito por alguns deputados e movimentos sociais camponeses de que o discurso da "energia limpa e renovável" possa transformar o Brasil num simples exportador de agrocombustível em detrimento da produção de alimentos.

O professor Meireles demonstrou bastante preocupação a expansão do etanol no Brasil. Dados relatados por ele afirmam que a área plantada com cana já chega ao 6,6 milhões de hectares. Em 2010, a expectativa é de 12 milhões de hectares e, em 2017, 28 milhões de hectares. De acordo com ele, esse crescimento, ao contrário de suprir a demanda interna de álcool, somente é voltado para a exportação, reforçando a super-exploração do trabalho precário, ou escravo. "Essa produção feita desta forma só está levando a uma grande concentração de terra, a uma desorganização dos territórios camponeses e indígenas".

Já o sociólogo da Universidade de Brasília, Donald Sawyer mostrou preocupação com a falta de políticas eficientes para a produção de etanol. Ele explicou que a plantação de cana-de-açúcar gasta muita água, o que pode ser prejudicial para os mananciais brasileiros. Os subprodutos do etanol, como o vinhoto (altamente poluente) também foram citados para demonstrar os perigos ao ambiente da produção sem sustentabilidade. "Os agrocombustíveis só despontam como solução para os países ricos", lamentou.

Para Ivônio Barros, do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, o debate sobre os agrocombustíveis suscita o debate de como o agronegócio está ligado à super-exploração do trabalho e a infração aos Direitos Humanos. Ele afirmou que a monocultura se é praticada hoje é a mesma que já existiu nas primeiras décadas da colonização do Brasil. De acordo com Barros, o que mudou foi a "roupagem da propaganda que está sendo feita".

"O que se chega no momento é que o Brasil perderá uma janela de oportunidades caso não cumprir o dever de casa que o agronegócio e o capital financeiro apresentam à agenda parlamentar brasileira. Olhar o desenvolvimento econômico e o que está acontecendo no Brasil dentro da perspectiva do ser humano não é impedir o desenvolvimento do País", disse.

Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos confirmam os efeitos negativos do etanol. O cultivo e o processamento da cana poluem o solo e as fontes de água potável, por utilizarem grandes quantidades de produtos químicos. Ou mesmo da soja, produto que, segundo a Embrapa, abrirá o mercado para os agrocombustíveis no Brasil.

Outra questão é o iminente aumento da grilagem de terras, como já acontece em São Paulo com a tentativa do Governo Estadual em legalizar a grilagem de terras na área do Pontal do Paranapanema. "A grilagem no Brasil, geralmente, começa com o desmatamento, utilizando-se de trabalho escravo, depois com a pecuária e a produção de etanol, ou mesmo

soja", afirma Marina dos Santos, integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O debate também foi iniciativa da Frente Parlamentar Ambientalista, da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional. O requerimento partiu do Deputado Federal Chico Alencar (Psol-RJ).

Usineiro discute potencial de co-geração com Lula – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 03/09/2007

A cúpula da Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) reuniu-se, na sexta-feira, com o presidente Lula para discutir co-geração de energia a partir do bagaço da cana, conforme antecipou o Valor. Na reunião, os usineiros pediram para o governo afrouxar a concessão de licença ambiental aos projetos de bioeletricidade e ter maior acesso à rede de transmissão.

Dados da Unica mostram que o setor tem condições de abastecer o mercado com até 10 mil Megawatts (equivalente a uma usina de Itaipu) , incluindo os novos projetos de usinas e a palha da cana, que e não é aproveitada no processo. Um grupo de trabalho foi criado para se discutir a precificação da energia a partir da biomassa, informou Marcos Jank, presidente da Unica. As usinas afirmam que os preços praticados nos leilões do governo não compensam os investimentos realizados.

Passada a crise da alta dos preços do álcool em 2003, o setor sucroalcooleiro voltou a ter prestígio com o governo. A reunião com o Lula durou cerca de três horas. Participaram também a ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, Luiz Dulci, secretário-geral da Presidência, e representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Do lado das usinas, Maurílio Biagi Filho, do Grupo Moema, André Biagi, da Santelisa Vale, Rubens Ometto, da Cosan, e Homero Arruda, da Copersucar. Biagi Filho tem atuado como porta-voz do setor junto ao governo.

A regulação do mercado de álcool também fez parte das discussões entre o setor e o governo. As usinas temem que o governo tenha um controle maior sobre esse mercado, por meio da Petrobras. Questões trabalhistas e socioambientais também estiveram em pauta. Segundo Jank, o setor estuda como requalificar os trabalhadores do setor que forem excluídos após a mecanização. (MS)

Aquecimento global - Igor Barenboim – Valor Econômico – Opinião - 07/09/2007

É difícil inferir em qualquer veredicto científico sobre o aquecimento global. Não está claro que ele está em curso e muito menos que o aumento da temperatura global que nós podemos estar vendo seja fruto da ação humana. De acordo com uma pesquisa conduzida por Bray e Storch em 2003, junto a especialistas no assunto em todo o mundo, apenas 9,4% dos cientistas disseram concordar fortemente com a seguinte proposição: "A mudança climática resulta principalmente da ação humana".

No entanto, a mídia e agências governamentais parecem ter chegado mais próximo de uma conclusão. De acordo com Patrick Michaels, que analisou o conteúdo diário de relatórios sobre o aquecimento global em dezembro de 2005, a razão entre "é pior do que pensávamos" e "é melhor do que pensávamos" é de 14 para 1. Michaels atribui este viés aos mecanismos institucionais de escolha pública. Segundo ele, a quantidade de fundos

disponíveis para vários assuntos científicos como aquecimento global, Aids e câncer é finita, e portanto há uma competição por recursos entre esses temas. De acordo com Michaels, a chave do sucesso para vencer essa competição é apresentar a mudança climática como uma questão de relevância máxima.

Entender a ciência por trás do aquecimento global é uma tarefa hercúlea que vai além da capacidade do autor deste artigo. Por isso, eu aqui me dedico a uma tarefa mais modesta. Tento contribuir para um melhor entendimento das conseqüências de uma crença mais profunda na mudança climática para preços de ativos e redistribuição de riquezas entre países, firmas e indivíduos. Ou seja, o objetivo desse artigo é entender melhor quem são os perdedores e os ganhadores de uma eventual mudança climática.

Uma maneira de se pensar o aquecimento global, de forma sistemática, é supor que este é um evento que pode ocorrer a cada período com probabilidade pequena, trazendo conseqüências negativas para o nível do PIB e para a taxa de crescimento econômico. Razões que justificariam um menor crescimento econômico em um cenário de aquecimento global são a regulação e a taxação que provavelmente emergiriam sobre atividades intensivas no uso de petróleo.

Neste arcabouço teórico, a la Barro (2006), há duas principais forças que afetam preços de ativos: 1) por um lado um menor nível de produto e crescimento econômico, ou expectativa destes, implica menores dividendos, o que por sua vez, leva a menores preços de ações; 2) no entanto, um futuro mais incerto leva agentes avessos ao risco a pouparem mais o que eleva preços de ações. A segunda força só predomina em casos muito extremos em que a probabilidade ou o tamanho da catástrofe ecológica seja muito grande. Caso contrário, o preço de ações e as taxas de juros deverão cair com o aumento da probabilidade do aquecimento global.

Maior crença no aquecimento global causaria redistribuição de credores para devedores, pois o preço dos ativos que os credores detêm cairia

Vale também incorporar a nossa análise diferenças entre países, indústrias e indivíduos. Setores diferentes da economia podem sofrer conseqüências distintas em caso de mudança climática. Na verdade, alguns setores, como os de energia alternativa, podem até se beneficiar desse evento. Portanto, a força de suporte aos preços de ativos devido a maior poupança gerada pela maior incerteza deverá ser concentrada nas ações de empresas que menos sofrerão com a regulação e taxação do uso do petróleo. Além disso, uma maior expectativa do aquecimento global gerará uma redistribuição de empresas com capital já instalado com uso intensivo do petróleo para empresas com capital por instalar.

Maior crença no aquecimento global também causaria redistribuição de credores para devedores, já que com um desastre ecológico em vista, o preço dos ativos que os credores detêm cairia. Em geral, indivíduos mais ricos têm maior poupança e portanto são credores líquidos. No entanto, esse padrão não é verdadeiro entre países. A maior economia do mundo, os EUA é devedor enquanto países pobres como a China, são credores.

Países também poderão ser afetados de modo distinto por uma expectativa maior de aquecimento global devido aos seus diferentes fatores de produção. O Brasil, por exemplo, pode se beneficiar devido a sua tecnologia e abundância de terras para produzir biocombustíveis. O maior desafio para o Brasil será lidar apropriadamente com a questão do direito de propriedade. O Movimento Sem-Terra tem historicamente colocado em xeque

o direito a propriedade rural e é natural que esse conflito se aprofunde, uma vez que os valores das terras e de seus produtos aumentem.

Uma outra dimensão que vale analisar é como o impacto da mudança climática pode ter conseqüências diferentes para indivíduos com nível de riqueza distintos. Os mais ricos, em média, são menos avessos ao risco, ao menos em termos absolutos. Essa é uma possível razão pela qual, apenas os mais abastados detêm ações, enquanto indivíduos mais pobres têm sua carteira basicamente repleta de ativos remunerados pela taxa básica de juros. Um possível resultado desta discrepância é uma redistribuição dos menos abastados para os mais ricos, caso haja uma crença maior e passageira no aquecimento global. Isso aconteceria porque os menos abastados teriam sua poupança remunerada por uma taxa de juros menor durante o período de crença na catástrofe, enquanto os ricos continuariam a deter ativos, além de continuar a alocar parte da sua poupança para ações artificialmente baratas. Uma vez passado o temor, os ricos sairiam relativamente mais ricos, ao contrário dos menos favorecidos.

Espero ter mostrado neste artigo que o aquecimento global é um assunto com conseqüências importantes para a distribuição de renda e riqueza entre países, firmas e indivíduos e, por isso, este tema é candidato natural a ser politizado. Enquanto a ciência continuar inconclusiva, será difícil alinhar os incentivos de todos a fim de tomar passos sérios para evitar esse perigo potencial. Portanto, antes de nos concentrarmos na batalha por corações e mentes em favor de medidas para evitar a mudança climática é importante levar a cabo uma séria busca da verdade. Uma vez que a comunidade científica fique mais próxima do veredicto de que o planeta Terra como conhecemos está em perigo devido a ação humana. O problema de ação coletiva será mitigado porque estará no melhor interesse da maioria continuar a viver num planeta que já conhecemos e no mínimo aprendemos a gostar. **Igor Barenboim é doutorando em economia pela Universidade de Harvard.**

Restrição a canaviais em Rondônia é questionada – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 07/09/2007

O vice-presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Expedito Junior (PR-RO), disse ontem que seu Estado (Rondônia) não aceitará a decisão do governo de proibir o plantio de cana em determinadas áreas da Amazônia.

A nova política de zoneamento foi anunciada em julho pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, como forma de controlar a expansão da cana, responder acusações de agressão ambiental e reduzir a pressão sobre áreas dedicadas à produção de alimentos.

A medida, que também inclui certificação socioambiental obrigatória nos canaviais e de usinas, será questionada por Expedito Junior em audiência pública no Senado. Ele anunciou que convocará Stephanes para esclarecer a intenção do governo federal com a proibição.(MZ)

De olho no exterior, Roraima busca impulsionar canaviais - Agência Brasil – Valor Econômico – Agronegócios - 11/09/2007

O Estado de Roraima quer plantar cana para produzir etanol. Duas empresas agroindustriais, uma de São Paulo e outra de Pernambuco, preparam investimentos na região. Os principais atrativos são a produção de álcool para abastecer Manaus e a exportação de etanol para a Venezuela.

Além da proximidade com mercados consumidores, o relevo e o clima favorecem a produção. A terra plana é ideal para mecanização. O clima bem definido, com temporadas de chuvas e de seca, favorece a aceleração da produção.

Segundo José Alberto Montione, da estatal Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o ciclo de plantio e colheita no Estado é mais rápido do que em outras regiões. "Nós estamos aqui a dois ou três graus Norte, com uma insolação muito grande e temperaturas altas. Por causa disso, o período das culturas encurta. Temos cana que cortamos com sete ou oito meses. No Sudeste, leva entre um ano e um ano e meio".

A meta é que a produção no Estado atinja até 3 milhões de toneladas em 2009, quando já estarão instaladas as usinas. A produção de álcool na Amazônia preocupa os ambientalistas. O secretário de Agricultura de Roraima, Álvaro Callegari, assegura que o plantio de cana não atingirá a área de Floresta Amazônica.

Biocombustível não deve substituir petróleo - Maurício Capela – Valor Econômico – Brasil - 13/09/2007

A escalada global de preços do barril de petróleo e a situação geopolítica dos principais países produtores têm acelerado cada vez mais a busca por fontes alternativas de energia no mundo. Tanto é assim que um estudo mundial recém-lançado pela consultoria Accenture sobre os biocombustíveis demonstra que a segurança energética, aliado à pressão ambiental e de preços, têm chamado a atenção de um bom número de companhias.

Iniciado em janeiro deste ano e concluído em julho último, o estudo colheu informações junto a 20 países, incluindo o Brasil, e chegou a conclusão de que a corrida por etanol e biodiesel poderão desembocar em números bastante animadores. Segundo o levantamento, em 2012, a produção de etanol poderá alcançar 70 bilhões de litros por ano no mundo, enquanto que o biodiesel poderá atingir 10 bilhões de litros.

"Ficou muito claro no estudo que não haverá substituição do petróleo por combustíveis de fontes alternativas. Para nós, o que acontecerá é uma soma de forças. A demanda por energia é crescente, mas isso não resultará em um menor consumo de petróleo", afirma Guilherme Pinheiro, sócio-diretor da Accenture e responsável pela área de energia da consultoria para América Latina.

Opinião idêntica tem o economista Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE). Para Pires, "o petróleo não terá no século 21 o papel que teve no século passado, mas ainda será a principal fonte de energia do mundo".

Segundo a consultoria, está muito claro o perfil da empresa que vai liderar o negócio de biocombustíveis no futuro. Além de precisar gerenciar muito bem a cadeia de suprimentos, de avaliar melhor que a concorrência os investimentos e de saber gerir os riscos inerentes ao negócio de commodity, a companhia precisará necessariamente estar conectada às novas tecnologias. "É preciso impactar os custos de produção", afirma Matthew Govier, gerente-sênior da consultoria no Brasil.

De acordo com o trabalho da Accenture, o Brasil tem uma boa oportunidade pela frente, já que poderá atrair maciços investimentos e gerar empregos. "É uma grande oportunidade, mas é preciso olhar a infra-estrutura", afirma Pinheiro.

Só para se ter uma idéia do que se pode atrair de investimentos. Uma usina de etanol que produza 40 milhões de galões por ano nos EUA tem condições de injetar na economia local de uma cidade daquele país cerca de US\$ 142 milhões e gerar US\$ 1,2 milhão em impostos.

Ministro revê travas à cana na Amazônia – Mauro Zanatta – Valor Econômico –
Agronegócios - 13/09/2007

Questionado na Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou ontem a seus colegas que o governo não cogita a proibição total do plantio de cana em terras da região amazônica. "Não vamos derrubar a Amazônia, mas isso não significa que não vamos permitir o plantio em algumas áreas da Amazônia", afirmou Stephanes em audiência pública.

Em meados de julho deste ano, entretanto, o ministro declarou que o governo não permitiria a expansão da cana naquela região. "Será totalmente proibido. É uma decisão de governo", afirmou. "Um mapa de restrições vai proibir o plantio de cana nos biomas da Amazônia, do Pantanal e de outros que ainda estamos estudando".

Diante das reações negativas dos deputados, Stephanes justificou a mudança de posição dizendo que suas declarações eram uma resposta às pressões internacionais de ONGs contra a expansão da cana por conta da febre do etanol. "A idéia era dizer que não vamos derrubar a floresta. O que pode ter havido foi um mal entendido (...) mas espero ter esclarecido a polêmica sobre a Amazônia", concluiu. O deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA) criticou "pressões internacionais" contrárias à produção de etanol em áreas já degradadas da Amazônia. "Isso pode beneficiar os Estados com investimentos, geração de empregos e redução de prejuízos ambientais".

Aos deputados, o ministro reafirmou que sua equipe prepara três "mapas" para regulamentar a expansão da cana no país. Stephanes afirmou que serão produzidos zoneamentos ecológicos-econômicos para identificar as áreas mais aptas ou indicadas ao plantio, os locais onde haverá restrição à cultura e as regiões que terão incentivos oficiais do governo para a produção, como áreas de pastagens degradadas. "Com naturalidade, a expansão [da cana] está se dando em áreas de pastagens. A produção de cana e a pecuária são compatíveis, desde que haja um processo racional", disse ele. O ministro também reafirmou que haverá uma certificação socioambiental para lavouras de cana e usinas sucroalcooleiras. (MZ)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Etanol

Lula fala de energia com países nórdicos - Lisandra Paraguassú, COPENHAGUE e Vera Rosa, ESTOCOLMO – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/09/2007

Presidente visita a Finlândia, Suécia, Dinamarca e Noruega

Na primeira visita de Estado aos países nórdicos - Finlândia, Suécia, Dinamarca e Noruega -, que começa hoje, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai atuar como garoto-propaganda dos biocombustíveis e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Não terá dificuldades para vender suas idéias: na Escandinávia, Lula encontrará platéias atentas e interessadas, principalmente no desenvolvimento de energia limpa.

“Sentou comigo diante da mesa vai ter que ouvir falar de biocombustível”, avisou o presidente. “Não importa quem seja.” Considerados os países mais “verdes” do mundo, os quatro nórdicos têm metas próprias para redução do uso de gasolina, desenvolvem pesquisas alternativas e vêem com bons olhos o trabalho conjunto com o Brasil.

Na Suécia e na Dinamarca, Lula assinará acordos de cooperação para desenvolvimento dos biocombustíveis. Com a meta de atingir 5,75% de etanol adicionado à gasolina até 2010, a União Européia deverá ser um dos principais mercados de exportação desse produto. A Suécia, por sua vez, já tem uma frota de 43 mil veículos flex (movidos a gasolina e álcool) e figura hoje como a maior compradora de etanol brasileiro na Escandinávia, embora produza uma parte do que consome a partir do trigo e da cevada.

Dos quatro países que serão visitados por Lula, a Noruega é a única que não integra a União Européia. Apesar de ser auto-suficiente em energia e ostentar o título de terceiro maior exportador mundial de petróleo - só perdendo para Arábia Saudita e Rússia -, também manifestou interesse em desenvolver a área de biocombustíveis. A Noruega investe no Brasil dez vezes mais que na China e até agora uma de suas parcerias mais sólidas é entre a Statoil e a Petrobrás.

O mercado de biocombustíveis também crescerá muito na Dinamarca, de acordo com o embaixador Jarl Frijs-Madsen, secretário de Comércio Exterior e Investimentos do Ministério das Relações Exteriores dinamarquês.

“Nossa meta é ainda mais rígida, de atingir 10% de etanol adicionado à gasolina até 2020. Definitivamente, esse será um mercado para o etanol brasileiro”, disse ele.

Um dos principais pontos da visita de Lula à Dinamarca é a assinatura de um acordo para desenvolvimento do chamado etanol de segunda geração - feito com sobras da agricultura, como bagaço da cana-de-açúcar. Já na Suécia será assinado protocolo para criação de um mercado internacional de biocombustíveis.

De qualquer forma, o governo Lula pretende ver crescer as importações suecas de etanol e baterá nessa tecla durante seminário sobre bioenergia, previsto para quarta-feira, em Estocolmo. Embora a Suécia já compre do Brasil, o combustível ainda não consta da lista dos oito principais produtos que compõem 85% das importações suecas.

Com um mercado consumidor de 23 milhões de pessoas e uma das rendas per capita mais altas do mundo, os países nórdicos têm, atualmente, comércio de quase US\$ 4 bilhões com o Brasil e mostram interesse em aumentar a cifra.

“Essa missão vai divulgar muito nossa carteira de investimentos”, disse a embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, diretora do Departamento da Europa no Itamaraty. “Em todos os países haverá seminários sobre oportunidades no Brasil e o presidente apresentará o PAC, que destina mais de US\$ 250 bilhões a obras de infraestrutura.”

Acompanhado por 50 empresários, Lula começará a visita por Helsinque, capital da Finlândia. Lá, um seminário foi especialmente montado pela FinPro, organização criada para ajudar na internacionalização das companhias finlandesas. Hoje, 43 empresas daquele país atuam no Brasil e várias pretendem aumentar os investimentos.

Dois dias depois, em Copenhague, Lula e o ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, terão encontro com empresários na Confederação das Indústrias da Dinamarca.

Na Finlândia, nova defesa do etanol – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/09/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, na capital da Finlândia, que espera ver mais acordos entre empresas brasileiras e finlandesas e orientou a Petrobrás a ir atrás de mais acordos entre os dois países, em especial sobre biocombustíveis.

Um acordo para desenvolvimento de tecnologia para produção de etanol está sendo negociado entre a empresa e a Neste Oil, estatal finlandesa de combustíveis. 'Os empresários finlandeses já descobriram o Brasil. Falta aos brasileiros descobrir a Finlândia, sobretudo a Petrobrás', disse.

O presidente rechaçou as principais críticas que são feitas à produção de cana-de-açúcar: a de que ocupa espaço que deveria ser destinado a alimentos.

'Combater a fome tem sido uma obsessão do meu governo. Temos 380 milhões de hectares de área plantada e apenas 1% dedicada à cana-de-açúcar', afirmou.

Suécia cortará sobretaxa ao álcool brasileiro – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/09/2007

Depois de assinar um memorando de entendimento na área de biocombustíveis com o governo da Suécia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem esperar que a União Européia adote tarifa zero para o etanol. Lula fez a afirmação minutos depois de o primeiro-ministro da Suécia, Fredrik Reinfeldt, anunciar que o seu país pretende eliminar, até janeiro de 2009, o adicional cobrado dos consumidores sobre o etanol importado.

'Na medida em que todos nós defendemos um comércio livre, a minha esperança é de que o etanol não seja taxado', disse Lula. 'A decisão da Suécia é extremamente gratificante para o Brasil e torço para que seja seguida pela União Européia. Acredito que, mais dia menos dia, reduziremos a tarifa a zero na importação.'

O adicional que o governo da Suécia promete cortar é um imposto cobrado além da taxa aplicada pelos países da UE. Reinfeldt informou que a tesourada vai reduzir o preço do litro do etanol na bomba dos postos - hoje fixado em 7 coroas suecas (cerca de US\$ 1). O corte será de 5 a 10 centavos de coroas suecas por litro. Há na Suécia 43 mil carros flex, movidos a gasolina e a etanol. O país onde vivem a rainha Sílvia e o rei Carlos XVI Gustavo já anunciou a meta de ficar livre do petróleo como matriz energética até 2020.

Lula ataca tarifa da UE para etanol - Vera Rosa – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/09/2007

Em discurso na Suécia, presidente vê protecionismo em tarifa de 5% para o petróleo e 55% para o álcool

No segundo e último dia de sua viagem à Suécia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aumentou ontem o tom das críticas às barreiras tarifárias impostas pela União Européia ao etanol, adicionando a seu estoque de queixas a comparação com o petróleo. Diante de uma platéia formada por 200 empresários suecos e brasileiros, Lula definiu as tarifas como 'injustificáveis' no comércio internacional e alertou para um possível congelamento do que batizou como 'revolução energética'.

'Será impossível expandir significativamente o mercado para biocombustíveis na União Européia enquanto persistirem políticas protecionistas', afirmou o presidente, na abertura do seminário 'Brasil Day', quando também apresentou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Acompanhado pelo rei da Suécia, Carlos XVI Gustavo, Lula disse que a União Européia impõe ao etanol brasileiro tarifas que podem alcançar até 55%, enquanto, no caso do petróleo, a cobrança não passa de 5%. Com um discurso enfático, o presidente afirmou que a 'imposição européia' prejudica tanto produtores eficientes como consumidores.

'Às vezes eu fico preocupado quando falo, porque as pessoas podem pensar: 'Bom, o presidente Lula está falando isso porque não tem petróleo'. Quero dizer que temos petróleo, somos auto-suficientes e temos uma das empresas mais modernas do mundo, que não perde para nenhuma outra em prospecção de águas profundas', garantiu. E fechou o raciocínio com um comentário que arrancou gargalhadas da platéia: 'Aliás, se tiver águas profundas aqui na Suécia, podem nos convidar porque seremos parceiros'.

Na terça-feira, Lula assinou acordo com o governo sueco para o desenvolvimento dos biocombustíveis, que prevê até cooperação com países pobres. Além disso, nas 28 horas em que permaneceu em Estocolmo, o presidente não cansou de elogiar o interesse do país nórdico de promover energia limpa.

'Por que essa loucura pelos biocombustíveis?', perguntou Lula aos empresários, na tentativa de esclarecer o interesse despertado em torno do assunto. Em sua resposta, disse que apenas com o combustível alternativo é possível fazer a 'revolução energética' e firmar parcerias com os países mais pobres. Lembrou, ainda, que uma plataforma de petróleo, com produção de 200 mil barris por dia, custa cerca de US\$ 2 bilhões e gera 7 mil empregos.

Com uma pasta recheada de informações sobre o Brasil - que foi distribuída aos investidores -, Lula apresentou o País como uma nação de economia 'sólida, madura e consistente' ao tentar 'vender' o PAC e os biocombustíveis. Disse que o Brasil passou quase três décadas em situação difícil, chegando a ter inflação de 80% ao mês. Ressalvou, porém, que em seu governo o País se 'descobriu' como nação por ter um 'projeto de soberania'.

LUZ DAS ESTRELAS - 'Se vocês acreditaram no Brasil em momentos de adversidade, não há por que não continuar acreditando nesse momento extraordinário', apelou Lula aos empresários. 'O Brasil, durante muito tempo, falava o que não fazia e fazia o que não falava. Hoje, nós queremos falar a mesma linguagem com a luz do dia ou com a luz das estrelas.'

A exemplo do dia anterior, o presidente bateu na tecla da necessidade de controlar a inflação. 'Não vamos permitir que a inflação volte a ser a razão pela qual alguns poucos ganham muito dinheiro e outros muitos perdem dinheiro', insistiu.

Após o seminário, Lula se dirigiu ao Instituto Real de Tecnologia a bordo de um ônibus vermelho da Scania movido a etanol (leia mais abaixo). Lá, renovou as críticas às tarifas impostas pela União Européia ao etanol e viu a vice-primeira-ministra Maud Olofsson cometer um ato falho.

'Até agora, estamos muito à frente do que vocês estão fazendo no Brasil', disse Olofsson, trocando as palavras e provocando risos da platéia. Na prática, queria dizer 'muito atrás', já que, em seu discurso, afirmava estar 'impressionada' com os avanços brasileiros na área de biocombustíveis. A Suécia é hoje o quinto maior importador de etanol do Brasil.

EUA rejeitam painel contra subsídio para o milho - Jamil Chade – Estado de São Paulo
– Economia e Negócios – 13/09/2007

O governo americano rejeitou a ofensiva brasileira de questionar os subsídios à produção de milho usado na fabricação do etanol. Para a Casa Branca, o biocombustível deve ser considerado um produto industrial e não um bem agrícola. Portanto, o questionamento dos subsídios nessa área não poderiam fazer parte de uma disputa no setor agrícola.

Ontem, o Estado revelou que o Brasil decidiu seguir adiante com seu processo na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios americanos, podendo incluir programas de apoio à produção de etanol nos mais de 70 mecanismos de subsídios nos Estados Unidos. Representantes americanos procuraram diplomatas brasileiros na OMC e pediram esclarecimentos.

Para analistas que acompanham a questão energética, tudo indica que a classificação do etanol se transformará em uma guerra nos próximos meses. 'As isenções que existem para o etanol não podem ser consideradas subsídios agrícolas. Relatamos à OMC todos os anos a existência desses incentivos e acreditamos que devam ser tratados como subsídios industriais', afirmou Joe Glauber, negociador-chefe dos EUA no setor agrícola.

O Brasil concorda que o etanol não deve ser considerado produto agrícola. Mas lembra que sua base de fabricação nos EUA - o milho - recebe subsídios bilionários e que uma proporção cada vez maior dessa produção é destinada ao biocombustível. O etanol americano tem cerca de 200 mecanismos de apoio e recebe US\$ 7 bilhões por ano. O tema promete ser relevante na campanha presidencial nos EUA.

A iniciativa brasileira faz parte de uma estratégia de pressionar o governo americano a ceder em sua posição na Rodada Doha. A Casa Branca insiste em manter seus subsídios, o que vem emperrando as negociações.

'O Brasil faz um favor ao questionar os subsídios nos EUA. Isso deve ser visto como um passo importante para pressionar os americanos a reduzirem seus subsídios', disse ao Estado Jagdish Bhagwati, professor da Universidade de Columbia, nos EUA, especialista em comércio internacional.

AJUDA - Enquanto a Rodada Doha não caminha e os países têm dificuldades em aproximar suas posições, a OMC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realizam a partir de hoje, em Lima, um encontro para debater formas de ajudar os países em desenvolvimento a tirar melhor proveito do comércio.

A idéia é aumentar a competitividade, reduzir a burocracia e adaptar a produção à exportação. 'O Brasil pode contribuir muito nisso', afirmou o diretor da OMC, Pascal Lamy, que estará no encontro dos próximos dois dias no Peru. O Banco Mundial estuda destinar recursos para esse esforço de gerar competitividade.

Na Suécia, estacionamento é grátis para carro flex – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/09/2007

Lula conheceu incentivos dados a suecos que possuem esses veículos e andou em ônibus movido a etanol

Com a missão de fazer propaganda dos biocombustíveis, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou ontem ao Instituto Real de Tecnologia - uma das universidades mais respeitadas da Europa - a bordo de um ônibus vermelho da Scania movido a etanol. Bem-humorado, desceu do veículo conversando com o rei da Suécia, Carlos XVI Gustavo, mas voltou para cumprimentar o motorista.

'São 600 ônibus movidos a etanol aqui', disse Lula ao Estado, numa referência à frota de transporte público em Estocolmo. 'Vamos levar isso para o Brasil.' Os testes para o primeiro ônibus brasileiro abastecido unicamente por álcool começarão em outubro, justamente no corredor que liga São Bernardo - cidade onde Lula iniciou sua carreira - ao bairro do Jabaquara, na capital.

Em café da manhã seguido de palestra para empresários, antes da parada no Instituto Real de Tecnologia, Lula já havia mencionado a vantagem dada a suecos que possuem veículo movido a etanol. 'Fiquei sabendo que a Suécia tem incentivo para esses carros: as pessoas não pagam estacionamento', contou. Depois do comentário, não resistiu à piada: 'Espero que os consumidores brasileiros não saibam disso, porque senão as prefeituras brasileiras irão à falência'.

Os incentivos concedidos pelo governo sueco para quem tem carro flex - são 43 mil no país - vão, na prática, muito além do estacionamento. Para circular no centro de Estocolmo, por exemplo, donos de veículos a gasolina devem desembolsar uma taxa de até 20 coroas suecas (US\$ 3), enquanto os que têm carros flex não pagam nada. Além disso, o governo também dá abatimento de 10 mil coroas suecas (US\$ 1,5 mil) na compra de carro flex.

Antes de seguir para Copenhague, Lula homenageou o rei Carlos XVI Gustavo e a rainha Sílvia com um almoço na embaixada do Brasil . No cardápio, nada poderia ser mais típico: picanha com farofa.

Há nove dias, deputados europeus entregaram declaração ao plenário do Parlamento da União Européia, em Estrasburgo, exigindo o embargo 'imediatamente' de toda a carne exportada pelo Brasil à União Européia. O argumento do grupo é que o fraco sistema de inspeção brasileira é um obstáculo ao controle efetivo da febre aftosa. A família real da Suécia, no entanto, aprovou a picanha.

DO ENVIADO ESPECIAL A HELSINQUE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva levou ontem sua cruzada pelos biocombustíveis à Finlândia, primeira etapa de uma viagem pelos quatro países nórdicos, todos sempre considerados de grande correção política e ambiental.

Por isso, o presidente tocou música aos ouvidos finlandeses, ao informar, em palestra de encerramento de seminário empresarial, que o Brasil logo terá "o primeiro carro verde, com todas as peças de plástico derivado do etanol, em vez de petróleo".

Em troca, ganhou de Tarja Halonen, a presidente finlandesa, o reconhecimento do interesse de seu país pelo desenvolvimento, no Brasil, do álcool e mais genericamente dos biocombustíveis.

Mas Lula foi obrigado, mais uma vez, a contestar crescentes suspeitas de que o plantio de sementes que permitam fabricar biocombustíveis acabe ocupando a área destinada a alimentos ou derrubando florestas.

"É perfeitamente possível conciliar a produção de alimentos com a produção de biocombustíveis", afirmou Lula, para citar dados: a área agricultável, no Brasil, chega, segundo o presidente, a 383 milhões de hectares, dos quais apenas 1% fica para a cana-de-açúcar, hoje a principal cultura para a produção de álcool.

Investimento - O presidente Lula disse também que a prova da compatibilidade entre cultivos para alimentação e para o álcool está dada pelo fato de que no Brasil crescem tanto a produção de alimentos como a de biodiesel.

Quanto às florestas, mesmo com o aumento da produção de biocombustíveis, houve queda na derrubada da ordem de 60% em três anos, de acordo com os números lançados por Lula aos empresários e autoridades finlandesas.

O presidente convidou o empresariado a investir em duas diferentes direções. No Brasil, no próximo passo em biocombustíveis, que é a produção do álcool celulósico (a partir de diferentes resíduos de organismos vivos).

Na América Latina, Caribe e África, no álcool da cana-de-açúcar, na medida em que, nessas regiões, o solo e o clima apresentam condições favoráveis como ocorre no Brasil.

Lula repetiu um termo que vem empregando em todas as viagens ao exterior, qual seja: "a revolução dos biocombustíveis". Mas deu a ela não apenas um sentido ambiental. Lembrou que, também economicamente, é bom negócio. "O etanol é competitivo com o [preço do] petróleo, na faixa de 22 [o equivalente a um barril de petróleo]", afirmou. **(CR)**

Clube dos países ricos diz que só vê defeitos em biocombustíveis – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/09/2007

No exato momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva leva aos países nórdicos o seu projeto-obsessão, os biocombustíveis, esse tipo de energia alternativa recebe um petardo na linha de navegação.

A OCDE advertiu ontem que os biocombustíveis fazem mal à saúde (da economia mundial), podem prejudicar ecossistemas e nem são tão relevantes para conter as emissões dos gases que causam o efeito estufa e levam ao aquecimento global, o novo fantasma a assombrar o planeta.

OCDE é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o clubão dos 30 países mais ricos do mundo, que, há quatro meses, convidou o Brasil para ser membro pleno (hoje é apenas observador).

Reúne, portanto, todos os países que Lula quer atrair para um programa global de investimentos na produção de biocombustíveis, caso de Estados Unidos e das principais nações da União Européia.

O relatório da OCDE, antecipado ontem na capa pelo jornal britânico "Financial Times", diz que "o presente esforço para expandir o uso de biocombustíveis está criando insustentável tensão que desorganizará os mercados sem gerar benefícios ambientais significativos".

Traduzindo: a corrida para plantar produtos que possam se transformar em álcool leva a uma alta de preços dos alimentos, na medida em que o plantio destes é deixado de lado em favor do mais rentável biocombustível.

Relatório anterior da OCDE, em conjunto com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), já dizia que a alta dos preços de alimentos lançara na agenda o debate "comida x combustível". Previa, ademais, que os preços das commodities agrícolas tendiam a ficar acima dos níveis históricos pelos próximos dez anos, em parte por causa da competição com a produção para combustíveis.

É paradoxal que o argumento do clube dos ricos seja muito parecido com o que vem sendo usado pelo maior inimigo ideológico deles, o presidente cubano Fidel Castro. Agora, no entanto, o alerta da OCDE vai mais longe, ao apontar outros problemas. Primeiro, diz que o corte na emissão de gases poluentes será de magros 3%, com a adoção dos biocombustíveis em substituição aos combustíveis fósseis.

Depois, ainda aponta a tendência de substituir com plantações para a bioenergia "ecossistemas naturais, como as florestas, os pântanos e as pastagens".

O relatório tem, entretanto, um viés que pode neutralizar ou anular sua consistência técnica: leva em conta custos de biocombustíveis produzidos nos Estados Unidos e na

Europa, que são reconhecidamente altos demais. O álcool norte-americano sai do milho, ao passo que o brasileiro é derivado da cana-de-açúcar, com custo de produção 30% menor. Além disso, "o balanço energético é extremamente favorável: a cana produz 8,3 unidades de energia renovável para cada unidade de energia fóssil utilizada para produzi-la, um valor 5,5 vezes superior ao que o milho produz", afirma estudo de Marcos Jank, um dos maiores especialistas brasileiros em agricultura.

Jank nega também que o dilema "comida x combustível" se aplique ao Brasil: "O Brasil poderia produzir os 132 bilhões de litros de álcool, que seriam necessários para substituir 15% da gasolina dos Estados Unidos [meta do governo Bush], com cerca de 20 milhões de hectares de cana-de-açúcar, o triplo da área atual de cana, porém apenas 10% da nossa reserva de pastagens".

De todo modo, o impacto político de um relatório que leva o selo da OCDE é poderoso. Certamente a disputa "comida x combustível" acabará ocupando o centro do palco, na reunião que o presidente Bush convocou para este mês com os líderes de 15 países, entre os quais o Brasil, para discutir a questão.

Na Suécia, Lula diz que protecionismo trava biocombustível – Leticia Sander – Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/09/2007

Presidente afirma que barreiras que protegem agricultores europeus impedem mercado para combustível alternativo

Em sua argumentação, Lula compara taxa imposta pela UE ao álcool brasileiro, que chega a 55%, à tarifa sobre petróleo, de no máximo 5%

Às tradicionais críticas do Brasil ao protecionismo europeu no campo agrícola o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acrescentou ontem um alerta. Em discurso para empresários brasileiros e suecos em Estocolmo, disse que o comércio internacional de biocombustíveis ainda enfrenta barreiras "injustificáveis" e que será "impossível" expandir significativamente o mercado dos combustíveis alternativos na União Européia enquanto esse tipo de política persistir.

O recado do presidente foi muito mais voltado aos demais membros do bloco, já que o governo sueco defende tarifa zero para a importação do produto. Lula reclamou explicitamente das tarifas do álcool combustível ao compará-las com o petróleo. "Embora os custos para produzir etanol no Brasil sejam quase a metade dos europeus, a União Européia impõe ao etanol brasileiro tarifas que podem alcançar 55%. Em contraste, no caso do petróleo, não passa dos 5%. Será impossível expandir significativamente o mercado para biocombustíveis na União Européia enquanto persistirem políticas protecionistas", criticou.

A já conhecida obsessão do presidente brasileiro pelo tema foi definida ontem pelo próprio como "loucura" pelos biocombustíveis. "Mas por que, então, essa loucura pelos

biocombustíveis?", questionou ele, para logo em seguida citar uma série de vantagens dos combustíveis alternativos sobre o petróleo, este último definido por ele como "um mundo com poucas empresas com extraordinária rentabilidade e com a Opep [Organização dos Países Exportadores de Petróleo] ainda para controlar o preço".

"Eu, às vezes, fico preocupado quando falam, porque as pessoas podem pensar: "Bom, o presidente Lula está falando porque não tem petróleo". Temos petróleo, somos auto-suficientes, e temos uma das empresas mais modernas do mundo", acrescentou.

A dissonância entre países desenvolvidos, de um lado, e em desenvolvimento, de outro, na área agrícola é um dos principais motivos de impasse das negociações sobre a Rodada Doha. Lula defende igualar as regras aplicáveis aos produtos agrícolas àquelas que incidem sobre o comércio de bens industriais. Os países ricos não aceitam.

A ênfase repetida por países da União Européia em comprar apenas biocombustíveis "corretos" fez Lula citar em dois momentos, na passagem pela Suécia, a iniciativa brasileira de criar um "selo" ambiental e social aos biocombustíveis.

Mais tarde, em um instituto de tecnologia sueco, Lula afirmou que o Brasil pode ampliar sua produção de álcool de forma rápida e segura para atender à demanda interna e externa. Ainda falou na "posição firme" dos suecos para pressionar a União Européia em favor de mudanças nas políticas de importação de álcool e outros combustíveis renováveis.

Passeio de ônibus

Na rápida visita à Suécia -foram pouco mais de 28 horas-, o presidente Lula deu uma "volta" ontem por Estocolmo em um ônibus da Scania abastecido unicamente com álcool. Ele esteve acompanhado do rei Carlos 16 Gustavo e de parte da comitiva brasileira. Toda a frota de transporte público em circulação na capital sueca, cerca de 600 ônibus, já opera restrita ao álcool. A medida integra os esforços para alcançar a meta de tentar eliminar o petróleo da matriz energética do país até 2020, substituindo-o por energias renováveis.

Em outubro, um ônibus parecido com o que experimentou Lula será testado em São Paulo. Trata-se de um teste coordenado pelo Centro Nacional de Referência em Biomassa, órgão ligado à USP e ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Há dez anos, o Brasil já tentou essa experiência. Desistiu devido ao preço pouco competitivo, à época, do álcool em relação ao diesel.

Brasil vai pedir investigação na OMC contra subsídios dos EUA – folha de São Paulo – Dinheiro – 13/09/2007

O governo brasileiro irá pedir à OMC (Organização Mundial do Comércio) a abertura de um painel para investigar os programas de subsídios agrícolas dos Estados Unidos, que incluem incentivos à produção de álcool, informou ontem o subsecretário de Assuntos Econômicos do Itamaraty, ministro Roberto Azevedo, segundo agências internacionais.

O Ministério das Relações Exteriores, no entanto, por meio de sua assessoria de imprensa, não confirma, dizendo que a medida ainda está em fase de consulta interna. "O Brasil terá de pedir a abertura do painel", disse Azevedo, em Genebra, Suíça, segundo a Associated Press.

No mês passado, os dois países começaram a discutir a questão, depois que o Brasil acusou os EUA de exceder, entre 1999 e 2005, o limite de US\$ 19 bilhões em subsídios por ano autorizados pela OMC.

O negociador-chefe para o setor agrícola dos EUA, Joe Glauber, disse que o pedido de um painel não é apropriado, pois os pagamentos seriam "subsídios industriais".

O Brasil também tem questionado Washington por seus subsídios ao álcool, por ser o segundo maior produtor do combustível do mundo, abaixo dos norte-americanos, que cobram uma tarifa de US\$ 0,54 por galão (US\$ 0,30 por litro) na importação do produto brasileiro, feito com cana-de-açúcar. O custo da produção brasileira é de 30% a 50% inferior ao do álcool de milho nos EUA.

Em julho, o Brasil teve vitória preliminar em julgamento da OMC que avalia o uso de subsídio no algodão produzido nos EUA. A decisão final deve sair até fevereiro.

Usina terá tecnologia brasileira – O Globo – Economia – 10/09/2007

Álcool será transformado em anidro e enviado aos EUA

Em um gesto de incentivo às parcerias entre o setor privado brasileiro e jamaicano na produção de biocombustíveis na Jamaica, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se deslocou em uma limusine por 50 quilômetros, na manhã de ontem, para inaugurar uma usina de álcool da Jamaica Broilers, a JB Ethanol, financiada por instituições européias e montada com tecnologia brasileira.

Com um investimento de US\$ 200 milhões, o projeto será movido pela importação de 200 milhões de litros anuais de álcool hidratado do Brasil. Depois de transformado em anidro, o álcool será embarcado, livre de tarifas, para os Estados Unidos, onde será adicionado à gasolina.

'Parecia impossível que a gente pudesse exportar álcool para os Estados Unidos', deslumbrou-se Lula, sem levar em conta que no ano passado o Brasil exportou o produto diretamente para o mercado americano, mesmo com as barreiras tarifárias.

CACHAÇA - Debaixo de um toldo, quatro ventiladores tentavam amenizar a temperatura de mais de 35 graus. Lula, entretanto, parecia derreter.

Entusiasmado, o presidente usou o seu discurso para fazer propaganda de um tradicional produto brasileiro, a cachaça, e anunciar uma possível inovação automotiva, o 'carro verde'.

Ao defender a 'revolução' que os biocombustíveis provocarão na indústria mundial, ele lembrou que, até 1975, o Brasil destinava a produção canavieira para açúcar e aguardente.

'O dia que o mundo experimentar a boa cachaça brasileira, o uísque vai perder mercado', disse o presidente. 'Em breve, não só o combustível será verde. Teremos logo a experiência do carro verde no mundo', afirmou, referindo-se aos plásticos que já estão sendo fabricados a partir de etanol.

Antes de discursar, Lula ficou sentado ao lado do presidente da JB Ethanol, Robert Levy. Ambos distraíram-se, por alguns minutos, com a comparação de suas mãos - a esquerda de Lula, na qual o dedo mínimo foi amputado quando era metalúrgico, e a direita do empresário, que perdeu parte do dedo indicador. Em um gesto de simpatia, Levy presenteou Lula com uma camiseta de Corinthians.

'Etanol de milho não é viável' - Denise Chrispim Marin – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/08/2007

Para Lula, os fatos vão convencer os EUA de que o álcool de cana pode ser produzido pela metade do preço

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que serão inevitáveis aos Estados Unidos o abandono da produção do etanol a partir do milho e a importação do produto derivado da cana-de-açúcar. “Obviamente, vai haver um momento em que os próprios Estados Unidos vão chegar à conclusão de que não é possível continuar produzindo etanol de milho”, afirmou Lula, referindo-se ao impacto nos preços do grão.

“Não queremos ficar brigando com ninguém nem convencer o (George W.) Bush disso. Queremos que os fatos convençam o Bush e outros países que a gente pode produzir etanol de cana pela metade do preço do que ele produz de milho. Então, ele nos venda o milho para engordar nossas galinhas e nós vendemos o álcool para engordar os carros dele. Essa é a boa troca que queremos fazer”, completou o presidente.

A lógica da substituição da produção do etanol de milho pela importação de álcool de cana foi um dos pontos omitidos do memorando firmado em março pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e pela secretária de Estado americana, Condoleezza Rice, durante a visita de Bush a São Paulo. Os EUA não aceitaram nem abrir seu mercado ao produto.

Qualificado como a base de uma nova parceria estratégica Brasil-EUA, o acordo girou em torno de uma estratégia comum de transformação do etanol em commodity energética, na cooperação em terceiros países e no desenvolvimento de pesquisas sobre o álcool de celulose. O governo Lula, entretanto, não se limitou à parceria com os EUA e pôs em prática, com a viagem à América Central e ao Caribe que terminou ontem, uma tática de promover os biocombustíveis na vizinhança latino-americana.

COMPANHEIROS - Na quarta-feira, o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega alertara Lula para o fato de que a produção de álcool a partir do milho “é absurda” e atenta contra a segurança alimentar. E aceitou a cooperação brasileira para o desenvolvimento da produção canavieira e de álcool, depois de meses de relutância.

Discursos combativos aos biocombustíveis ainda são repetidos pelo venezuelano Hugo Chávez e pelos presidentes de Cuba, Fidel Castro, e da Bolívia, Evo Morales. Questionado sobre essa contrapropaganda, Lula preferiu salvaguardar Chávez, ao afirmar que a Venezuela expandiu seu compromisso de compra de álcool do Brasil, e deixou claro que os dois países se valem, na política externa, do combustível que detém. “Não tenho como oferecer petróleo a ninguém porque não temos petróleo de sobra. Tenho que oferecer álcool”, disse. “A Venezuela tem petróleo demais. Então, o Chávez pode ter uma política de maior flexibilidade nos seus acordos de petróleo do que o Brasil.”

Em trechos da viagem do presidente, os jornalistas do ‘Estado’ usaram um avião da FAB por falta de vôos comerciais

Lula critica protecionismo a etanol - Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 13/09/2007

Na Suécia, presidente diz que tarifa da UE alcança 55%

Enviada especial ESTOCOLMO. O presidente Lula acrescentou mais um item à lista de críticas ao protecionismo europeu: o etanol. Na Suécia, disse que o comércio internacional de biocombustíveis enfrenta barreiras “injustificáveis”. E atacou a política da União Européia (UE).

— Embora os custos de produzir etanol no Brasil sejam quase a metade dos europeus, a UE impõe ao etanol brasileiro tarifas que podem alcançar 55%. Será impossível expandir significativamente o mercado para biocombustíveis na UE enquanto persistirem políticas protecionistas — disse Lula, destacando que as tarifas para petróleo não passam de 5%.

A Suécia optou por uma política de substituição de petróleo e expansão de biocombustíveis.

Quer produzir e importar mais etanol do Brasil. A vice-primeira-ministra, Maud Olofsson, contou a Lula que seu carro é de etanol brasileiro. Na Suécia, quem tem carro flex não paga estacionamento e é isento do imposto de congestionamento de até 20 coroas (C 2). Na capital, 400 ônibus operam com etanol.

Asiáticos vêm atrás de usinas - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Brasil - 07/09/2007

Um grupo de três estatais petrolíferas da Ásia está interessado em investir cerca de US\$ 500 milhões em usinas de açúcar e álcool no Brasil. Segundo Giancarlo Oliveira, consultor da empresa The Jai Group, essas estatais querem construir usinas e também adquirir unidades em operação no país.

De acordo com Oliveira, as estatais juntas faturam cerca de US\$ 100 bilhões. "Ainda não temos negócio fechado no Brasil. Estamos à procura", disse o executivo. O Jai Group está representando no país esses possíveis investidores.

O foco de atuação dessas estatais será no mercado de etanol, com forte demanda no mercado internacional. Em um primeiro momento, as estatais pretendem investir em usinas no Centro-Sul do país. Mas não descarta fazer investimentos em projetos greenfield (construção) na região Centro-Oeste, sobretudo em Goiás e Mato Grosso. A expectativa é construir ou mesmo comprar usinas que processem de 4 milhões a 5 milhões de toneladas, consideradas unidades produtoras de grande porte.

Se concretizado o negócio, a participação de grupos estrangeiros no setor sucroalcooleiro deverá crescer no país. Atualmente, os grupos internacionais processam cerca de 35 milhões de toneladas de cana no Centro-Sul, ou 8% do mercado.

Energia domina visita de Lula aos nórdicos - Humberto Saccomandi – Valor Econômico - Brasil - 10/09/2007

Energia, energia e... energia. Esses são os principais temas da viagem de cinco dias do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos países nórdicos: Finlândia, Suécia, Dinamarca e Noruega. Sim, há outros assuntos, como investimentos, PAC, comércio e meio ambiente. Mas nenhum deles é tão imediato e em nenhum o papel do governo é tão fundamental como em energias renováveis.

O presidente chegou ontem, pouco antes das 19 horas (horário local), a Helsinque, capital da Finlândia, primeira etapa da viagem. Veio acompanhado de três ministros: Celso Amorim (Relações Exteriores), Miguel Jorge (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e Sérgio Rezende (Ciência e Tecnologia).

Lula se reúne hoje com a presidente finlandesa, Tarja Halonen, com o premiê Matti Vanhanen e participa de um seminário empresarial, que reunirá empresários e autoridades dos dois países. Esses seminários serão realizados em todas as etapas da viagem. Está é a primeira visita de Estado de um presidente brasileiro a esses quatro países. Já houve visitas anteriores, mas como parte de reuniões multilaterais.

Lula já esteve na região como líder sindical. Nessa viagem, ele se encontrará com os presidente das centrais sindicais da Suécia e da Dinamarca, com as quais o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) mantêm uma relação antiga.

O principal interesse em termos de energia renovável é certamente o etanol. A Suécia é o único dos quatro países a ter uma frota de veículos a álcool (são cerca de 45 mil veículos movidos a E85, uma mistura de 85% de etanol e 15% de gasolina). O programa é altamente subsidiado, mas interessa à indústria sueca. O país já compra etanol do Brasil, mas tende a ampliar a importação pois a produção local é muito cara.

Os demais países também importam um pouco de etanol brasileiro, que é acrescentado à gasolina. Mas devem elevar as importações nos próximos anos para atingir a meta da União Européia e suas metas próprias de utilização de biocombustíveis. A meta da UE para 2010 é que os biocombustíveis representem 5,75% do total consumidos pelos veículos.

Para isso, Suécia, Dinamarca e Finlândia (que são membros da UE) apóiam a redução da tarifa de importação que hoje limita a entrada de etanol brasileiro no bloco europeu. Os países nórdicos também desejam o estabelecimento de um mercado mundial de etanol, que criaria normas válidas internacionalmente e estimularia a produção. Na Suécia, haverá um seminário acadêmico-empresarial sobre biocombustíveis.

Autoridades de países da região manifestaram ao Valor preocupação com o desmatamento no Brasil para o plantio de cana, apesar de o governo brasileiro insistir em que é possível elevar a produção usando terras hoje ociosas. Segundo um executivo finlandês, é provável que a Europa venha a exigir um sistema de auditoria externa das condições ambientais e sociais da produção de cana e etanol no Brasil, conforme cresça a utilização do biocombustível.

Além da assinatura de acordos de cooperação entre os governos, empresas e instituições desses quatro países devem acertar negócios e pesquisa com parceiros brasileiros, incluindo a Petrobras. Uma área com muito potencial é a do etanol de segunda geração.

Do lado nórdico, há interesse em vender várias tecnologias de energia renovável ao Brasil. Na Finlândia, a empresa de petróleo Neste pretende se tornar nos próximos anos a maior produtora européia de biodiesel (vem crescendo muito na UE a venda de veículos a diesel). A Dinamarca propõe seus moinhos de vento para energia eólica e sistemas mais eficientes de geração de energia convencional a partir de combustíveis fósseis. Todos os países têm programas avançados de uso de biomassa (resíduos agrícolas ou florestais). Com a Noruega, um dos maiores produtores e exportadores de petróleo do mundo, há negócios em discussão entre a Petrobras e empresas norueguesas.

Mesmo sendo pequenos em termos de população (a população somada não chega a 24 milhões), os países nórdicos são importantes investidores no Brasil. Cerca de 350 empresas desses países atuam no Brasil, incluindo gigantes como Nokia (Finlândia), Stora-Enso (Finlândia e Suécia), Maersk (Dinamarca), Norsk Hydro (Noruega), Ericsson (Suécia). Na viagem, Lula e ministros apresentarão a empresas nórdicas opções de investimento no PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento.

Apesar disso, o comércio entre o Brasil e esses países ainda é pequeno. Somou US\$ 3,8 bilhões em 2006, representando 1,7% do comércio exterior brasileiro. O Brasil só teve saldo positivo com a Noruega. Mas houve aumento de 80% das trocas desde 2003, observa o governo brasileiro. A pauta de importação brasileira é diversificada e pulverizada. As exportações estão mais concentradas em produtos básicos e o desafio, segundo o governo brasileiro, é incluir itens de maior valor agregado. Recentemente, por exemplo, a Finnair, empresa aérea finlandesa, comprou aviões da Embraer.

No tema ambiental, a Dinamarca, que vai sediar uma importante reunião sobre mudança climática em 2009, busca apoio do Brasil para que o encontro seja uma cúpula de chefes de Estado e de governo.

Contrato internacional de álcool sai do papel - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico
– Agronegócios - 11/09/2007

O contrato padrão internacional de álcool deverá ficar pronto até o fim da primeira quinzena deste mês. Segundo Paulo Siqueira Costa, secretário-executivo da Ietha (Associação Internacional de Comércio de Etanol), o contrato está em fase final de discussões entre os membros da entidade (total de 49 associados).

"Teremos uma reunião com o conselho do Ietha no próximo dia 19, quando esse contrato deverá ser oficialmente apresentado", afirmou Siqueira Costa ao Valor.

A padronização desse contrato está sob coordenação de Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro, especializada no setor sucroalcooleiro. De acordo com Siqueira Costa, os contratos de álcool serão parecidos com os de energia. A associação está utilizando modelos semelhantes aos adotados pela indústria do petróleo e pretende, ainda, desenvolver um contrato de frete específico para etanol. O contrato terá cotação FOB e deverá começar a ser negociado ainda este ano, atendendo especificações do Brasil, dos Estados Unidos e da União Européia.

O objetivo é que o contrato padrão, específico para o chamado mercado físico, facilite o comércio internacional e transforme o etanol em uma commodity mundial.

No mercado internacional, o volume de álcool comercializado soma cerca de 5 bilhões de litros de álcool por ano - o Brasil responde por 3,5 bilhões de litros do total. No país, o preço do hidratado para exportação está em média a US\$ 350 (por mil litros).

O Brasil é o maior exportador mundial do combustível. A China é o segundo maior exportador, com 1,017 bilhão de litros em 2006, seguida pela França, com 319 milhões de litros no ano passado. Os Estados Unidos lideraram as importações, com 2,74 bilhões de litros, em 2006. O Japão veio em segundo lugar, com 502 milhões de litros de álcool importados, seguido pela Alemanha, com 429 milhões de litros também no ano passado.

Com sede em São Paulo, a Ietha foi criada em outubro de 2006 e reúne toda a cadeia sucroalcooleira, incluindo a área produtiva (usinas nacionais e estrangeiras), países importadores, consumidores e representantes de logística. A entidade pretende ter representantes na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia. A Brenco é a mais nova associada.

Siqueira Costa acredita que o incremento das negociações do álcool no mercado internacional deverá dar impulso aos mercados futuros de álcool nas bolsas internacionais e também no Brasil, por meio da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F).

A boa demanda global por álcool tem impulsionado projetos de construção de usinas nos EUA e no Brasil, respectivamente primeiro e segundo maiores produtores mundiais do combustível. A produção americana está estimada em cerca de 25 bilhões de litros por ano. No Brasil, os volumes de produção estão projetados em 20 bilhões de litros.

Suécia promete defender etanol brasileiro na UE - Humberto Saccomandi – Valor Econômico – Brasil - 12/09/2007

A Suécia promete lutar pelo etanol brasileiro na União Européia. Ontem, o primeiro-ministro sueco, o conservador Fredrik Reinfeldt, anunciou que seu governo vai eliminar um imposto interno sobre o etanol importado e pressionar a UE a reduzir as barreiras que limitam a entrada do etanol brasileiro na região. Os suecos querem uma estreita cooperação com o Brasil nesse setor.

A Suécia tem o programa mais avançado de utilização do álcool como combustível da Europa. O país usa o chamado E85, uma mistura de 85% de etanol e 15% de gasolina, e aposta que esse se tornará o padrão na região. A mistura com a gasolina se deve ao clima frio e visa facilitar a partida do motor dos carros. Além disso, o país já mistura 5% de etanol à gasolina.

A corrida pelo biocombustível na Europa é intensa. Por determinação da UE, 5,75% do combustível vendido na região até 2010 deverá vir de fontes renováveis. Vários países, porém, estão longe de atingir o percentual. Até 2020, o uso de biocombustível terá de chegar a 10%.

A Suécia foi além. No ano passado, o governo anunciou a disposição de deixar de usar o petróleo para gerar energia e como combustível até 2020, sem recorrer à energia nuclear. Muitos analistas consideraram, na época, uma meta impossível de ser atingida.

A competição do etanol é com o biodiesel. Boa parte dos automóveis na Europa é movida a diesel. Algumas empresas, como a Neste, da Finlândia, apostam que o biodiesel levará a melhor sobre o etanol. Outras apostam no etanol, especialmente devido à introdução dos carros flex e à produção, dentro de alguns anos, do etanol celulósico (de segunda geração), que deve baratear o produto. Ainda assim, o consumo de etanol tende a subir, nem que seja apenas para ser acrescentado à gasolina.

Hoje, há cerca de 43 mil veículos a álcool rodando na Suécia, entre eles centenas de ônibus produzidos pela Scania. Várias cidades suecas estão convertendo a frota de ônibus para etanol. São os chamados ônibus verdes. Estão à venda no país carros a etanol das indústrias automobilísticas suecas Saab e Volvo, além de veículos flex, como o Ford Focus. No fim de 2006, o país tinha 632 bombas de etanol em postos pelo país. Esse número deve crescer 20% este ano.

O governo sueco dá uma série de incentivos para a compra de automóveis a etanol. Os impostos são menores em relação aos demais carros. Há ainda benefícios, como poder estacionar em áreas proibidas para os demais carros. Os impostos sobre o etanol também são menores que os dos demais combustíveis. E vão cair mais.

Ontem, em entrevista concedida ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o premiê Reinfeldt anunciou que vai eliminar até o final de 2008 uma taxa sobre etanol importado, instituída em 2006 para proteger a produção local. Segundo ele, a medida vai baixar o preço do etanol em 5 a 10 centavos de coroa sueca. O litro do etanol custa cerca de 7 coroas (pouco mais de US\$ 1, menos de R\$ 2).

A produção sueca de etanol atende a 10% da demanda. Quase 80% do etanol usado no país é importado do Brasil. "A oferta local não vai atender à demanda, pois o objetivo do país é mudar a sua matriz energética", afirmou Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Reinfeldt disse que a eliminação da taxa sueca vai pressionar outros países a fazerem o mesmo. Ele afirmou ainda que defenderá a eliminação das restrições européias ao etanol brasileiro. "Vemos o etanol como commodity energética, não como produto

agrícola, e ninguém taxa commodities energéticas", disse Amorim, indicando sintonia com a posição sueca.

O presidente Lula assinou com a Suécia um amplo acordo de cooperação em etanol, similar ao que o Brasil já tem com os EUA. Na entrevista coletiva, Lula reiterou a disposição do governo brasileiro de oferecer certificações ambientais e trabalhistas do etanol vendido aos europeus. Isso incluiria a definição de um "zoneamento agrícola", isto é, a delimitação de áreas onde seria permitido plantar cana e oleaginosas para produção de etanol e biodiesel. O zoneamento excluiria a floresta amazônica.

Lula dá ênfase ao discurso social para vender etanol na Europa - Humberto Saccomandi – Valor Econômico – Brasil - 13/09/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem insistindo, na sua atual viagem aos países nórdicos, no benefício social do etanol. Essa parece ser uma estratégia do governo brasileiro para tentar convencer os reticentes europeus a reduzirem as tarifas de até 55% à importação do etanol de países em desenvolvimento, num momento em que cresce na Europa a desconfiança quanto à sustentabilidade do uso intenso de biocombustíveis.

"Os biocombustíveis constituem uma poderosa arma contra a pobreza e a desigualdade, sobretudo no campo", afirmou o presidente ontem em discurso na abertura de um seminário sobre bioenergia em Estocolmo, capital da Suécia. "Criam-se novas alternativas no campo, gerando empregos e evitando o êxodo rural." Lula não disse, mas fica subentendido, que parte desse êxodo vai parar no subúrbio das grandes cidades européias e que, ao contribuir para o aumento da renda nos países pobres, o etanol pode ajudar a conter o fluxo migratório para a Europa, um dos principais problemas políticos no continente.

Os motivos mais comuns para o apoio aos biocombustíveis na UE são segurança energética, ambiental e econômica. A primeira implica reduzir a dependência de petróleo e gás exportado por poucos países. A ambiental atua sobre as emissões de gases que causam o aquecimento global - e os países europeus, nórdicos à frente, buscam cumprir com metas do Protocolo de Kyoto e de uso de energia renovável. E no campo econômico, os biocombustíveis podem oferecer uma alternativa viável ao petróleo, além de ser um negócio interessante para empresas européias, inclusive as petrolíferas, que estão sendo alijadas das reservas de países emergentes.

Em seus discursos, Lula citou todos esses aspectos, mas fez questão de destacar o possível benefício social do etanol. A visão que ele procura transmitir é a de um grande programa de distribuição de renda aos países mais pobres, uma espécie de bolsa-etanol global. "Podemos estabelecer projetos de cooperação triangular com países mais pobres da América Latina, Caribe e África", disse Lula em Estocolmo. Sempre que falou de etanol, o presidente procurou associá-lo como uma saída para o desenvolvimento das regiões mais pobres. "Esses países comprometem grande parte de seus recursos com na importação de petróleo."

Lula defendeu as vantagens do etanol quanto à distribuição da renda no mundo. "Quantos países do mundo têm dinheiro, tecnologia para fazer pesquisas com petróleo, para fazer ou comprar uma plataforma de petróleo?", disse em outro discurso, horas antes, no Brazil Day, evento de negócios que reuniu empresários e autoridades dos dois países. Ele mesmo respondeu mais tarde: "Enquanto a produção de petróleo se concentra em 15 países, estima-se que mais de 120 países tenham potencial para produzir biocombustíveis."

Para promover a sua visão do etanol, não faltaram nem as figuras de linguagem tão caras ao presidente. "Podemos produzir parte da energia que precisamos sem fazer um furo de 6 km, mas um buraco de 20 cm (para plantar), que pode ser feito por uma máquina ou por um analfabeto, que depois pode tirar o seu petróleo, o seu combustível", disse. Esse discurso toca num ponto sensível aos europeus, que se vêem como promotores da justiça e da igualdade social no mundo. Países europeus, novamente os nórdicos à frente, são de longe os maiores doadores mundiais de ajuda ao desenvolvimento (em relação aos seus PIBs).

O discurso também constitui uma possível resposta às críticas de que o etanol vai elevar o custo dos alimentos, à medida que mais terra e mais produção são desviados para a elaboração de biocombustíveis. Segundo Lula, não se passa fome hoje no mundo por falta de comida, mas sim por falta de dinheiro, problema que poderia ser aliviado com a produção de etanol, sugeriu o "rei do etanol", como Lula foi chamado na imprensa sueca.

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Biodiesel

Palma valorizada – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas - 24/09/2007

Os contratos futuros do óleo de palma poderão registrar valorização de pelo menos 15% na bolsa da Malásia no ano que vem, em decorrência da forte demanda para a produção de combustíveis derivados de vegetais, previu a empresa Godrej International durante evento internacional. Malásia e Indonésia respondem por cerca de 90% da produção mundial de óleo de palma, conforme relatou a agência Bloomberg.

Movido a girassol – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas - 24/09/2007

A Petrobras informou que recebeu, na sexta-feira, 44 toneladas de sementes de girassol para fornecer a cooperativas de pequenos agricultores da Bahia. As sementes, certificadas, foram adquiridas por intermédio Embrapa. Elas serão plantadas a partir de outubro, e a colheita acontecerá no início de 2008. A produção será destinada à fabricação de biodiesel em Candeias.

Abengoa confirma – Valor Econômico – Agroengócios – Coluna Curtas – 27/09/2007

A gigante espanhola de energia Abengoa informou ontem, por meio de um comunicado, que concluiu oficialmente a compra da Dedini Agro, com duas usinas de açúcar e álcool em São Paulo. No comunicado, a empresa informou que já assumiu a controle das operações das usinas. O valor do negócio foi de 211 milhões de euros (ou US\$ 297 milhões). Com esta operação, a espanhola assume também uma dívida de 276,4 milhões de euros (ou US\$ 387 milhões) das usinas.

Brasil Ecodiesel informa – Valor Econômico – Agroengócios – Coluna Curtas – 27/09/2007

A Brasil Ecodiesel informou, por meio de um comunicado à CVM, que assinou aditivos aos oito contratos fechados com a Petrobras, no qual ficou estabelecido novo cronograma e procedimentos para retirada do biodiesel produzido em suas fábricas até o final de 2007. O objetivo desses aditivos foi o de adequar a oferta de biodiesel produzido pela empresa com o desenvolvimento do mercado e da infra-estrutura logística de distribuição do biodiesel pelas distribuidoras de combustíveis.

Etanol

Bunge compra primeira usina de açúcar e álcool – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/09/2007

A Bunge, uma das maiores empresas de agronegócio do mundo, fechou ontem a compra da usina de açúcar e álcool Santa Juliana, do grupo Tenório. A usina, no município de Santa Juliana, no Triângulo Mineiro, foi inaugurada em 2006 e tem capacidade de processamento de 1,6 milhão de toneladas de cana por ano. O valor do negócio não foi revelado, mas o preço de mercado de uma usina desse porte é de cerca de US\$ 100 milhões. Essa é a primeira usina da Bunge, que entrou no setor em 2006 com a criação de uma trading para exportação de açúcar. A empresa deve fazer novos investimentos na área.

Usinas aderem ao fim das queimadas - Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/09/2007

Governo paulista prevê adesão de 70% dos produtores do Estado ao programa até o fim do ano

O governo de São Paulo espera a adesão, ainda neste ano, de 100 a 120 usinas produtoras de açúcar e álcool ao protocolo agroambiental do setor, cujo principal compromisso é o fim da queima da palha de cana-de-açúcar até 2017.

Se confirmada a expectativa, entre 60% e 70% das 170 usinas e destilarias paulistas terão aderido ao programa em 2007. Em todo o Estado, das 280 milhões de toneladas cana processadas, cerca de 40% são colhidas com máquinas e 60% são queimadas, prática necessária para a colheita manual.

O governo deverá assinar com os produtores independentes de cana-de-açúcar um outro protocolo que prevê o fim das queimadas até 2021 em lavouras desses agricultores.

De acordo com Ricardo Viegas, gerente do projeto Etanol Verde e representante da Secretaria do Meio Ambiente, 36 usinas já protocolaram a adesão ao programa. “Acho que deveremos superar as previsões, mas, como é um programa de governo, é preciso cautela para avançar”, disse Viegas.

A primeira diretriz do protocolo já assinado com as usinas prevê a eliminação da queima em áreas mecanizáveis até 2014 . Já a segunda diretriz prevê o fim da queimada em áreas não mecanizáveis para 2017.

As usinas que cumprirem as normas propostas no protocolo vão receber um certificado de conformidade ambiental. Esse selo ambiental deve facilitar, por exemplo, a exportação de açúcar e álcool para países que ameaçam impor barreiras técnicas aos produtos brasileiros.

De acordo com Viegas, o comitê criado para implementar e avaliar o plano prevê ainda que cada usina tenha uma nota para execução dos pontos previstos no protocolo e que haja um valor mínimo para que ela não perca o certificado ambiental. A União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), estima que entre 70 e 80 unidades sucroalcooleiras paulistas, responsáveis pela metade da cana processada no Estado, devam aderir imediatamente ao protocolo.

Já o prazo para que os produtores independentes façam a adesão ao protocolo será de 2017, no caso das áreas mecanizáveis, a 2021, nas áreas em que só é possível a colheita manual de cana. Dados da Unica apontam que 25% da cana processada pela indústria paulista, ou 70 milhões de toneladas, é de fornecedores independentes.

O governo já iniciou reuniões de trabalho para tentar recolocar no mercado os trabalhadores rurais que perderão seus postos com o fim das queimadas.

Bunge adquire, em MG, 1ª usina de álcool – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/09/2007

DA REDAÇÃO - A Bunge anunciou ontem que chegou a um acordo com o grupo Olival Tenório para a compra da Agroindustrial Santa Juliana (MG). Esse é o primeiro investimento da empresa no mercado de álcool. Os valores não foram divulgados.

"A aquisição foi um importante passo na estratégia da Bunge de se tornar um "player" global e plenamente integrado na indústria de açúcar e álcool", disse o presidente da Bunge, Alberto Weisser.

Feira do setor de álcool prevê R\$ 1,6 bi em negócios – Jucimara Pauda e Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/09/2007

Fenasucro reduz expositores e restringe convidados somente a público do setor - Empresas de máquinas e equipamentos expõem produtos para aumentar produtividade de usinas de cana, grande alvo do evento

Equipamentos agrícolas que têm como objetivo o aumento da produtividade das usinas de cana-de-açúcar são o destaque da 15ª Fenasucro (Feira Internacional da Indústria Sucroalcooleira), que começa hoje e prossegue até sexta-feira em Sertãozinho (335 km a noroeste de São Paulo).

A feira prevê negociar R\$ 1,6 bilhão em equipamentos, o que é R\$ 100 milhões a mais que o faturado na edição de 2006. O público, no entanto, deve ser reduzido à metade. Isso porque a organização optou por credenciar apenas visitantes ligados ao setor, fazendo os demais interessados terem de pagar R\$ 50 por um convite -nos anos anteriores, o acesso era grátis, mediante credenciamento. Com isso, os visitantes devem chegar, no máximo, a 25 mil, ante 55 mil do ano passado. Além disso, o número total de expositores também caiu, de 550 para 420.

O otimismo dos organizadores encontra respaldo nas vendas do setor de máquinas agrícolas deste ano, que registrou uma alta de 38,4% de janeiro a julho em relação ao mesmo período do ano passado.

Segundo José Velloso, primeiro vice-presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), em média, uma nova usina tem surgido a cada mês no país, o que servirá para impulsionar a Fenasucro, e para elevar as vendas em 2008 em pelo menos 15%.

"A indústria vive um momento de expansão. O setor entra numa fase de amadurecimento, de forte expansão", disse Sérgio Prado, diretor regional da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) em Ribeirão Preto.

Entre os equipamentos na Fenasucro há máquinas de até R\$ 40 milhões -caso das caldeiras, cuja montagem pode ultrapassar os R\$ 3 milhões. Moendas usadas para o preparo e a moagem da cana custam até R\$ 20 milhões, dependendo do tamanho das usinas. "O segmento está aquecido e as implantações de novas usinas são uma oportunidade para o mercado. Criamos a feira para atender a cadeia sucroalcooleira e ela está estrategicamente colocada num período em que as empresas podem antecipar as novidades tecnológicas para as usinas", disse Paulo Montabone, da Multiplus, organizadora do evento. Uma das expositoras, a Santal, vai comercializar na feira sua linha de colhedoras e plantadoras de cana, que custam até R\$ 850 mil, e espera superar na Fenasucro os R\$ 15 milhões faturados na Agrishow de Ribeirão, no primeiro semestre.

O aumento da mecanização é um caminho sem volta para a cana, dizem os usineiros. No Estado de São Paulo, a mecanização já atinge de 42% a 45% dos canaviais. No restante do país, no entanto, que tem de 35% a 37% da colheita de cana mecanizada, há muito espaço para o crescimento do setor de máquinas.

Ônibus a álcool - O presidente da Unica (união das usinas), Marcos Jank, afirmou ontem em Sertãozinho que a capital paulista terá dois ônibus coletivos movidos a álcool, que começam a rodar ainda neste mês. O teste vai ser acompanhado pelo Centro Nacional de Referência em Biomassa, ligado à USP e ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

PARA LULA, BIOCOMBUSTÍVEL DARÁ "MUITO FRUTO" NO FUTURO AO PAÍS – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/09/2007

O presidente Lula disse ontem em seu programa de rádio "Café com o Presidente" que o Brasil plantou "semente" com biocombustíveis que dará "muito fruto", pois os países desenvolvidos terão de usar combustíveis menos poluentes.

Queimada em usina mata um trabalhador no PR – José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/09/2007

DA AGÊNCIA FOLHA - Um trabalhador morreu e outro ficou gravemente ferido em uma queimada de cana-de-açúcar em uma usina de Jacarezinho (367 km de Curitiba), no Paraná, na madrugada de quarta. A direção da empresa classificou o episódio de "uma fatalidade".

Carlos Bento, 33, não conseguiu deixar a área cercada pelas chamas e morreu queimado na Companhia Agrícola Usina Jacarezinho. O outro trabalhador, Leonildo Prado, 37, estava internado em estado "gravíssimo" até ontem à noite.

Segundo a delegada Silmara Revoredo Pereira, que investiga o caso, funcionários da usina que estavam no local disseram que uma mudança repentina do vento fez com que o fogo atingisse a área na qual estavam, por volta das quatro horas. "Na ansiedade, os meninos entraram no meio do canavial para tentar se livrar das chamas e foram colhidos pelo fogaréu."

Um carro-pipa da empresa foi atingido pelo fogo quando tentava resgatar os trabalhadores. Os dois eram registrados na empresa, disse a polícia.

Segundo a delegada, até o momento não foi constatada responsabilidade da empresa, mas testemunhas que estavam no local e técnicos da usina serão intimados a depor.

O gerente administrativo da empresa, José Carlos Fagnani, disse que as normas de segurança foram respeitadas. **(JOSÉ EDUARDO RONDON)**

PRIMEIRA ETAPA – Alessandra Kianek – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 28/09/2007

A Cosan, maior empresa brasileira do setor sucroalcooleiro, dá início hoje, em Goiás, ao projeto de investimento em três novas usinas. As plantas, nas cidades de Tajaí, Montividiu e Paraúna, terão capacidade para processar, por ano, 3,5 milhões de toneladas de cana cada uma, a partir de 2009.

INVESTIMENTOS – Alessandra Kianek – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 28/09/2007

De acordo com Rubens Ometto, presidente do grupo Cosan, os investimentos das usinas em Goiás atingem US\$ 650 milhões, e devem gerar 900 milhões de litros de álcool por ano. Em relação aos resultados da companhia, Ometto disse que nem neste ano nem no próximo é esperada alta rentabilidade.

GERAÇÃO DE ENERGIA – Alessandra Kianek – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 28/09/2007

Os próximos passos da Cosan são os investimentos nas unidades de São Paulo e na geração de energia por meio do bagaço da cana-de-açúcar. Segundo Ometto, os projetos da co-geração já estão prontos e em fase de negociação. Até 2011, a Cosan pretende atingir a moagem de 60 milhões a 65 milhões de toneladas de cana.

Do carvão à cana, a polêmica da exploração – O Globo – Economia – 19/09/2007

Declaração de Lula a empresários na Espanha sobre condições de trabalho nos canaviais do país é alvo de críticas

SÃO PAULO. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva provocou nova polêmica ao defender segunda-feira, em Madri, o etanol brasileiro, seu tema predileto nas recentes viagens internacionais.

Durante encontro com empresários espanhóis, depois de discorrer sobre as virtudes do combustível, Lula foi questionado sobre as condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar no Brasil. E reagiu indagando se o corte da cana seria mais “penoso” que trabalhar numa mina de carvão. O mineral foi o combustível da Revolução Industrial, no século XVIII, e a principal fonte de energia da Europa até meados do século XX. Porém, as condições subumanas de trabalho se tornaram um estigma das minas de onde era extraído o carvão.

— A comparação é equivocada do ponto de vista histórico, e não se justifica. (Lula) quis justificar uma condição de trabalho das mais indignas que existem no Brasil, a dos cortadores de cana, que ele bem conhece — disse o historiador Jacob Gorender, observando que os cortadores de cana enfrentam trabalho duro, são mal pagos, não têm proteção trabalhista, assistência médica e moram em péssimas condições.

“Comparação não é digna de um líder operário”

Um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), Gorender se afastou do partido, mas faz questão de ressaltar que apóia o governo Lula, a quem diz admirar pela sua história: — Mas essa comparação foi extremamente infeliz e injusta, não é digna de um líder de origem operária como ele.

O professor Roberto Romano, do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), também considerou inapropriadas as declarações de Lula. Segundo ele, Lula usou de retórica para fugir da pergunta e pode ter irritado potenciais investidores para o projeto do etanol: — Ele foi esperto, ágil, e tapou a boca de muita gente. Mas as coisas não funcionam assim.

Não é dessa forma que se faz o trato político internacional.

Para Romano, quem ouviu a resposta de Lula continuou em dúvida sobre as condições de trabalho nos canaviais do país: — Ele simplesmente respondeu retoricamente, como é de seu costume. Trata-se de pensamento abstrato no pior sentido da palavra.

Em defesa do presidente, o consultor sindical João Guilherme Vargas Neto disse que a declaração foi pertinente e não teve a intenção de esconder problemas nas usinas. Segundo ele, o processo de mecanização no campo é a melhor resposta, desde que o governo adote políticas para aproveitar a mão-de-obra que deixará os canaviais.

Segundo ele, a mecanização já alcança 66% da área plantada de cana em São Paulo, índice que chega a 80% no Centro-Oeste — nas regiões que concentram a produção de cana no país: — É como numa guerra: é preciso produzir o etanol e, para isso, tem de se lutar para melhorar as condições de trabalho. Isso está sendo feito.

O debate sobre o trabalho nas minas de carvão não se limita à academia. A literatura dita social guarda centenas de páginas sobre o tema. Um desses exemplos é “Germinal”, considerada a obra máxima do escritor francês Émile Zola (1840-1902), que descreve a vida de uma comunidade de trabalhadores de uma mina de carvão na França, durante o auge da Revolução Industrial.

Para escrever o livro, Zola trabalhou dois meses na extração de carvão. Conheceu o problema do calor e da umidade dentro da mina, o trabalho insano necessário para escavar o carvão, a promiscuidade das moradias, o baixo salário e a fome. Em protesto contra essas condições, os mineiros chegaram a organizar uma greve geral, reprimida pelo governo local.

O Brasil, de seu lado, hoje é o maior produtor de cana do mundo, seguido por Índia e Austrália. Essa fartura, porém, ainda convive com denúncias de trabalho precário no campo.

Só em São Paulo, maior região produtora do país, o Ministério Público do Trabalho registrou 21 mortes de bóias-frias desde 2004, supostamente por excesso de esforço. Foram três casos em 2004, número que subiu para nove no ano seguinte. Quatro mortes ainda sob investigação ocorreram em 2006 e existem cinco registros em 2007.

Governo adotou norma para proteger trabalhador

Para o professor de engenharia da produção da pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe-UFRJ) Rogério Valle, Lula poderia simplesmente ter admitido que ainda existem problemas nessa área, mas que há em curso uma série de ações para minimizá-los.

Apesar do que chamou “raciocínio infeliz”, Valle evitou criticar o presidente.

— Não acredito que ele pense isso, mas que respondeu assim sob pressão. Foi realmente uma reação infeliz.

Para tentar melhorar as condições de trabalho, o governo estabeleceu em 2005 garantias mínimas de saúde e segurança nos canaviais, como tempo para descanso e alimentação, água fresca e sombra.

Em 2006, o MP e o Ministério do Trabalho fiscalizaram 89 usinas do interior paulista, e nenhuma atendia a todas determinações. A fiscalização neste ano foi antecipada para março, no período de plantio. O objetivo é fiscalizar até dezembro mais de cem usinas.

“A comparação é equivocada do ponto de vista histórico, e não se justifica. (Lula) quis justificar uma condição de trabalho das mais indignas que existem no Brasil”

JACOB GORENDER

Historiador

“Ele foi esperto, ágil, e tapou a boca de muita gente. Mas as coisas não funcionam assim. Não é dessa forma que se faz o trato político internacional”

ROBERTO ROMANO - Professor da Unicamp

Bunge compra usina de álcool em Minas Gerais - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Brasil - 18/09/2007

A multinacional Bunge anunciou ontem a compra da usina Santa Juliana, do grupo alagoano Triunfo, controlada pelo governador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL). A unidade adquirida fica localizada na cidade Santa Juliana, no Triângulo Mineiro. O valor do negócio não foi divulgado.

A aquisição marca a entrada do grupo na produção de açúcar e álcool. Segundo Adalgiso Telles, porta-voz da Bunge, açúcar e álcool foram incorporados oficialmente ao portfólio de produtos da múlti, que é um dos maiores produtores de grãos do mundo e quer igual status na área sucroalcooleira. Em fevereiro de 2006, a múlti criou uma trading de açúcar e iniciou a comercialização da commodity.

A usina Santa Juliana está em sua segunda safra, segundo Telles. Para 2008/09, a expectativa é processar 1,6 milhão de toneladas de cana. "Vamos investir para que a usina processe até 4 milhões de toneladas até 2011", disse. A usina recém-adquirida produz somente álcool. "Vamos começar a produzir açúcar nos próximos dois anos".

A aquisição não inclui a outra unidade do grupo alagoano, a Triunfo, localizada na região da Boca da Mata, em Alagoas.

Telles afirmou que o grupo continua estudando novas aquisições. No início deste ano, a Bunge fez uma oferta para a compra de participação da Vale do Rosário, de Morro Agudo (SP), mas não teve sucesso. A multinacional queria negociar uma participação majoritária, mas os controladores da Vale recusaram a proposta.

Aquisição da Bunge em MG envolve projeto 'greenfield' - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 19/09/2007

A aquisição da Agroindustrial Santa Juliana, no Triângulo Mineiro, feita pela multinacional Bunge também inclui um projeto "greenfield" (construção). No pacote, a Bunge adquiriu além da usina em operação, uma área, já com viveiros de cana plantados, onde seria construída uma segunda unidade produtora, informou ao Valor José Givago Tenório, ex-presidente da Santa Juliana.

O projeto "greenfield", batizado de Nova Ponte, localizado na cidade que leva o mesmo nome, fica a 65 quilômetros da usina Santa Juliana, no Triângulo Mineiro. Esse projeto aguarda aprovação para licença ambiental, que ainda está em análise.

A Bunge confirmou a aquisição desse projeto, mas não deu mais detalhes. A multinacional ainda não definiu qual será o destino dessa área, que já tem cana plantada.

Originalmente, a usina deveria entrar em operação na safra 2009/10, segundo informou Tenório.

Tenório pertence a uma família de tradicionais produtores de açúcar e álcool em Alagoas, que controla a usina Triunfo no mesmo Estado. Contudo, a família do empresário não tinha participação na Agroindustrial Santa Juliana. O governador de Alagoas Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) também não é acionista do grupo alagoano e nem da Santa Juliana, conforme informou erroneamente este jornal. Tenório ainda não definiu se deverá investir ou não novamente no setor sucroalcooleiro. "Ainda não deu tempo para pensar nisso."

Com a aquisição, a Bunge marca sua estréia na produção de álcool no país. Em fevereiro do ano passado, o grupo montou uma trading de açúcar. O valor do negócio não foi divulgado. Mas, no mercado, a informação é de que a aquisição foi avaliada em R\$ 150 milhões. A múlti avalia novas oportunidades de compra no setor.

De olho no álcool – Valor Econômico – Agronegócios - 19/09/2007

O empresário Lawrence Pih, presidente do Moinho Pacífico, de São Paulo, está analisando oportunidades para investir no setor sucroalcooleiro. Tradicional no setor de moagem de trigo, Pih afirmou que o mercado de álcool é considerado um negócio atraente. Se entrar nesse setor, Pih deverá fazer projeto "greenfield" fora de São Paulo, "por ser mais barato". "A idéia ainda é incipiente." Em agosto, o empresário anunciou que deverá investir cerca de R\$ 100 milhões para construir seu segundo moinho no país. A nova unidade produtora está programada para ser construída em Santos (SP) e deverá entrar em operação até o fim de 2008. O objetivo de Pih é ter fabricação própria de massas, biscoitos e pães. Nos planos do empresário estão ainda a abertura de capital do Moinho Pacífico. Pih quer captar recursos no mercado para dar continuidade aos seus projetos de expansão no país. Por conta da escassez global, os preços do cereal estão batendo recordes no mercado internacional. "Boa parte dos moinhos do país tem buscado matéria-prima no Paraná e Rio Grande do Sul, que iniciaram a colheita no final de agosto."

Usineiros do Brasil já têm lobista nos EUA - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Agronegócios - 20/09/2007

Os usineiros brasileiros decidiram botar um pé em Washington e desenvolver uma estratégia de longo prazo para combater as barreiras que a indústria americana de etanol e seus aliados no Congresso dos Estados Unidos impõem atualmente à entrada do álcool brasileiro no cobiçado mercado americano.

A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única), principal associação do setor, anunciou ontem a contratação de Joel Velasco, um representante para defender seus interesses nos EUA. Velasco é ex-assessor do ex-vice-presidente Al Gore e é hoje diretor-gerente da Stonebridge International, uma firma de consultoria sediada na capital americana.

Numa audiência realizada pela Comissão de Assuntos Internacionais da Câmara de Representantes para discutir as relações do Brasil com os EUA, Velasco afirmou ontem que seu papel será apresentar os pontos de vista dos usineiros nos EUA e "iniciar um processo de envolvimento mais ativo" com o país.

O sucesso do programa brasileiro de biocombustíveis é visto com admiração nos EUA, mas a indústria americana de etanol está crescendo rapidamente e vê com suspeição seus concorrentes brasileiros, apesar dos esforços que os governos dos dois países têm feito para forjar uma aliança para promover o consumo de etanol em outros países.

Uma tarifa de US\$ 0,54 por galão de etanol encarece o álcool brasileiro no mercado americano e protege a indústria dos EUA da competição com os usineiros do Brasil. A tarifa existe desde o fim da década de 70 e a legislação atual assegura sua permanência até o fim de 2008. O etanol americano é feito de milho e é bem menos competitivo que o produzido no Brasil.

O deputado Eliot Engel, que presidiu a audiência ontem, quis saber se o Brasil teria condições de exportar grandes volumes de etanol para os EUA sem comprometer o abastecimento do seu mercado interno se a tarifa americana fosse extinta. Velasco disse que não. Engel também manifestou preocupação com os riscos que a expansão da cana no Brasil cria para o meio ambiente. O representante da Única disse que eles não existem.

Velasco e outro participante da audiência, o diretor do departamento da Câmara de Comércio dos EUA para a América Latina, Mark Smith, disseram aos deputados americanos que o acordo assinado pelo Brasil e pelos EUA em março deste ano para promover os biocombustíveis teve poucos resultados até aqui.

"Houve um aumento significativo no diálogo entre os dois governos, mas há pouco envolvimento do setor privado", disse Velasco. Smith disse que os dois países deveriam dar passos mais agressivos para tornar viáveis comercialmente as tecnologias que permitem a produção de etanol celulósico, o combustível que pode ser extraído do bagaço da cana, de capim e madeira.

Novos nomes na atual gestão da Unica - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 20/09/2007

Quase quatro meses depois de assumir a presidência da Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar), Marcos Jank promoveu uma verdadeira reestruturação na equipe de colaboradores da entidade. As mudanças resultaram na saída de alguns dos antigos consultores da entidade e na criação de novos cargos.

"Vamos dar enfoque para a gestão socioambiental no setor sucroalcooleiro", disse Jank. Na próxima semana, ele receberá o secretário Estadual do Meio Ambiente, Xico Graziano, para assinatura de um protocolo agroambiental.

Para dar maior ênfase à sustentabilidade sucroalcooleira, a Unica conta agora com o economista Márcio Nappo, ex-Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), como assessor de meio ambiente. Nappo vai fazer parte de uma grande equipe voltada para este segmento, e que terá ainda novos colaboradores que deverão ser contratados, juntando-se aos atuais consultores Laura Tetti e Alfred Szwarc.

A pesquisadora Géraldine Kutas, responsável pelo acompanhamento das negociações agrícolas na Organização Mundial do Comércio (OMC) e das negociações Mercosul-União Européia, chega para substituir Elisabete Seródio, ex-consultora da área de relações internacionais da Unica.

Jank também fez uma reestruturação na área de comunicação da Unica. Cláudio Manesco, atual diretor, sai em outubro, para a chegada de Kátia Gianone, ex-Nike e Bunge, que já assumiu o cargo.

O ex-coordenador geral de produtos agrícolas do Ministério da Fazenda, Eduardo Leão de Sousa, chega para ocupar a direção executiva da Unica, no lugar de Fernando Morais, que também deixou a entidade.

Essa reestruturação deverá continuar. Até o final do ano, Jank disse que vai contratar um representante da Unica para representar a entidade em Bruxelas. Esse executivo terá a função de acompanhar as negociações de açúcar e álcool na União Européia. A Unica também terá um escritório na Ásia, provavelmente em Tóquio (Japão), com o mesmo objetivo.

Estiagem em agosto acelera colheita de cana – Valor Econômico – Agronegócios - 20/09/2007

A colheita da cana no centro-sul do país atingiu 257,3 milhões de toneladas até o dia 31 de agosto, ou 63% do total da safra 2007/08, prevista em 410 milhões de toneladas, de acordo com a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica).

Segundo Antonio de Padua Rodrigues, diretor-técnico da Unica, a estiagem no mês de agosto beneficiou o avanço da colheita. Em agosto, as usinas processaram 67,058 milhões de toneladas, um volume 17% maior que em agosto de 2006.

A produção de álcool no mês passado ficou em 3,026 bilhões de litros, 17,5% mais que em igual período de 2006. No acumulado da safra (maio a agosto), atingiu 11,329 bilhões de litros, alta de 12,6% sobre o mesmo período de 2006/07. As usinas produziram 4,476 milhões de toneladas de açúcar em agosto, queda de 0.2% sobre o mesmo período de 2006. No acumulado da safra, a produção caiu 8,8%, para 15,458 milhões de toneladas.

Segundo Padua, a Unica pode voltar a rever a produção de cana na região. A primeira estimativa indicava moagem de 420 milhões de toneladas. No mês passado, a entidade reduziu o volume para 410 milhões, indicando que cerca de 10 milhões de toneladas poderiam ficar nos canaviais. Agora, com a recuperação do clima, pelo menos 5 milhões de toneladas a mais poderão ser colhidas, totalizando 415 milhões de toneladas.

As exportações de álcool no centro-sul devem ser de até 3,1 bilhões de litros em 2007/08. Até agosto, foram embarcados 1,439 bilhão de litros, dos quais 70% tiveram como destino os EUA (via Caribe e vendas diretas).

Para Padua, os preços do combustível no mercado interno não têm muito espaço para cair. (MS)

Infinity compra outras três unidades de álcool – Valor Econômico – Agronegócios - 25/09/2007

A Infinity Bio-Energy anunciou ontem a compra de três novas usinas de álcool. A companhia também formalizou acordo com a usina Disa, do Espírito Santo, da qual já era sócio e que controla duas unidades produtoras no Estado. O valor dos negócios não foi divulgado.

As novas aquisições incluem as unidades Ibirálcool, localizada na cidade de mesmo nome no sul da Bahia, Cepar, localizada em São Sebastião do Paraíso (MG), e Agromar, do Rio Grande do Norte. A unidade Ibirálcool, que tem capacidade para processar 1 milhão de toneladas de cana, está a 80 quilômetros da unidade Alcana, em Nanuque, norte de Minas, primeira usina adquirida pelo grupo no país.

A empresa informou, por meio de comunicado, que a unidade Cepar, de Minas - projetada para processar 840 mil toneladas de cana - irá aumentar sua capacidade de moagem para cerca de 2 milhões de toneladas até 2010. A unidade Agromar, no Rio Grande do Norte, terá sua estrutura industrial transferida para o Mato Grosso do Sul, onde o grupo está criando um pólo produtor de cana.

Essas três usinas recém-adquiridas estão estrategicamente localizadas perto umas das outras - entre Espírito Santo, sul da Bahia e Minas Gerais -, permitindo ao grupo manter pólos produtores de cana nessas regiões.

Ontem, a empresa formalizou novo acordo com a Disa, no qual renova o compromisso de compra do controle acionário na Pecana Empreendimentos e Participações SA (Montasa). Esse acordo também prevê a compra do controle acionário de uma nova empresa, a Newco, que fornece a cana-de-açúcar para a Disa, e da Ceisa, empresa que vai desenvolver o programa de co-geração de energia na Disa.

Com as aquisições, a Infinity prevê ter 13 usinas em operação na safra 2008/09, com capacidade para moer 9 milhões de toneladas de cana por ano.

Contexto – Valor Econômico – Agronegócios - 25/09/2007

A presença de capital estrangeiro no setor sucroalcooleiro praticamente dobrou em um ano, segundo a consultoria Datagro. Grupos e investidores estrangeiros detinham o controle de 12% de toda a cana processada no Brasil no fim de agosto, ante 5,7 % um ano antes, quando a Datagro deu início ao levantamento. "Estamos observando que esse percentual está evoluindo mais rapidamente do que a gente imaginava", disse o presidente da consultoria, Plínio Nastari, à agência Reuters. O levantamento inclui a presença de capital estrangeiro nas ações em mercado das empresas abertas do setor, como Cosan, Açúcar Guarani, do grupo francês Tereos, e São Martinho. A compra da usina Santa Juliana, em Minas Gerais, pela gigante Bunge, anunciada na semana passada, vai elevar ainda mais esse percentual. Empresas como a gigante americana ADM e a alemã Suedzucker estão tentando entrar no setor no Brasil há anos, ainda sem sucesso.

Odebrecht investirá US\$ 1,05 bilhão em três usinas em Goiás - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 26/09/2007

A ETH Bioenergia, braço de agroenergia do grupo Odebrecht, vai investir US\$ 1,05 bilhão na construção de três usinas de açúcar e álcool em Goiás. O aporte marca a expansão do conglomerado para o Centro-Oeste do país. A Odebrecht já controla duas usinas na região do Pontal de Paranapanema, em São Paulo.

O Valor apurou que as três unidades produtoras irão processar, juntas, 15 milhões de toneladas de cana - 5 milhões de toneladas por usina -, a partir de um aporte de cerca de US\$ 350 milhões em cada uma. As três plantas vão produzir açúcar e álcool e vão co-gerar energia a partir do bagaço da cana.

Procurado pela reportagem, o presidente da ETH Bioenergia, Clayton Hygino Miranda, confirmou as informações e acrescentou que os investimentos em Goiás fazem parte do projeto de expansão da Odebrecht neste segmento. A primeira usina de Goiás vai ser construída na cidade da Caçu, no extremo sul do Estado, com aproximadamente 8 mil habitantes, e deverá entrar em operação na safra 2009/10. Essa unidade terá o empresário Ricardo Sampaio, do grupo Mendo Sampaio, filho do ex-governador de Pernambuco como sócio. A Odebrecht terá 80% de participação. As outras duas unidades serão controladas 100% pela Odebrecht. A segunda usina vai ser instalada também na região de Caçu, e a terceira em Itarumã, a 50 quilômetros das outras unidades. Essas duas últimas plantas deverão iniciar suas operações na temporada 2010/11.

A estréia do grupo Odebrecht no setor sucroalcooleiro foi anunciada este ano. Em maio, a companhia adquiriu a usina Alcídia, em Teodoro Sampaio (SP), e quase dois meses depois anunciou a construção de sua segunda unidade, na região de Pontal do Paranapanema, em parceria com o empresário Alexandre Cândido de Paula, sócio da Reebok Fitness e um dos controladores da ACP Agropecuária. A região do Pontal foi escolhida pelo grupo por ser uma das poucas áreas de São Paulo que ainda comportam a expansão canavieira. Nesses dois investimentos, o grupo desembolsou cerca de US\$ 300 milhões.

Os planos da Odebrecht para o setor são ambiciosos. Até 2015, o conglomerado pretende consolidar um aporte total de US\$ 5 bilhões (incluindo os investimentos já realizados) e ficar entre os três maiores produtores de açúcar e álcool do Brasil. A companhia prevê ter, no mínimo, dez unidades produtoras.

Desde o ano passado, a Odebrecht estudava entrar em um terceiro negócio. Consolidada nos segmentos da construção, com a Construtora Norberto Odebrecht (CNO), e da petroquímica, com a Braskem, a agroenergia mostrou-se um negócio promissor para o grupo. Em 2006, a Odebrecht faturou R\$ 24 bilhões, dos quais R\$ 16,5 bilhões vieram da petroquímica Braskem (70% da receita) e R\$ 7,4 bilhões da CNO (30%).

Para entrar no setor sucroalcooleiro, o grupo associou-se aos executivos Clayton Hygino Miranda, ex-Coimex Trading, e Eduardo Pereira de Carvalho, ex-presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica). Os empresários criaram a empresa CZRE, que foi incorporada pela Odebrecht. Miranda assumiu a presidência da ETH Bioenergia e Carvalho ficará à frente das novas estratégias do grupo para o setor. Em recente entrevista ao Valor, eles afirmaram que a Odebrecht pretende criar pólos produtores de cana também no Mato Grosso do Sul. O grupo também não descarta fazer investimentos fora do país. Além da região do Caribe, rota da maioria das companhias sucroalcooleiras do Brasil, por conta do acesso ao mercado americano, o conglomerado estuda a África, onde já tem infraestrutura montada.

POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Biodiesel

Adição de biodiesel a combustível pode aumentar - Luiza Damé – O Globo – Economia – 27/09/2007

Querosene de aviação sobe 4,5%

BRASÍLIA. O governo indicou ontem aos produtores de biodiesel que deve elevar o percentual obrigatório de mistura do óleo verde ao diesel comum, que começa em 2% no próximo ano. Após uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do conselho de administração da União Brasileira do Biodiesel (Ubrabio), Juan Diego Ferrés, disse que a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) acenou com a possibilidade de um adicional facultativo de 3%, dividido em três etapas de 1%. Isso só seria possível a partir da primeira avaliação do programa, no primeiro trimestre de 2008.

Mais tarde, o porta-voz da Presidência, Marcelo Baumbach, confirmou que essa é uma das possibilidades em estudo para incrementar a demanda firme pelo biocombustível, pois a oferta de biodiesel hoje, segundo empresários, é superior à demanda. A adição de 5% está prevista para 2013, mas desde que a produção de biodiesel começou a crescer no país, o governo não descarta a possibilidade de antecipar a obrigatoriedade para 2010.

Os preços em alta do petróleo no mercado internacional farão a Petrobras reajustar em 4,5% o querosene de aviação em 1º de outubro. Segundo o diretor de Abastecimento da estatal, Paulo Roberto Costa, até setembro, o combustível acumulava alta de apenas 0,1% no ano.

SAF/MDA promove a segunda reunião do Selo Combustível Social – Sítio Eletrônico do MDA – 19/09/2007

Na próxima quarta-feira (26), representantes das empresas produtoras de biodiesel e da Petrobrás, do Governo Federal, das instituições de apoio ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, como agentes financeiros e instituições de pesquisa, dos movimentos sociais e sindicais, das equipes técnicas e de supervisão dos Projetos Pólos Centro-sul e Nordeste e da equipe da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) se reúnem, em Brasília, na II Reunião do Selo Combustível Social.

O encontro terá como finalidade apresentar e debater os resultados alcançados e os desafios a serem enfrentados para a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel. O encontro acontece no Grand Bittar Hotel, das 9 às 17 horas.

Hoje, 21 empresas possuem o Selo Combustível Social concedido pelo MDA, representando a inserção de mais de 90 mil agricultores familiares na cadeia produtiva de matérias-primas como a mamona, a soja, o dendê e o girassol para o processo de fabricação do biodiesel, em aproximadamente 540 mil hectares plantados. A mais recente empresa que receberá o Selo é a Agrosoja, do estado do Mato Grosso.

O coordenador-geral de biocombustíveis da SAF/MDA, Jânio da Rosa, destaca a relevância das ações do Selo Combustível Social como promotora da inclusão social na

agricultura familiar. “Um ano depois da primeira reunião do Selo, que realizamos em setembro de 2006, o cenário se mostra diferente. Saímos de quatro empresas com Selo, naquela época, para 21 indústrias, o que demonstra o êxito da ação governamental e da política de produção e uso do biodiesel”, avalia.

Segundo Jânio Rosa, o resultado visto atualmente comprova a inclusão social. “Com este processo, pudemos agregar uma nova atividade na propriedade do agricultor familiar, inserindo um processo de geração de renda consorciada com sua produção de alimentos”, explica.

Como é concedido o Selo

O Selo Combustível Social é um componente de identificação concedido pelo MDA aos produtores de biodiesel que promovam a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio de geração de emprego e renda para os agricultores familiares enquadrados nos critérios do Pronaf.

Por meio do Selo, o produtor de biodiesel tem acesso a alíquotas de PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados, acesso às melhores condições de financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e suas Instituições Financeiras Credenciadas, ao Banco da Amazônia (BASA), ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ao Banco do Brasil (BB) ou outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos com Selo.

O Selo Combustível Social somente é concedido aos produtores de biodiesel que compram matéria-prima da agricultura familiar em percentual mínimo de: 50% (Nordeste e Semi-Árido); 10% (Norte e Centro Oeste) e, 30% (Sudeste e Sul). As indústrias têm, também, que assegurar a assistência e a capacitação técnica aos agricultores familiares.

Cassel destaca a cadeia do biodiesel – Sítio Eletrônico do MDA - 26/09/2007

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, destaca que o número de famílias incluídas na cadeia produtiva do biodiesel pode chegar a 200 mil nesta segunda etapa do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. A avaliação foi feita durante a abertura da II Reunião do Selo Combustível Social, nesta quarta-feira (25), em Brasília.

Cassel também ressalta que, desde a criação do programa em 2003, já foram beneficiadas mais de 100 mil famílias por meio do plantio de oleaginosas utilizadas como matéria-prima para os biocombustíveis. Em seu pronunciamento, Cassel atribuiu a crescente participação da agricultura familiar na produção do biodiesel ao Selo Combustível Social. As usinas de beneficiamento com o selo devem garantir parte da compra dos óleos vegetais utilizados como matéria-prima dos produtores familiares. A medida resulta em redução de impostos e outros benefícios fiscais.

O ministro do Desenvolvimento Agrário citou o selo como importante inovação para a inclusão e geração de renda para a agricultura familiar. “O selo é um dos pontos mais inovadores e o que há de mais original. O programa do biodiesel é um programa de energia limpa, mas é, acima de tudo, um programa de inclusão social, que tem inserido milhares de famílias agricultoras, gerando renda e emprego”.

Para Cassel, o programa de biodiesel já superou a fase de consolidação e a tendência de participação da agricultura familiar deve dobrar. “Queremos agregar mais cem mil famílias no plano safra 2007/2008. Queremos aprimorar e dar maior potência ao programa e poder, cada vez mais, congregando produtores familiares, de forma que eles não sejam apenas mão-de-obra, mas que haja uma inclusão social de qualidade”.

Biodiesel hoje - Atualmente, a cadeia produtiva do biodiesel envolve cerca de 100 mil famílias de agricultores cooperativadas. Estas famílias são responsáveis pelo plantio e beneficiamento de oleaginosas como girassol, soja, mamona, pinhão manso e dendê. O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, que completa dois anos, produz cerca de 2 bilhões de litros anuais de combustível renovável, através de mais de 30 pólos de produção em todo o País.

A II Reunião do Selo Combustível Social é realizada no hotel Grand Bittar e conta com a participação de representantes de associações de agricultores familiares, empresas de beneficiamento de óleo vegetal e agentes financeiros. Além do ministro do Desenvolvimento Agrário, o secretário de agricultura familiar, Adoniran Peraci, também representa o MDA no evento. Pelo Governo Federal, estão presentes o Secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia (MME), João José de Nora Souto, e o coordenador interministerial do Grupo de Bioenergia da Casa Civil, Rodrigo Rodrigues.

O encontro abre espaço para apresentação e debate a respeito dos resultados alcançados e os desafios para a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel. O coordenador-geral de biocombustíveis da SAF/MDA, Jânio da Rosa, destaca as ações do Selo Combustível Social como promotoras da inclusão social na agricultura familiar. “Um ano depois da primeira reunião do Selo, que realizamos em setembro de 2006, o cenário se mostra diferente. Saímos de quatro empresas com Selo, naquela época, para 21 indústrias, o que demonstra o êxito da ação governamental e da política de produção e uso do biodiesel”, avalia.

Como é concedido o Selo - O Selo Combustível Social é um componente de identificação, concedido pelo MDA, aos produtores de biodiesel que promovam a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio de geração de emprego e renda para os agricultores familiares enquadrados nos critérios do Pronaf.

Por meio do Selo, o produtor de biodiesel tem acesso a alíquotas de PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados, acesso às melhores condições de financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e suas Instituições Financeiras Credenciadas, ao Banco da Amazônia (BASA), ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ao Banco do Brasil (BB) ou outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos com Selo.

O Selo Combustível Social somente é concedido aos produtores de biodiesel que comprem matéria-prima da agricultura familiar em percentual mínimo de: 50% no Nordeste e Semi-Árido; 10% nas regiões Norte e Centro Oeste e, 30% nas regiões Sudeste e Sul. As indústrias têm, também, que assegurar a assistência e a capacitação técnica aos agricultores familiares.

Produtores de biodiesel pedem matéria-prima - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico
– Agronegócios - 27/09/2007

Os empresários da União Brasileira do Biodiesel (Ubrabio) cobraram ontem, durante audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, esforços para ampliar as matérias-primas utilizadas na produção de biocombustíveis no país. Apesar de uma capacidade de produção instalada de 2 bilhões de litros por ano, o país produz apenas 840 milhões de litros anuais - 80% deste montante proveniente da soja.

"Nós temos uma alta dependência da soja. Seria interessante criarmos espaço para outras alternativas", afirmou o presidente do Conselho de Administração da Ubrabio, Juan Diego Ferrés.

Para Ferrés, além da soja, poderiam ser estendidas as pesquisas para outras oleaginosas, como amendoim, girassol, canola ou palmáceas, como o dendê. No caso da mamona, que virou um dos símbolos do programa, o empresário reconhece que o preço do combustível, em certos momentos, fica acima da média pelas dificuldades de produção.

O presidente da Ubrabio levou a Lula o entusiasmo dos empresários com o programa. A partir de janeiro do ano que vem, a legislação torna obrigatória a adição de 2% de biodiesel no diesel produzido em todo país. Até 2013, essa mistura chegará a 5%.

Tanto Ferrés quanto o porta-voz da Presidência, Marcelo Baumbach, confirmaram que a obrigatoriedade da mistura de 5% pode ser antecipada para 2010. Um dos mecanismos estudados seria acrescentar, gradualmente, 1% de mistura a cada ano. "Nós queremos ter um passo seguro, uma marcha segura na direção dos 5%. Portanto, essa possibilidade de um incremento gradual de 1% é uma das possibilidades que está sendo considerada", reconheceu o porta-voz.

A previsão, no entanto, é que a mudança só seja avaliada a partir do primeiro trimestre de 2008.

Ferrés admitiu também que a produção ainda é maior do que a demanda. Ele atribui essa peculiaridade ao "entusiasmo dos empreendedores e ao esforço pessoal do presidente Lula, que atrelou sua imagem ao novo combustível alternativo", disse.

Mas também criticou os distribuidores de combustíveis petrolíferos, que não se empenharam como deveriam na mistura do biodiesel ao óleo diesel, limitando os pontos de venda em todo país.

Ferrés aproveitou ainda para analisar a queda-de-braço entre os governos brasileiro e americano. Lula tem reclamado que os empresários americanos querem sobretaxar o etanol brasileiro ao invés de estimular a produção de uma nova matriz energética. Para o empreendedor, em sociedades mais avançadas, como a Europa, os consumidores concordam em pagar mais por um combustível que seja "amigável" ao meio ambiente.

Mas quando a questão é analisada sobre o prisma brasileiro, as coisas mudam de figura. "Nessa situação, querem adotar as leis de mercado. Mas isso não funciona com produtos tão diferentes [como o petróleo e o biodiesel]", justificou Ferrés.

Aumentam as incertezas no mercado de biodiesel - Cibelle Bouças e Sérgio Bueno – Valor Econômico – Agronegócios - 28/09/2007

Quanto mais se aproxima o início da adição obrigatória de 2% de biodiesel no diesel vendido no país, o que acontecerá a partir do ano que vem, maior é a preocupação quanto ao futuro do abastecimento do produto. Para as empresas do segmento, o problema é o excesso de capacidade instalada que começa a se formar, que reduz preços; para o governo, o temor deriva dos fracos resultados dos leilões oficiais que visam garantir a oferta e o baixo nível efetivo de recebimento do combustível.

Levando-se em conta os aportes em curso, que devem superar R\$ 4 bilhões, a capacidade instalada já se aproxima de 2 bilhões de litros anuais, ante demanda prevista em 840 milhões em 2008. Com isso, quem já investiu ou tem projetos em andamento teme que o descasamento pressione os preços, em um momento em que a tonelada de óleo de soja - matéria-prima da maior parte das fábricas em operação no Brasil - chegou a US\$ 850 milhões no mercado internacional, quase o dobro do que há um ano.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Biocombustíveis e Gás Natural (ANP), já são 41 usinas de biodiesel autorizadas a operar no país, capazes de produzir 1,854 bilhão de litros por ano. Além de superar em mais de duas vezes a demanda de 2008 com o chamado B2 (2% de mistura), há outros 40 projetos em análise. Se aprovadas, as novas unidades elevarão a capacidade para 3,8 bilhões de litros por ano, 80% mais que o necessário mesmo se um percentual de 5% de biodiesel for adicionado ao diesel. O B5 está previsto para 2013, mas poderá ser antecipado para 2010 devido a este cenário.



"Com a sobre capacidade, os preços podem cair demais e muita gente que investiu vai ficar de fora do mercado", afirma Marcos Boff, diretor financeiro da Oleoplan, de Veranópolis (RS). Ele lembra que no leilão de compra realizado em julho de 2006 a Petrobras fixou o preço de abertura em R\$ 1,92 por litro, mas que, com a disputa, a média

foi de R\$ 1,76 e houve lotes vendidos até por R\$ 1,73. Com capacidade para produzir 100 milhões de litros por ano, a empresa investiu R\$ 21,5 milhões no complexo que deu partida em junho e, em 2006, acertou a venda de 10 milhões de litros para a estatal.

Hoje, diz Boff, considerando-se o preço do óleo de soja, o biodiesel teria de ser vendido entre R\$ 2,20 e R\$ 2,30, enquanto o diesel comum está em R\$ 1,80. Nesta semana, representantes da União Brasileira do Biodiesel (Ubrabio) reuniram-se com o presidente Lula para cobrar estímulos à produção de outras matérias-primas para o combustível. Para Boff, os próximos leilões também deveriam valer para períodos inferiores a um ano, para um melhor ajuste entre preços e custos.

O problema, conforme Erasmo Battistella, diretor comercial da BSBios, de Passo Fundo (RS), é que também não se sabe se haverá leilões em 2008 ou se a comercialização será feita diretamente entre usinas e distribuidoras. Segundo uma fonte da área, na reunião do dia 18 deste mês entre produtores e a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o governo se comprometeu a realizar um novo leilão, possivelmente em novembro, para garantir uma "entrada segura" do programa do biodiesel nos três primeiros meses de 2008.

Aí está o outro problema. Até julho, dos 890 milhões de litros negociados em leilões da Petrobras entre 2005 e 2006 para abastecimento do mercado até o início de 2008, só 217,1 milhões foram produzidos pelas usinas, apesar da larga capacidade. Os dados são da ANP. Ricardo Dornelles, diretor de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, estima que, no acumulado deste ano, as entregas não chegarão à metade do volume arrematado. "O volume será bem menor do que estava previsto inicialmente. E há volumes que nem serão mais entregues".

Dornelles pondera que muitas usinas demoraram a obter os licenciamentos ambientais para operar ou levaram mais tempo para concluir as obras, o que comprometeu o calendário de entrega do produto às distribuidoras. Battistella, da BSBios, diz que, embora tenha enfrentado atrasos no recebimento de equipamentos importados, as distribuidoras também retardaram retiradas porque não estavam com suas bases plenamente adaptadas para receber o biodiesel. Ele afirma que chegou a encarar falta de caminhões-tanque.

A BSBios investiu R\$ 40 milhões na planta de Passo Fundo e vendeu 62 milhões de litros nos leilões de 2006, mas até agora entregou só 25% do volume. "Estamos em um período de transição", comenta Battistella. A Oleoplan entregou 3 milhões dos 10 milhões de litros que comercializou devido a "problemas logísticos" e está reprogramando o restante com a Petrobras, informa Boff - como também fez a Brasil Ecodiesel, maior empresa do mercado. Para ele, os próximos leilões deveriam prever cotas mensais de liberação às distribuidoras. Neste caso, se alguma usina atrasar a entrega, o volume seria repassado para outra empresa.

Goiás vai investir R\$ 2 bi para escoar álcool e grão - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agrenegócios - 28/09/2007

O governo de Goiás vai investir cerca de R\$ 2 bilhões para criar infra-estrutura para armazenagem e escoamento, sobretudo, de álcool e grãos para os principais portos do país. Considerado nova fronteira para a cana, o Estado deve receber nos próximos cinco anos um aporte de cerca de R\$ 12 bilhões para a construção de 64 usinas de açúcar e álcool. Grupos do setor, como Odebrecht e Brenco, anunciaram aportes no Estado. A gigante Cosan oficializa hoje investimento de US\$ 650 milhões em três usinas em Goiás.

Rubens Ometto, presidente da Cosan, disse ao Valor que a escolha do grupo por Goiás para seus primeiros projetos "greenfield" (construção) reflete as facilidades logísticas. O grupo, com 17 usinas em São Paulo, construirá as plantas em Jataí, Montividiu e Paraúna, que juntas processarão 10 milhões de toneladas, e podem atingir 30 milhões.

Preocupado em escoar a produção, boa parte dos aportes do governo em infra-estrutura será concentrada na melhoria das estradas vicinais que dão acesso às rodovias federais, pelas quais se chega aos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR). Para isso, serão investidos R\$ 730 milhões, como parte do programa "Goiás Pavimentado", explicou Veríssimo Aparecido Silva, superintendente de Planejamento da Seagro (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás).

Para a plataforma multimodal, cujas obras já estão em andamento, serão investidos cerca de R\$ 1 bilhão, uma parceria entre as iniciativas privada e pública. Essas obras vão criar vias de escoamento da produção do Estado por rodovias, ferrovias e transporte aéreo. O restante vai ser destinado à construção de um porto seco também em Anápolis, em um investimento estimado em R\$ 250 milhões. Esses aportes começaram a ganhar força com os recentes anúncios de grupos sucroalcooleiros interessados no Estado. Com terras mais baratas comparadas a São Paulo e também ao Triângulo Mineiro, que tem recebido pesados aportes de usinas, Goiás se tornou uma fronteira atraente para os canaviais.

Mas já há resistências à cana no Estado, sobretudo de municípios como Rio Verde, Jataí e Mineiros, onde estão instaladas integrações de aves e suínos, como a Perdigão. O avanço da cana já preocupa as empresas que temem que a oferta de grãos seja afetada. A prefeitura de Rio Verde limitou a produção de cana para evitar um avanço da produção sobre os grãos. Mineiros ameaça fazer o mesmo.

Para Silva, regiões tradicionais em grãos, como Rio Verde, Mineiros e Jataí, já estão consolidadas em soja e milho, por conta dos investimentos já realizados de frigoríficos nessas regiões. "Difícilmente os produtores deixarão de cultivar grãos para investir em cana."

Mas a expansão do setor já se mostra uma ameaça real. Há dois anos, os projetos de novas usinas no Estado eram 15. Hoje são 64. Muitos analistas, porém, acreditam que apenas metade delas saia do papel.

Etanol

Agroenergia: Mitos e Impactos - Maria Luisa Mendonça e Marluce Melo – Sítio Eletrônico da CPT – 26/09/2007

A produção extensiva de agrocombustíveis coloca em risco a própria soberania nacional, na medida em que grandes empresas estrangeiras têm adquirido usinas e terras no Brasil

O Brasil é o quarto país do mundo que mais emite gás carbônico na atmosfera. Isso ocorre principalmente em consequência da destruição da floresta amazônica, que representa 80% das emissões de carbono no país. A expansão de monocultivos para a produção de agroenergia tende a aprofundar este problema, colocando uma pressão cada vez maior na fronteira agrícola da Amazônia e do cerrado.

A expansão da produção de agrocombustíveis no Brasil tem como objetivo central atender a demanda de outros países. Neste contexto, o papel dos países periféricos é fornecer energia barata para países ricos, o que representa uma nova fase da colonização. As atuais políticas para o setor são sustentadas nos mesmos elementos que marcaram a colonização: apropriação de território, de bens naturais e de trabalho, o que representa maior concentração de terra, água, renda e poder.

Uma mudança nos padrões de consumo, principalmente nos países do hemisfério norte, é imprescindível, pois nenhuma fonte alternativa de energia seria capaz de suprir a atual demanda. No entanto, a opção pela redução do consumo é praticamente excluída do debate oficial quando se trata de discutir meios de diminuir a poluição atmosférica. O primeiro passo nesse sentido deveria ser o investimento massivo em transporte público, além de políticas de racionalização, contenção de desperdício e economia de energia, e da implementação de uma diversidade de fontes alternativas e verdadeiramente renováveis.

O conceito de energia “limpa” e “renovável” deve ser discutido a partir de uma visão mais ampla que considere os efeitos negativos destas fontes. No caso do etanol produzido a partir da cana-de-açúcar, seu cultivo e processamento poluem o solo e as fontes de água potável, pois utilizam grande quantidade de produtos químicos. Cada litro de etanol produzido consome cerca de 12 litros de água.

No caso da produção de diesel a partir da soja, as estimativas mais otimistas indicam que o saldo de energia renovável produzido para cada unidade de energia fóssil gasto no cultivo é de 0,4 unidades. Isso se deve ao alto consumo de petróleo utilizado em fertilizantes e em máquinas agrícolas. Além disso, a expansão da soja tem causado enorme devastação ambiental. Mesmo assim, a soja tem sido apresentada pelo governo como principal cultivo para diesel vegetal.

Empresas de organismos geneticamente modificados passaram a desenvolver tipos de culturas não comestíveis, somente para a produção de agroenergia. Como não há meios de evitar a contaminação dos transgênicos em lavouras nativas, essa prática coloca em risco a produção de alimentos e pode agravar o problema da fome no mundo. No Brasil, o grupo Votorantin tem desenvolvido tecnologia para a produção de cana transgênica para a produção de etanol, através de duas empresas, Alellyx e CanaVialis, que recentemente fizeram uma parceria com a Monsanto. Este acordo permitirá que a Alellyx e a CanaVialis tenham acesso a genes de soja e algodão transgênicos desenvolvidos pela Monsanto, para aplicar esta tecnologia nas pesquisas de cana-de-açúcar transgênica.

A expansão de monoculturas para a produção de agrocombustíveis deve ampliar a grilagem de terras, além de “legalizar” as grilagens já existentes. O ciclo da grilagem no Brasil costuma começar com o desmatamento, utilizando-se de trabalho escravo, depois vem a pecuária e a produção de soja. Atualmente, com a expansão da produção de etanol, este ciclo se completa com a monocultura da cana.

Tanto as terras devolutas como as terras improdutivas deveriam ser utilizadas na reforma agrária, para a produção de alimentos, para reflorestamento nas áreas degradadas pelo latifúndio e para atender a demanda histórica de cerca de cinco milhões de famílias sem terra.

Em muitas regiões do país, o aumento da produção de etanol tem causado a expulsão de camponeses de suas terras e gerado dependência da chamada “economia da cana”, onde existem somente empregos precários nos canaviais. O monopólio da terra pelos usineiros impede que outros setores econômicos se desenvolvam, gerando desemprego, estimulando a migração e a submissão de trabalhadores a condições degradantes.

Apesar da propaganda de "eficiência", a indústria de agroenergia está baseada na exploração de mão-de-obra barata e até mesmo escrava. Os trabalhadores são remunerados por quantidade de cana cortada e não por horas trabalhadas. No estado de São Paulo, maior produtor do país, a meta de cada trabalhador é cortar entre 10 e 15 toneladas de cana por dia.

Esse padrão de exploração tem causado sérios problemas de saúde e até a morte dos trabalhadores. Estudos do Ministério do Trabalho estimam que 1.383 canavieiros morreram no estado de São Paulo entre 2002 e 2006. As causas destas mortes são assassinatos, acidentes no precário transporte para as usinas, em consequência de doenças como parada cardíaca, câncer, além de casos de trabalhadores carbonizados durante as queimadas.

Há várias décadas, nosso país se submete à sangria financeira causada pelo perverso mecanismo da dívida externa, que permite a exportação de capital em detrimento da garantia de direitos básicos para a população. Atualmente, a produção extensiva de agrocombustíveis coloca em risco a própria soberania nacional, na medida em que grandes empresas estrangeiras têm adquirido usinas e terras no Brasil, entre elas Bunge, Noble Group, ADM e Dreyfus, além de mega-empresários como George Soros e Bill Gates.

Organizações sociais em todo o país ampliam as denúncias sobre os efeitos destrutivos do modelo agrícola baseado no monocultivo. A superação deste modelo passa pela realização de uma reforma agrária ampla, que elimine o latifúndio. É preciso garantir políticas de subsídios para a produção de alimentos provenientes da agricultura camponesa. Não podemos manter os tanques cheios às custas de barrigas vazias.

*Maria Luisa Mendonça é coordenadora da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.
Marluce Melo é coordenadora da Comissão Pastoral da Terra – Nordeste.*

Relatório pede moratória na expansão do etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Nacional – 25/09/2007

Genebra - O relator especial da ONU para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, pede moratória de cinco anos na expansão da produção de etanol a partir da cana, milho ou outros produtos agrícolas. Em relatório obtido pelo Estado e que será enviado aos 191 países da ONU para debate na Assembléia Geral, o especialista pede que uma segunda geração de biocombustíveis seja criada para que o etanol não aumente a fome no mundo.

O documento é apoiado por Cuba e organizações não-governamentais, entre elas o Movimento dos Sem-Terra. Entre os diplomatas brasileiros, a iniciativa é vista com preocupação.

Polêmico, Ziegler já havia criticado as políticas de Brasil e EUA de avançar no uso do etanol, alertando que podem aumentar a fome no mundo ao usar cada vez mais terras para a produção de combustíveis, e não de alimentos. Sua proposta é de que, por cinco anos, não haja crescimento na área utilizada para a produção do etanol.

Nos anos da moratória, os países deveriam acelerar as pesquisas e investimentos para o uso de resíduos, lixo e outros produtos como base para o etanol. A segunda geração de biocombustíveis, portanto, poderia acabar com a concorrência entre alimentos e combustível pela mesma terra.

Com petróleo a US\$ 83, etanol é inevitável - Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/09/2007

E agora? O preço do barril de petróleo passou de US\$ 83 na sexta-feira, um aumento de mais de 36% só neste ano. A tendência é de alta e tudo indica que o piso de US\$ 80 parece ter vindo para ficar. E agora? Agora é que, para livrar-se da dependência perigosa do petróleo que mantém o mundo refém da Opep, não há outra saída senão o uso intensivo de etanol e outros biocombustíveis. Tudo o mais são teses engenhosas mas insustentáveis.

GASOLINA É SÓ 45% - Há, sem dúvida, uma campanha contra o bicombustível, alimentada pelos produtores e pelas companhias de petróleo.

A única exceção altamente louvável é a da Petrobrás, que aderiu ao etanol e está investindo pesadamente na construção de alcoodutos para atender o mercado interno e exportar. Ela sabe que o álcool substitui apenas um derivado do petróleo, a gasolina, e ela representa, em média, variando com o tipo de petróleo, cerca de 45% de um barril quando refinado.

Sei que os países da Opep têm muito a perder com os biocombustíveis, mas continuarão ainda lucrando muito com um preço que eles querem nos impor de US\$ 85 e - por que não? - até US\$ 100 o barril, que os especialistas prevêm para os próximos anos. Afinal, extraem a um custo irrisório de US\$ 14 em média. Um lucro fantástico! E o resto do mundo que se dane.

MAS NÃO HÁ INFLAÇÃO! - Sim, a explosão do preço do petróleo ainda não está pressionando a inflação - afinal é coisa de alguns meses -, mas isso só nos países desenvolvidos, onde é alto índice de produtividade. EUA, Europa e Japão podem resistir ainda um pouco, mas os países menos desenvolvidos, os emergentes, como o Brasil, não! Aí está a inflação na China a 6,5% ao ano, a Índia, a Indonésia e o Paquistão, 6,5%, o Brasil apontando para 4%. Os ricos agüentam. Os menos desenvolvidos, não. E nem estou falando dos miseráveis da África e de alguns países asiáticos, que simplesmente se afundam ainda mais no drama da sua miséria.

O DILEMA QUE NÃO EXISTE - E aqui, surge o dilema que não existe entre etanol, o biodiesel e alimento. A cana está roubando áreas para plantio de grãos! Em consequência, os preços dos alimentos sobem vertiginosamente sem limite! É o que falsamente proclamam os arautos da fome, agora escorados em relatório nada convincentes da ONU. É mentira! Pura mentira. O que está causando uma alta de 40% nos preços dos commodities agrícolas não é a queda na produção, que, ao contrário, aumentou, mas o aumento exacerbado do consumo.

E aqui se desfaz o dilema: etanol ou alimento. A corrida por comida surgiu nos últimos anos porque entraram e ainda estão entrando no mercado cerca de 3 bilhões de novos consumidores beneficiados pela melhoria dos padrões de vidas provocada por um longo e raro período de mais de seis anos de crescimento econômico. É praticamente a metade da população mundial! Alan Greenspan, ele mesmo, ressalta o fato, relegado por muitos a um segundo plano, ao afirmar que este afluxo ao mercado está mudando o cenário da economia mundial. E, neste cenário, o petróleo a US\$ 80 é um verdugo e o etanol a US\$ 35, uma salvação.

TODOS OS PREÇOS EM ALTA - Mas os arautos da fome não se cansam, e apontam, com o dedo em riste: 'O biodiesel é o culpado!' Uma análise das estatísticas sobre o custo das commodities nos últimos 12 meses mostra que as commodities agrícolas tiveram uma alta de 40%, sim, mas aqueles senhores se esquecem de que a nafta, refinada do petróleo, teve um aumento expressivo de 16,2% e os fertilizantes intensamente utilizados na agricultura também se originam do petróleo, esse mesmo a mais de US\$ 80. É fácil imaginar quanto esse aumento pesou no custo da produção agrícola. E, mesmo assim, o etanol de cana permaneceu estável em US\$ 35.

Se os preços das commodities industriais e minerais não se fizeram sentir até agora na inflação é porque seu efeito só virá mais tarde, no decorrer de meses, embutidos em outros produtos; ao contrário, o impacto da alta dos alimentos pesa imediatamente sobre o custo de vida, no consumo de cada dia.

Mas ninguém quis lembrar disso nas suas críticas ao biodiesel. Ele é o culpado! Para que lembrar aqueles fatos? Vamos escondê-los, pois enfraquecem os nossos argumentos de acusação.

HÁ DISTORÇÕES... DELES - Há também distorções que levam a conclusões erradas. Por exemplo, o governo americano continua estimulando o plantio de milho para produzir etanol, um absurdo, pois o custo é US\$ 65 enquanto o do etanol de cana não passa de US\$ 35. E, para proteger seus agricultores, ele impõe uma tarifa de US\$ 0,45 sobre etanol importado. Com isso, num sinal de estultice monumental, eleva os preços pagos pelo consumidor interno.

Isso até passaria se se concentrasse em aumentar o preço do etanol importado. Mas, não. O governo americano subsidia também fortemente a produção de milho destinado a produzir etanol, gasta mais de US\$ 4 bilhões por ano (!) e, com isso, desvia o agricultor da produção de grãos para alimentação.

É lógico que os preços de todos os alimentos sobem! E ele ainda vem acusar o etanol de roubar terras da agricultura de grãos e provocar o aumento dos preços dos alimentos! Mas, olha aí senhores, a culpa é de vocês, não é nossa!!!

HÁ MUITA TERRA, SIM - Há ainda áreas imensas e mal exploradas para cultivar, há montanhas enormes de grãos estocados, há toneladas de leite em pó sobrando. É alimento à espera de consumo. Não falta nem faltará comida no mundo se esses estoques ociosos puderem ser consumidos. Sei que, quanto mais aumentar o consumo, mais aumentarão também os preços.

Mas há uma solução para esse falso dilema: que os países ricos desenvolvam um trabalho de apoio aos mais pobres para que eles produzam mais e melhor; o aumento da renda dos agricultores beneficiados compensará em muito o reajuste dos preços dos produtos que eles passarão a consumir. E, assim, se alcançará a meta da ONU, de combate à pobreza. Ela deveria ser a primeira a defender os biocombustíveis, pois eles criam empregos, geram renda e afastam a necessidade da esmola improdutiva como caridade contra a fome.

FOCO DIVERSO 1 – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 18/09/2007

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, diz que a alta dos preços agrícolas veio para ficar: utilização de produtos em biocombustíveis e demanda maior de alimentos no mundo sustentam os preços.

FOCO DIVERSO 2 – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 18/09/2007

Já a comissária de Agricultura da UE, Mariann Fischer Boel, vê a situação de forma um pouco diferente. Preços altos atraem a produção, que repõe os estoques, que melhora a oferta e, conseqüentemente, diminui a pressão nos preços.

Lula: 'Não gostaria de ser cortador de cana' - Chico de Góis – O Globo – Economia – 21/09/2007

Presidente volta a dizer que atividade é melhor que mineração de carvão, mas admite problemas trabalhistas

BRASÍLIA. Quatro dias depois de dizer que o trabalho nas minas de carvão é tão ou mais degradante que a atividade nos canaviais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou ao assunto ontem, durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Lula utilizou um exemplo do qual havia se valido na Espanha, na segunda-feira, para se contrapor aos críticos.

— Eu pelo menos não gostaria de ser cortador de cana.

Agora, as pessoas só vão cortar cana porque não tiveram oportunidade de estudar ou não têm um emprego melhor — afirmou.

O presidente defendeu mais uma vez o programa de biodiesel brasileiro e criticou, sem citar nomes, países que atacam a produção de etanol do Brasil por causa da exploração da mão-de-obra nos canaviais.

Lula admitiu que há problemas a serem superados na produção de etanol, sobretudo na área trabalhista.

Uma das dificuldades é equacionar a mecanização no corte da cana com a reutilização dos trabalhadores em outras atividades.

— Tem duas coisas que temos que fazer. Uma é colocar máquina e tirar o trabalhador fora. Ele vai ficar desempregado e será um problema social tão grave quanto o fato de ser degradante o corte de cana.

E emendou: — E a outra é a gente combinar a mudança de atividade, formando esse profissional para alguma coisa que não seja o corte da cana.

Etanol brasileiro será alvo de ataques, afirma Lula Apesar de concordar que o trabalho nos canaviais é estafante e degradante, Lula comparou mais uma vez o serviço com a atividade nas minas de carvão, matriz energética utilizada em alguns países europeus e asiáticos.

— Eu preferia trabalhar a vida inteira no corte de cana do que trabalhar numa mina de carvão.

Lula acredita que a expansão dos biocombustíveis brasileiros no mercado internacional provocará ataques de alguns países, que irão criar dificuldades para o Brasil.

— O problema é que vamos ter adversários do programa, é assim no mundo inteiro.

Antes de Lula discursar, o presidente da Anfavea, Jackson Schneider, fez um relato das discussões do Grupo de Trabalho criado no Conselho sobre temas ligados à bioenergia.

De acordo com Schneider, no mês que vem o Brasil alcançará a marca de 4 milhões de veículos flex. A perspectiva é que, em 2013, essa frota atinja 15 milhões de carros.

— Temos certeza que o biocombustível é uma solução ambiental, econômica e social para o país — afirmou.

Biocombustíveis na berlinda – O Globo – Ciência – 28/09/2007

Ganhador do Nobel diz que meios de cultivo aumentam emissões em vez de reduzir

A maior parte das culturas para a produção de biocombustíveis nos Estados Unidos e na Europa acelera o processo de aquecimento global em vez de ajudar a atenuá-lo. O motivo são os processos usados pela agroindústria. A afirmação está num estudo liderado pelo cientista Paul J. Crutzen, vencedor de um Prêmio Nobel de Química. A pesquisa lança mais dúvidas sobre os combustíveis alternativos, em especial os derivados da canola, produzidos na Europa, e que resultariam em até 70% mais gases do efeito estufa liberados na atmosfera do que os combustíveis fósseis. A produção de etanol a partir de cana-de-açúcar, como a feita no Brasil, não seria tão prejudicial e teria entre 0,5 e 0,9 vez o impacto para o aquecimento global da gasolina.

Outros riscos além do temido CO₂

Os biocombustíveis são criticados também devido ao risco de aumentar o desmatamento e o preço dos alimentos (por conta da redução da área plantada para produzir comida). Brasil e EUA são os maiores produtores de etanol no mundo, enquanto a Europa responde pela maior parte da produção de biodiesel.

O trabalho de Crutzen sugere que a agroindústria e os cientistas busquem plantas que precisem de menos fertilizantes e, dessa forma, sejam menos nocivas ao meio ambiente.

Álcool e gasolina lançam na atmosfera basicamente a mesma quantidade de CO₂ (o principal gás do efeito estufa) em sua queima.

A diferença é que, quando queimamos gasolina, lançamos dióxido de carbono que estava estocado no subsolo. No caso do álcool, devolvemos um volume de CO₂ que tiramos da atmosfera durante o crescimento da planta, ou seja, há um ciclo fechado.

O estudo de Crutzen, porém, revela que, por causa dos fertilizantes utilizados durante o cultivo, os biocombustíveis podem emitir mais CO₂ e outros gases do efeito estufa do que resgatar. Um dos maiores problemas seria a emissão de dióxido de nitrogênio (NO₂), um dos gases que causam o aquecimento global.

O NO₂ é cerca de 300 vezes mais danoso do que o CO₂, o mais comum dos gases do efeito estufa gerados pelo homem.

— As emissões de NO₂, sozinhas, já são o suficiente para anular todos os benefícios desses biocombustíveis — declarou o pesquisador Keith Smith, co-autor do estudo.

O trabalho foi feito a partir de evidências que mostravam que os fertilizantes usados em muitas plantações eram responsáveis pela emissão de gases-estufa até cinco vezes maiores do que o suposto.

Mais poluentes do que gasolina

De acordo com o estudo, o uso de canola para a produção de biocombustível, como é feito na Europa, produziria quase duas vezes mais emissões de gases-estufa do que os combustíveis fósseis.

Principal fonte para a obtenção de biocombustíveis nos Estados Unidos, o milho lançaria 1,5 vez mais poluentes na atmosfera do que a gasolina.

— Da forma como são produzidos hoje, os combustíveis feitos a partir de milho são um notório caso de desperdício. É um exercício fútil — garantiu Keith Smith.

O estudo, porém, não condenou os biocombustíveis como um todo. Ele sugere que se busquem plantas que necessitem de menos fertilizantes e que os métodos empregados no seu cultivo não sejam tão agressivos ao meio ambiente.

Plantio de cana terá incentivo na Amazônia – O Globo – Capa – 28/09/2007

O governo vai permitir e até incentivar a produção de cana na Amazônia, desde que em áreas de pastagem degradadas. Segundo o ministro Reinhold Stephanes, a produção de álcool terá regras. Página 33 e editorial “Realismo ambiental”

Governo incentiva plantio de cana na Amazônia - Eliane Oliveira e Luiza Damé – O Globo – Economia – 28/09/2007

Condição é que terras voltadas à produção de açúcar e álcool sejam em área de pastagem degradada, diz ministro

BRASÍLIA. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse que o governo vai permitir, e até incentivar, a produção de cana-de-açúcar na Amazônia, desde que a lavoura seja em áreas de pastagem degradadas.

Isso estará expresso no zoneamento agrícola que será lançado em junho de 2008. A idéia é disciplinar o uso das terras na produção de açúcar e álcool.

Segundo Stephanes, haverá quatro tipos de mapa. O primeiro conterà a atual produção de etanol e açúcar no Brasil. O segundo terá os locais, onde a cana pode ser cultivada, de acordo com a capacidade de produção. O terceiro indicará áreas em que o governo não quer plantio de cana.

As áreas restritivas serão localizadas no Pantanal, na Amazônia, na Mata Atlântica e em reservas indígenas, entre outras. O quarto mapa mostrará onde o plantio será incentivado.

. No último caso, a prioridade são as áreas de pastagem, degradadas ou não. Os produtores deverão receber incentivos para plantar a cana nesses locais . afirmou o ministro.

Na Amazônia, ele citou como exemplo o leste de Roraima, que tem extensa área de pastagem: . Vamos permitir o cultivo em áreas historicamente desmatadas.

Não deixaremos que seja derrubada uma única árvore para produzir etanol e açúcar.

Stephanes disse que já há algumas usinas no Amazonas, no Acre e no Pará. Mas alertou que o governo será cuidadoso ao autorizar novos projetos.

Os produtores terão de obter um selo socioambiental e cumprir leis trabalhistas: . Quem tiver o selo terá mais facilidades para exportar e, internamente, para obter financiamento do governo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, em almoço oferecido ao presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev, que aquele país pode se tornar um importante parceiro do Brasil na produção de combustíveis verdes. Lula afirmou que etanol e biodiesel podem ajudar a combater o aquecimento global: Contamos com seu país para, juntos, oferecermos resposta a dois dos principais desafios do século XXI: desenvolvimento sustentável para os países mais pobres e contenção da mudança do clima.

Segundo Lula, as perspectivas de parceria estão principalmente na agropecuária e no campo da energia. Ele disse que o Cazaquistão tem grandes reservas de petróleo e gás natural, e a Petrobras tem conhecimento em prospecção, exploração e distribuição.

A visita é a primeira de um chefe de Estado da Ásia Central à América Latina. Ao sair do Itamaraty, Lula deu a Nazarbayev uma camisa e uma bola autografadas por Pelé, e os dois presidentes chegaram a bater bola.

O cazaque citou em seu discurso, além de Pelé, Ayrton Senna, Oscar Niemeyer, Paulo Coelho e Jorge Amado. Lula ficou repetindo .obrigado. em russo.

. O senhor é conhecido por grandes viagens. Já visitou mais de cem países. Espero que acrescente o Cazaquistão à lista . disse Nazarbayev a Lula.

Especialistas questionam qualidade do etanol - The Economist, de Emeryville, Redwood City e San Carlos – Valor Econômico – Agronegócios - 02/10/2007

Certas vezes, simplesmente faz-se algo porque se sabe fazê-lo. As pessoas sabem como fazer etanol desde a aurora da civilização, se não antes. Pegue algum líquido açucarado. Agregue levedura e aguarde. Também sabem, há mil anos, como extrair o etanol desse líquido açucarado, de forma mais ou menos pura. Basta esquentá-lo, capturar o vapor emanado e esfriá-lo até liquefazê-lo.

O resultado é combustível. Quando Henry Ford fazia experiências em motores de carros há um século, ele tentou usar o etanol como combustível e acabou o rejeitando, por bons motivos. A quantidade de calor que se obtém queimando um litro de etanol é cerca de 30% menor do que com um litro de gasolina. Além disso, absorve água da atmosfera. A não ser que seja misturado com outro combustível, como a gasolina, o resultado é que a corrosão pode arruinar as juntas do motor em um par de anos. Então, por que, de uma hora para outra, o etanol voltou a estar na moda? Essa é a pergunta que muitos biotecnólogos nos Estados Unidos vêm se fazendo recentemente.

A resposta óbvia é que, por ser derivado das plantas, o etanol é "verde". O dióxido de carbono produzido com a queima do etanol, veio da própria atmosfera. Devolver esse CO₂ ao ar, portanto, não tem impacto negativo no clima. Embora isso seja real, o verdadeiro motivo pelo qual o etanol tornou-se a alternativa "verde" preferida à gasolina é que as pessoas sabem como fazê-lo - isso e os subsídios agora disponíveis nos Estados Unidos para que os agricultores de milho produzam a matéria-prima. Esses fatores, contudo, não impedem que o etanol seja um combustível de má qualidade. Para solucionar isso, argumentam os biotecnólogos, é preciso fazer um combustível que seja melhor, mas igualmente "verde". É nisso que trabalham atualmente.

O primeiro passo foi o butanol. Também é um tipo de álcool que pode ser feito a partir da fermentação do açúcar (embora a fermentação seja feita por bactérias e não pela levedura), mas tem algumas vantagens sobre o etanol. Tem mais átomos de carbono em suas moléculas (quatro, em vez de dois), o que significa mais energia por litro. Ainda assim, é apenas 85% tão potente como a gasolina. Outro ponto positivo é que absorve menos água da atmosfera.

Um empreendimento conjunto entre a DuPont, gigante química dos EUA, e a petrolífera britânica BP desenvolveu uma forma de industrializar o processo de produção do biobutanol, como o produto é conhecido quando é resultante da fermentação. Embora a BP planeje começar a venda apenas nas próximas semanas (misturado com gasolina, no início), a verdade é que o butanol não é muito melhor do que o etanol.

Outro caminho pode ser o das moléculas de álcool ainda maiores e, portanto, mais ricas em energia. Qualquer álcool simples é composto por certo número de átomos de hidrogênio e carbono (da mesma forma que um hidrocarboneto como a gasolina) agrupados com um átomo único de oxigênio. Na prática, esse jogo de elevar o conteúdo de carbono, para ter um combustível melhor, pára no octanol (oito átomos de carbono), já que qualquer composto acima disso tende a congelar em temperaturas muito baixas. Mas, os seres vivos

têm proximidade com os alcoóis. Suas enzimas podem ser estruturadas como tal. Isso facilita a tarefa dos biotecnólogos.

A idéia de projetar enzimas para produzir o octanol foi levantada pela primeira vez pela Codexis, uma pequena empresa californiana de biotecnologia. A tecnologia da Codexis funciona com precisão farmacêutica - de fato, um de seus principais produtos comerciais é o sistema de enzimas que produz o precursor químico do Lipitor, o tratamento contra colesterol da Pfizer. A Codexis controla a maioria das principais patentes do que se conhece como evolução molecular. Projetam-se enzimas da mesma forma que a evolução normal projeta organismos. Isso cria muitas variações de um mesmo tema. Descartam-se as que não servem e mistura-se o resto em um processo similar ao sexo. Repete-se o processo com os sobreviventes até que surja algo útil - embora, ao contrário da evolução natural, também exista algo de design inteligente no processo. O resultado, segundo o chefe da Codexis, Alan Shaw, são enzimas que podem desempenhar transformações químicas desconhecidas na natureza.

Shaw, entretanto, não está mais tão interessado no octanol como combustível. Assim como duas outras rivais próximas, ele agora centra a atenção da Codexis em moléculas ainda mais similares à gasolina. A diferença é que, ao contrário da gasolina, na qual cada lote da refinaria é quimicamente diferente do outro (porque o petróleo bruto do qual é derivado é uma mistura arbitrária de moléculas de hidrocarbonetos), a biogasolina poderia ser produzida exatamente igual, de novo e de novo, e, portanto, elaborada para apresentar uma mistura perfeita das propriedades requeridas para um motor.

Shaw ainda não está disposto a dizer exatamente em quais moléculas a Codexis tem interesse. A Amyris Biotechnologies, também da Califórnia e que também começou com medicamentos (no seu caso, em um remédio contra a malária chamado artemisinina) é um pouco mais aberta. Sob direção do fundador Jay Keasling, vem trabalhando em um tipo de isoprenóide (classe de substância química que inclui a borracha).

Diferentemente da Codexis, que lida com enzimas purificadas, a Amyris emprega uma técnica chamada biologia sintética, que transforma organismos vivos em reatores químicos ao criar novos caminhos bioquímicos entre eles. Keasling e seus colegas esquadrinham o mundo atrás de enzimas apropriadas, as ajustam para que funcionem melhor e então costuram os genes das enzimas manipuladas em uma bactéria, que se transforma no produto desejado. É assim que produziram a atermisinina, também um isoprenóide.

Os isoprenóides têm a vantagem de, assim como os alcoóis, serem parte da bioquímica natural de vários organismos. As enzimas para manipulá-los, portanto, são fáceis de encontrar. Ainda têm a favor o fato de que alguns são hidrocarbonetos puros, como a gasolina. Com um pouco de procura minuciosa, a Amyris acredita que pode conseguir algum isoprenóide com as características certas para substituir a gasolina.

A terceira firma californiana do setor, LS9, vai direto ao ponto. Se é gasolina que se quer, então é gasolina que será entregue. E diesel também, embora, neste caso, o produto em questão, na verdade, seja biodiesel, que é, em algumas formas, superior ao material resultante do petróleo.

A empresa também usa a tecnologia sintética, mas concentra-se em encontrar caminhos para fazer ácidos graxos. Assim como os alcoóis, os ácidos graxos são moléculas com montes de átomos de carbono e hidrogênio e uma pequena quantidade de oxigênio (no caso dois átomos, em vez de um). Os óleos vegetais consistem em ácidos graxos

combinados com glicerol - e esses ácidos graxos (por exemplo, os do óleo de palma) são a principal matéria-prima para o biodiesel vendido atualmente.

A LS9 usou a tecnologia para transformar micróbios em fábricas de ácidos graxos contendo entre 8 e 20 átomos de carbono - os números ideais para o biodiesel. Também planeja fazer o que chama de "biopetróleo bruto". Nesse caso, os ácidos graxos teriam entre 18 e 30 átomos de carbono e o estágio final do caminho sintético cortaria os átomos de oxigênio para criar hidrocarbonetos puros. Este biopetróleo poderia alimentar diretamente as refinarias de petróleo atuais, sem a necessidade de modificá-las.

Essas empresas, contudo, têm outro concorrente. Seu nome é Craig Venter, um veterano da biotecnologia da época da patente dos genes do projeto do genoma humano e que, há um bom tempo, também está interessado na bioenergia. De início, o que chamou sua atenção foi o hidrogênio. Depois, o metano. Ambos são produtos naturais das bactérias. Agora seus olhos voltam-se para os combustíveis líquidos. Sua empresa, modestamente chamada Synthetic Genomics, ao contrário das outras, tem sede no leste dos EUA. A empresa reluta em discutir detalhes. Venter chega até a postular a idéia de testar os biocombustíveis - aparentemente, contrapondo uns aos outros e, possivelmente, usando produtos resultantes do petróleo como padrão de comparação, sem que os motoristas saibam qual é qual.

Se os biocombustíveis alguma vez serão competitivos em relação aos combustíveis fósseis ainda é algo a se saber. Isso dependerá de uma combinação de questões econômicas e políticas. Mas, a pressa política em apoiar o etanol, apenas por tratar-se de um combustível verde e porque as pessoas o conhecem é um erro. Vamos ver as flores desabrocharem para saber quem vence o grande prêmio de Venter. **(Tradução de Sabino Ahumada)**

Câmara discute incentivo à energia alternativa - Daniel Rittner – Valor Econômico – Brasil - 20/09/2007

As fontes alternativas de energia, cuja exploração ainda é irrisória no Brasil, podem ter em breve um marco regulatório próprio. Elas vêm ganhando terreno no mundo todo, diante das preocupações com as mudanças climáticas, mas caminham a passos lentos no país. Nas próximas semanas, começa a funcionar na Câmara uma comissão especial para discutir o projeto de lei 1.563/07, assinado por 25 deputados, que prevê novos incentivos à geração de energia eólica, por biomassa (cana-de-açúcar) e de pequenas centrais hidrelétricas, as PCHs.

O projeto tem outra vertente, que deve ser encampada pelo governo: a tentativa de popularizar o aquecimento de água por energia solar. Estima-se que os chuveiros elétricos representem 18% da demanda de pico, durante o início da noite, no sistema interligado. A proposta fixa o ano de 2014 como prazo para a adoção de aquecedores solares de água, em unidades consumidoras residenciais, "excetuadas aquelas que demonstrarem impedimento técnico". Os consumidores que não instalarem esse sistema seriam obrigados a pagar um adicional de até 50% pela energia. A única exceção é para quem se beneficia da tarifa de baixa renda, cujo limite de consumo é de 80 kilowatts-hora (kWh)/mês.

O ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner, vê com reservas boa parte das propostas, mas declarou seu apoio à iniciativa de difundir o uso de aquecedores solares. "Esse é, sem dúvida, um ponto positivo", afirmou.

O Brasil já possui uma matriz considerada bastante limpa, em que a fonte hídrica é responsável por 77% da geração de energia elétrica. O problema é que novas hidrelétricas estão cada vez mais caras e mais distantes dos centros de consumo e as demais fontes renováveis ainda não receberam grande impulso. O parque eólico construído a partir de estímulos contemplados pelo Proinfa (de 2002), totaliza menos de 300 megawatts (MW). Segundo dados da Unica, principal entidade da indústria sucroalcooleira, o uso do bagaço de cana pode elevar a capacidade de geração elétrica em 8.494 MW, na safra 2011/2012. Se for somado o uso da palha e da ponta da cana, o potencial sobe para 20 mil MW.

Na tentativa de concretizar as promessas de crescimento desses dois setores, o projeto que começa a tramitar na Câmara dos Deputados preconiza alterações na lei do Proinfa. Ele impõe a meta de 15% para a participação de usinas eólicas, PCHs e biomassa na matriz elétrica até 2020. O valor pago pela energia renovável seria rateado entre todos os consumidores atendidos pelo sistema interligado, com exceção da baixa renda. A intenção é contratar 6.600 MW até dezembro de 2009, em instalações com início da operação até o fim de 2013, assegurando a compra da energia por 20 anos. Como hoje, haveria exigência de conteúdo nacional mínimo das máquinas.

Limpas, mas sem estímulo	
Situação das fontes energéticas que o projeto de lei visa fomentar	
<ul style="list-style-type: none"> Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Há potencial para gerar cerca de 7,3 mil MW no país, por meio de PCHs, mas menos de 30% são aproveitados. Existem cerca de 400 centrais desativadas que podem ser reformadas, de modo a acrescentar 156 MW de capacidade ao parque gerador do país. O custo unitário de repotenciação situa-se entre US\$ 200 e US\$ 600 por kW, enquanto o custo de novos investimentos fica entre US\$ 600 e US\$ 1200 por kW 	<p>porque falta escala e os equipamentos são importados. Novos incentivos podem atacar esses problemas. Os empresários dizem que, com estímulos, a geração eólica pode sair a US\$ 70 por MWh, preço compatível com hidrelétricas e térmicas a gás</p>
<ul style="list-style-type: none"> Energia eólica O país tem potencial bruto de 143 mil MW — a maior parte no litoral do Nordeste, Sudeste e Sul. As condições climáticas brasileiras apresentam velocidades médias do vento bem mais altas, em torno de 8,5 metros por segundo. Ainda é vista como uma fonte cara 	<ul style="list-style-type: none"> Biomassa Uma das vantagens da co-geração da cana-de-açúcar é que a safra no Centro-Sul ocorre durante os meses de estiagem, quando os reservatórios de hidrelétricas devem ser poupados. Falta, porém, regulamentação da venda do excedente de energia das usinas, bem como conectá-las ao sistema de distribuição. A estimativa para a safra 2011/12 é de 659 milhões de toneladas de cana, o que pode render 8.494 MW só com o aproveitamento do bagaço. Em 2012/13, a previsão é que esse potencial chegue a 10.670 MW

O projeto de lei abrange ainda um segmento que vive em lacuna do ponto de vista legal: os sistemas isolados. Prevê garantia de compra por 20 anos e subsídio pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE, encargo já cobrado nas contas de luz) para financiar a geração de energia limpa em comunidades isoladas. "O que queremos é abrir a porteira das energias renováveis", afirma o deputado Paulo Teixeira (PT-SP), co-autor e principal articulador do projeto. "Para isso, precisamos de um tripé: garantia de compra (da energia produzida), geração descentralizada e aproveitamento da luz solar para o aquecimento de água", defende.

Para 2011, o governo admite um déficit energético de 1,4 mil MW médios. Tudo leva a crer que esse problema será vencido apenas com a contratação de novas térmicas

movidas a óleo combustível, a fonte mais cara e poluente. Especialistas dizem que a melhor alternativa é aproveitar o imenso potencial de biomassa, mas falta conectar as usinas ao sistema de distribuição e ter regras claras de comercialização.

O usineiro Maurílio Biagi, um dos maiores do país, avisa que, para gerar energia em 2011, os empresários precisam saber agora se terão os estímulos necessários. Caso contrário, instalam caldeiras de baixa pressão, bem menos eficientes. "Cerca de 50% das usinas que estão sendo construídas neste momento não estão colocando as caldeiras e demais equipamentos necessários para a co-geração", diz.

Segundo ele, uma caldeira de alta pressão representa 20% do investimento de novas usinas e não há sentido colocá-las sem uma forte sinalização de que será possível vender a energia. Para isso, reclama de dois obstáculos: o próprio usineiro deve construir a conexão ao sistema interligado, mas é obrigado a repassar essa estrutura à concessionária de distribuição e depois paga, paradoxalmente, pelo uso da rede, e, em segundo lugar, é preciso passar por um novo processo de licenciamento ambiental para aumentar a potência de geração elétrica de uma usina, quando poderia haver um "rito sumário" para a licença. Biagi lembra que o fator crucial é ter um preço "justo" nos leilões de energia. "Não queremos subsídios, só um preço que seja um bom adubo para o negócio", assegura o empresário.

O vice-presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, Sérgio Marques, afirma que o grande obstáculo para o setor é o preço e a oferta dos equipamentos. Segundo ele, com a expansão do parque eólico nos Estados Unidos, os fabricantes se instalaram no mercado americano. Para o empresário, o governo deveria oferecer contratos de longo prazo e regularidade na contratação. O país terminará o ano com 300 MW de usinas eólicas instaladas e chegará a 600 MW em 2008, calcula Marques.

De acordo com ele, o preço do MWh da energia eólica já baixou para US\$ 70 na Alemanha, tornando-a competitiva em relação a outras fontes. Marques defende leilões anuais específicos para a energia dos ventos, mas diz que o piso para remunerar os investimentos no Brasil ainda precisa ser, pelo menos, R\$ 210/MWh.

"Esse valor pode baixar gradativamente, com a entrada de novos fabricantes de equipamentos no país e os ganhos de escala", garante o empresário. No primeiro leilão de fontes alternativas, realizado em junho, o preço de referência era R\$ 135 e nenhuma eólica apareceu. Para ele, o governo levou adiante uma estratégia de alto risco e de curto prazo. "As térmicas a óleo combustível que foram contratadas custam R\$ 134/MWh quando estão paradas, mas o preço da energia vai para R\$ 600 se elas forem acionadas."

Cosan antecipa fim das queimadas - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 21/09/2007

O Grupo Cosan, maior companhia sucroalcooleira do país, assina hoje (dia 21) um protocolo de cooperação agroambiental com a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo para se adiantar às exigências do governo do Estado e antecipar o fim das queimadas nos canaviais.

"Temos consciência de que a queima da cana tem incomodado a sociedade", afirma o empresário Rubens Ometto de Silveira Mello, presidente do grupo. Silveira Mello encontra-se hoje com o secretário de Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, na sede da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), em Piracicaba (SP), onde formalizará a assinatura deste protocolo. Com isso, a Cosan será a primeira companhia do segmento a adotar essa prática.

Em junho, o governo estadual assinou um protocolo de intenções com a Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) antecipando a meta de substituição da queima da cana na lavoura para facilitar o corte manual pela colheita mecanizada. O fim da queima dos canaviais em áreas planas foi antecipado de 2021 para 2014. Em áreas de declive, o fim das queimadas passou de 2031 para 2017. No entanto, não houve uma adesão formal das usinas.

Com 17 usinas próprias e produção de 40 milhões de toneladas de cana, o índice de mecanização da Cosan atinge 30%, dentro da média do Estado. O grupo emprega cerca de 37 mil trabalhadores, dos quais 20 mil são para área de corte de cana. Para os futuros projetos "greenfield" (construção) do grupo, previstos para Goiás, 100% das lavouras terão colheita mecanizada, afirmou o empresário.

A completa mecanização no Estado deverá provocar um alto índice de desemprego no setor. Silveira Mello informou ao Valor que o grupo já deu início a programas de qualificação profissional aos seus trabalhadores agrícolas.

O país emprega entre 800 mil a 1 milhão de trabalhadores no corte de cana. O Estado de São Paulo responde por 60% da produção da matéria-prima do Brasil.

Governo do Rio quer criar 'Fronteira Leste de Biocombustíveis' - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 24/09/2007

O secretário de Agricultura do Rio de Janeiro, Christino Áureo, está coordenando um projeto para a criação da Fronteira Leste de Biocombustíveis no país. "Os Estados do Rio, Espírito Santo e Bahia são privilegiados na área de logística, por conta dos portos, e estão se articulando para expandir a cultura da cana", diz.

Em entrevista ao Valor, o secretário lembrou que a região centro-sul - liderada por São Paulo - tem tradição na produção de cana, e que o Centro-Oeste também vem se firmando. "Na fronteira leste [Rio, Bahia e Espírito Santo], a produção de álcool não precisaria ser escoada por alcoodutos", realça.

As secretarias de Agricultura dos três Estados devem se reunir no início de outubro para discutir uma estratégia conjunta. As secretarias dos dois outros Estados confirmaram que têm interesse no programa de agroenergia.

Independentemente do projeto da Fronteira Leste, o Rio de Janeiro está criando metas para a produção de biocombustíveis no Estado. Com base em estudo desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, pelo Sebrae-RJ e pela Universidade Federal Rural do Rio de

Janeiro (Uenf), o Rio traçou planos para o setor de agroenergia até 2012. É o chamado Plano Diretor de Agroenergia - ou "Rio Agroenergia".

O programa reúne iniciativas nas áreas de infra-estrutura, melhoria de tecnologia, como desenvolvimento de variedades mais produtivas de cana, financiamento e incentivos fiscais para impulsionar o setor sucroalcooleiro do Estado. Segundo Áureo, a estimativa é que o plano atraia investimentos públicos e privados de até R\$ 350 milhões.

O Estado do Rio chegou a ter 24 usinas em operação, boa parte concentrada na região norte do Estado, principalmente em Campos dos Goytacazes. Com a crise do Proálcool, o número atual de usinas totaliza oito. Há dois anos, pelo menos, o Estado tenta revitalizar a cultura canavieira. Nesta safra, a 2007/08, a produção de cana é de cerca de 5 milhões de toneladas. A área plantada é de 100 mil hectares, mas deverá dobrar nos próximos cinco anos, com oferta de 15 milhões de toneladas.

Segundo Áureo, o Estado quer investir em produtos com valor agregado. Isso inclui a produção de combustível de segunda geração. A Petrobras anunciou sua intenção de instalar uma planta para a produção de álcool celulósico, que está sendo desenvolvido pela empresa. Áureo vai concentrar esforços para que esta planta seja instalada no Estado.

"Não temos condições de competir com importantes produtores, como São Paulo. Temos de aproveitar nossa vantagem logística. O Rio produz 17% do consumo do etanol e 21% do de açúcar", diz. Segundo ele, a intenção é fazer as apostas na infra-estrutura logística, priorizando a recuperação da malha de canais de drenagem do norte fluminense, para aumentar a área de cultivo da cana. A região tem 1.300 quilômetros de canais, que passam por Campos dos Goytacazes, Quissamã, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. Para a recuperação dessas áreas, Áureo prevê investimentos da ordem de R\$ 100 milhões.

Na Bahia, um trabalho parecido também está sendo realizado. Geraldo Simões, secretário de Agricultura do Estado, diz que a produção de cana no Estado pode avançar para atender a demanda por açúcar e álcool do próprio mercado local. "Temos condições logística favoráveis para escoar a produção por meio do porto de Ilhéus e Vitória (ES)".

De acordo com Simões, a produção de cana na Bahia pode ficar concentrada no extremo sul do Estado. "Queremos estimular a atividade também para o biodiesel e utilizar a cana para a co-geração de energia", afirmou.

O futuro dos combustíveis automotivos no Brasil - Adriano Pires e Rafael Schechtman – Valor Econômico – Opinião - 28/09/2007

O mercado dos combustíveis automotivos apresentou grandes mudanças nas últimas décadas no Brasil. Nos anos 60, antes dos choques do petróleo, a gasolina era dominante no uso veicular e o Brasil exportava excedentes de diesel. Com isso, a produção de gasolina ocupava 30% da estrutura de refino das unidades da Petrobras e a de diesel apenas 23%, em uma época que o Brasil importava 80% do petróleo. O primeiro choque do petróleo, no início da década de 70, trouxe alterações marcantes nesta estrutura. O governo, preocupado com o impacto do preço dos derivados sobre a inflação, transferiu o aumento do petróleo no mercado internacional somente para os preços da gasolina, subsidiando assim o diesel e o GLP. Essa política incentivou as vendas de veículos médios a diesel, levando a um fenômeno que ficou conhecido como a "dieselização" da frota nacional. Isso obrigou a Petrobras a investir pesado para mudar sua estrutura de refino, investimentos estes que

ainda continuam até os dias de hoje. Além disso, o país passou a importar grandes volumes de diesel e a qualidade do ar nos grandes centros urbanos piorou.

Outra medida adotada pelo governo para reduzir a dependência de petróleo do país foi o lançamento do Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool), em 1975. Inicialmente, o governo obrigou a mistura de álcool anidro à gasolina e, diante do segundo choque do petróleo, em 1979, incentivou as vendas dos veículos a álcool hidratado, o que serviu para reduzir ainda mais o mercado da gasolina. A participação do diesel na estrutura de refino aumentou para 31% e a da gasolina caiu para 16%. Ao mesmo tempo, o diesel passou a representar 25% na pauta de importação de derivados de petróleo, enquanto excedentes de gasolina eram exportados. Assim, as décadas de 70 e 80 foram caracterizadas pela perda do mercado de gasolina para o álcool e o diesel. Com a queda do preço dos derivados de petróleo no contrachoque do petróleo, a partir da segunda metade dos anos 80, o álcool começou a perder competitividade frente à gasolina. O golpe final veio com o desabastecimento do produto no final da década, que desacreditou o veículo a álcool. Com isso, a gasolina voltou a recuperar uma parcela do mercado durante os anos 90.

Nos primeiros anos da primeira década de 2000, três fatores trouxeram uma nova fase para o mercado nacional de combustíveis: o retorno dos altos preços do petróleo, a expansão das redes de distribuição de gás canalizado viabilizada pela chegada do gás natural da Bolívia e o surgimento dos veículos flexfuel, um sucesso de vendas atualmente responsável por 80% dos veículos novos. Nesta nova fase houve o aparecimento do GNV, um combustível até então desconhecido do consumidor brasileiro, e o retorno do crescimento do consumo de álcool. Para este último contribuiu ainda a queda de seu preço devido ao aumento de eficiência tecnológica e produtividade agrícola. A diferença nesta nova fase é que a competição entre os três combustíveis se dá na hora do consumidor reabastecer, já que os novos veículos podem utilizar qualquer um deles.

Enquanto a competição dos combustíveis para veículos leves avançou, pouco se fez para reduzir a "dieselização" da frota nacional e seus efeitos sobre a balança comercial de derivados e sobre o meio ambiente. O consumo de diesel nos primeiros sete meses de 2007 cresceu 5% em relação ao mesmo período de 2006, obrigando o país a aumentar em 41% sua importação do produto, com um custo adicional de US\$ 1,215 bilhões. Além disso, para fazer face ao aumento da produção doméstica de diesel, foi necessário elevar as importações de petróleo leve, cujo preço é superior ao petróleo nacional em cerca de US\$ 13/barril.

A competição entre os três combustíveis se dá na hora de reabastecer, já que novos veículos podem utilizar qualquer um deles

O mercado de álcool deve manter seu crescimento, dado que estão sendo realizados vultosos investimentos para aumentar a produção e garantir o abastecimento. As perspectivas são de que a produção anual de álcool salte dos atuais 16 bilhões de litros para 30 a 45 milhões bilhões em 2020. Com isso, o país encontra-se em uma situação única no mundo, com o privilégio de dispor de um combustível limpo de uso não compulsório, não subsidiado e sujeito às regras do mercado.

Mas o Brasil poderia avançar ainda mais na exploração de suas vantagens comparativas na produção do álcool automotivo. O desafio é reverter o processo de "dieselização" da frota de veículos através da introdução no mercado de veículos médios que utilizem motores flexfuel em substituição aos motores a diesel. Isso permitiria a

absorção do crescimento da produção de álcool e uma parcela de gasolina que hoje é exportada, já que se pode prever que no futuro a adoção crescente de biocombustíveis no mundo levará a um excedente no mercado internacional de gasolina. Com isso a indústria sucroalcooleira teria sua expansão garantida com base no mercado interno, sem depender do protecionismo econômico dos Estados Unidos e da Europa.

Políticas voltadas para este fim deveriam ser inseridas em um Plano Nacional de Combustíveis Automotivos, a ser elaborado pelo governo, que crie diretrizes para que a médio prazo o país possua uma matriz de combustíveis que permita segurança de oferta, melhoria das condições ambientais nos centros urbanos e efeitos positivos na balança comercial de petróleo e derivados.

Adriano Pires e Rafael Schechtman são diretores do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Biodiesel

MDA apresenta Selo Combustível Social em seminário internacional – Sítio Eletrônico do MDA – 24/09/2007

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) participa, de 26 a 28 de setembro, em San Salvador, El Salvador, do II Seminário Lationamericano y Del Caribe de Biocombustibles. O Ministério será representado pela técnica de biocombustíveis da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), Edna Carmélio, que participa do painel Enfoque Social de la Producción Agrícola. Edna fará apresentação sobre o Selo Combustível Social no Programa de Biodiesel no Brasil. O evento é uma iniciativa conjunta dos governos do Brasil e dos Estados Unidos para o desenvolvimento dos biocombustíveis.

Ao longo dos três dias de seminário serão tratados, entre outros temas, marcos regulatórios para o uso de biocombustíveis; principais produtos agrícolas utilizados para a produção de combustíveis como cana-de-açúcar, palma e soja; avanços tecnológicos; segurança alimentar e combustíveis; controle de qualidade e logística de distribuição.

Limites da China – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 21/09/2007

A China está apertando os controles sobre o uso de milho para propósitos industriais, inclusive processamento de biocombustível. A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma informou, segundo a Dow Jones, que deixaria de aprovar novos projetos envolvendo uso de milho para fins industriais e suspenderia os que ainda não estão em construção. Novos projetos para converter milho em etanol também estão proibidos. As restrições foram impostas para manter os preços dos alimentos estáveis e garantir segurança alimentar, diz o órgão chinês. O consumo de milho na China totalizou 134 milhões de toneladas ano passado. O uso industrial respondeu por 27% do total. A previsão é de que a produção suba para 150 milhões este ano, 14% mais que em 2006.

Etanol

Lula em Nova York – Estado de São Paulo - Notas e Informações – 26/09/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumpriu em Nova York dois rituais diplomáticos, ambos convencionais e promocionais. Discursou na abertura dos debates da 62ª Assembléia-Geral da ONU, desempenhando o papel tradicionalmente atribuído ao representante do Brasil, e fez a esperada defesa do programa brasileiro de biocombustíveis. Na véspera, conversou com o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, e dele ouviu a proposta de uma redução razoável de subsídios à agricultura em troca de maior abertura brasileira à importação de bens industriais. Essa proposta havia sido apresentada uma semana antes em Genebra, pelos negociadores americanos na Rodada Doha, e o encontro dos presidentes serviu para enfatizar o interesse dos dois governos.

Se o presidente Bush quiser, mesmo, incluir o acordo final de Doha em seu legado político, terá de empenhar-se muito pela conclusão das negociações em poucos meses, porque em breve os políticos americanos estarão concentrados nas eleições de 2008. É difícil dizer se o capital político do presidente Bush ainda será suficiente para obter apoio do Congresso às concessões necessárias à conclusão da rodada.

Abrindo os debates na ONU, o presidente Lula fez a previsível defesa da produção de etanol e de biodiesel como parte da solução dos problemas ambientais do globo. Apresentou resultados do combate ao desmatamento da Amazônia, reafirmou a soberania brasileira na região e mostrou a capacidade nacional de produzir tanto biocombustíveis quanto alimentos.

Teria de enfrentar o assunto, não só para promover interesses comerciais brasileiros, mas também para responder a novas pressões internacionais contra os programas de produção de etanol. A mais nova pressão pode ser especialmente grave, em termos políticos, pois parte da própria ONU. Num estudo preparado para debate na Assembléia-Geral, o relator das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, o suíço Jean Ziegler, propõe moratória de cinco anos para o aumento da fabricação de álcool a partir de produtos agrícolas. Desprezando as diferenças entre o programa brasileiro, baseado na cana, e os de outros países, dependentes do milho e de outros vegetais, Ziegler alerta para o risco de mais fome no mundo se a oferta de etanol for ampliada.

Como observou, corretamente, o presidente Lula, se alguns milhões passam fome, em várias partes do mundo, não é por falta de alimento, mas de renda para comprá-lo. Há comida suficiente, nos países mais produtivos, para o consumo interno e para exportação, e os agricultores mais eficientes poderiam produzir muito mais, se houvesse mercado para suas safras. Também a África tem muita terra para a produção de etanol e de alimentos. Ziegler e outros consertadores do mundo fariam muito melhor se elaborassem e financiassem projetos de desenvolvimento agrícola para as populações africanas, em vez de propor a interrupção de programas nos países mais produtivos, como o Brasil.

O presidente Lula não poderia evitar o assunto, mas seu discurso deve produzir efeitos limitados. Que fazia a diplomacia brasileira, enquanto era preparado o relatório da

ONU contra o etanol? Se o assunto é realmente importante para o Brasil, o documento deveria ter sido contestado antes.

O mundo industrializado continua a dar as cartas no jogo da política ambiental - e essa política se mistura cada vez mais com as questões do comércio internacional. São cada vez mais fortes, na Europa, as pressões a favor de ações protecionistas em nome de objetivos ecológicos e sanitários. Em Washington, debate-se agora uma nova proposta de “incentivo” à adoção de políticas de defesa ambiental pelos emergentes. O risco de ampliação do protecionismo disfarçado de ambientalismo é crescente.

O esforço pessoal do presidente Lula não pode substituir uma ação diplomática articulada para enfrentar essa nova ameaça. Mas o governo nem sequer dispõe de uma orientação oficial para o tratamento político do problema. Se diferentes setores da administração federal não se entendem sobre os objetivos das políticas agrícola, agrária e ambiental, como enfrentar os novos desafios nas várias frentes diplomáticas? Não será, decerto, com discursos ocasionais do presidente da República.

'O Brasil não abdica da soberania na Amazônia' – Estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007

Discurso de Lula ressalta esforços para conter desmatamento e reduzir impacto no clima

“Senhoras e senhores chefes de Estado e de governo, senhor Serjam Kerim, presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, senhor Ban Ki-Mun, secretário-geral das Nações Unidas, senhoras e senhores delegados, cumprimento-o, senhor secretário-geral, por ter sido escolhido para ocupar posição tão relevante no sistema internacional.

Saúdo sua decisão de promover debates de alto nível sobre o gravíssimo problema das mudanças climáticas. É salutar que essa reflexão ocorra no âmbito das Nações Unidas.

Não nos iludamos: se o modelo de desenvolvimento global não for repensado, crescem os riscos de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes.

É preciso reverter essa lógica aparentemente realista e sofisticada, mas na verdade anacrônica, predatória e insensata, da multiplicação do lucro e da riqueza a qualquer preço.

Há preços que a humanidade não pode pagar, sob pena de destruir as fontes materiais e espirituais da existência coletiva. Sob pena de destruir-se a si mesma.

A perenidade da vida não pode estar à mercê da cobiça irrefletida.

O mundo, porém, não modificará a sua relação irresponsável com a natureza sem modificar a natureza das relações entre o desenvolvimento e a justiça social.

Se queremos salvar o patrimônio comum, impõe-se uma nova e mais equilibrada repartição das riquezas, tanto no interior de cada país como na esfera internacional.

A equidade social é a melhor arma contra a degradação do planeta.

Cada um de nós deve assumir sua parte nesta tarefa.

Mas não é admissível que o ônus maior da imprevidência dos privilegiados recaia sobre os despossuídos da terra.

Os países mais industrializados devem dar o exemplo. É imprescindível que cumpram os compromissos estabelecidos pelo Protocolo de Kyoto.

O Brasil lançará em breve o seu Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas.

A floresta amazônica é uma das áreas que mais poderão sofrer com o aquecimento do planeta. Mas há ameaças em todos os continentes: elas vão do agravamento da desertificação até o desaparecimento de territórios ou mesmo de países inteiros pela elevação do nível do mar.

O Brasil tem feito esforços notáveis para diminuir os efeitos da mudança do clima. Basta dizer que, nos últimos anos, reduzimos a menos da metade o desmatamento da Amazônia.

Um resultado como esse não é obra do acaso. Até porque o Brasil não abdica, em nenhuma hipótese, de sua soberania nem de suas responsabilidades na Amazônia.

Os êxitos recentes são fruto da presença cada vez maior e mais efetiva do Estado Brasileiro na região, promovendo o desenvolvimento sustentável - econômico, social, educacional e cultural - de seus mais de 20 milhões de habitantes.

Estou seguro de que nossa experiência no tema pode ser útil a outros países.

O Brasil propôs em Nairobi a adoção de incentivos econômico-financeiros que estimulem a redução do desmatamento em escala global.

Devemos aumentar igualmente a cooperação Sul-Sul, sem prejuízo de adotar modalidades inovadoras de ação conjunta com países desenvolvidos.

Assim, daremos sentido concreto ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

É muito importante o tratamento político integrado de toda a agenda ambiental. O Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92.

Precisamos avaliar o caminho percorrido e estabelecer novas linhas de atuação. Proponho a realização, em 2012, de uma nova conferência, que o Brasil se oferece para sediar, a Rio+20.

Senhoras e senhores, não haverá solução para os terríveis efeitos das mudanças climáticas se a humanidade não for capaz também de mudar seus padrões de produção e consumo.

O mundo precisa, urgentemente, de uma nova matriz energética.

Os biocombustíveis são vitais para construí-la.

Eles reduzem significativamente as emissões de gases de efeito estufa. No Brasil, com a utilização crescente e cada vez mais eficaz do etanol, evitou-se nestes 30 últimos anos a emissão de 644 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera.

Os biocombustíveis podem ser muito mais do que uma alternativa de energia limpa.

O etanol e o biodiesel podem abrir excelentes oportunidades para mais de uma centena de países pobres e em desenvolvimento: na América Latina, na Ásia e, sobretudo, na África.

Podem propiciar autonomia energética, sem necessidade de grandes investimentos. Podem gerar emprego e renda e favorecer a agricultura familiar.

E podem equilibrar a balança comercial, diminuindo as importações e gerando excedentes exportáveis.

A experiência brasileira de três décadas mostra que a produção de biocombustíveis não afeta a segurança alimentar.

A cana-de-açúcar ocupa apenas 1% de nossas terras agricultáveis, com crescentes índices de produtividade.

O problema da fome no planeta não decorre da falta de alimentos, mas da falta de renda que golpeia quase 1 bilhão de homens, mulheres e crianças.

É plenamente possível combinar biocombustíveis, preservação ambiental e produção de alimentos.

No Brasil, daremos à produção de biocombustíveis todas as garantias sociais e ambientais.

Decidimos estabelecer um completo zoneamento agroecológico do País para definir quais áreas agricultáveis podem ser destinadas à produção de biocombustíveis.

Os biocombustíveis brasileiros estarão presentes no mercado mundial com um selo que garanta suas qualidades sociolaborais e ambientais.

O Brasil pretende organizar em 2008 uma conferência internacional sobre biocombustíveis, lançando as bases de uma ampla cooperação mundial no setor. Faço aqui um convite a todos os países para que participem do evento.

A sustentabilidade do desenvolvimento não é apenas uma questão ambiental; é também um desafio social.

Estamos construindo um Brasil cada vez menos desigual e mais dinâmico. Nosso país voltou a crescer, gerando empregos e distribuindo renda. As oportunidades agora são para todos.

Ao mesmo tempo em que resgatamos uma dívida social secular, investimos fortemente em educação de qualidade, ciência e tecnologia. Honramos o compromisso do Programa Fome Zero ao erradicar esse tormento da vida de mais de 45 milhões de pessoas. Com dez anos de antecedência, superamos a primeira das Metas do Milênio, reduzindo em mais da metade a pobreza extrema.

O combate à fome e à pobreza deve ser preocupação de todos os povos. É inviável uma sociedade global marcada pela crescente disparidade de renda. Não haverá paz duradoura sem a progressiva redução das desigualdades.

Em 2004, lançamos a Ação Global contra a Fome e a Pobreza.

Os primeiros resultados são animadores, principalmente a criação da Central Internacional de Compra de Medicamentos. A Unitaid já conseguiu reduções de até 45% nos preços dos medicamentos contra a aids, a malária e a tuberculose destinados aos países mais pobres da África.

É hora de dar-lhe um novo impulso. Idéias que tanto mobilizaram nossos povos não podem perder-se na inércia burocrática.

Mas a superação definitiva da pobreza exige mais do que solidariedade internacional. Ela passa, necessariamente, por novas relações econômicas que não penalizem os países pobres.

A Rodada de Doha da OMC deve promover um verdadeiro pacto pelo desenvolvimento, aprovando regras justas e equilibradas para o comércio internacional.

São inaceitáveis os exorbitantes subsídios agrícolas, que enriquecem os ricos e empobrecem os pobres.

É inadmissível um protecionismo que perpetua a dependência e o subdesenvolvimento.

O Brasil não poupará esforços para o êxito das negociações, que devem beneficiar sobretudo os países mais pobres.

Senhor presidente, a construção de uma nova ordem internacional não é uma figura de retórica, mas um requisito de sensatez. O Brasil orgulha-se da contribuição que tem dado para a integração sul-americana, sobretudo no Mercosul.

Temos atuado para aproximar povos e regiões, impulsionando o diálogo político e o intercâmbio econômico com países árabes, africanos e asiáticos, sem abdicar de nossos parceiros tradicionais.

Criamos - Brasil, África do Sul e Índia - um foro inovador de diálogo e ação conjunta, o Ibas. Temos realizado inclusive projetos concretos de cooperação em diversos países, a exemplo de Haiti e Guiné-Bissau.

Todos concordamos ser necessária uma maior participação dos países em desenvolvimento nos grandes foros de decisão internacional, em particular o Conselho de Segurança das Nações Unidas. É hora de passar das intenções à ação.

Notamos, com muito agrado, as recentes propostas do presidente Sarkozy, de reformar o Conselho de Segurança, com a inclusão de países em desenvolvimento.

Igualmente necessária é a reestruturação do processo decisório dos organismos financeiros internacionais.

Senhor presidente, as Nações Unidas são o melhor instrumento para enfrentar os desafios do mundo de hoje. É no exercício da diplomacia multilateral que encontramos os meios de promover a paz e o desenvolvimento.

A participação do Brasil, em conjunto com outros países da América Latina e do Caribe, na Missão de Estabilização no Haiti simboliza nosso empenho de fortalecer o multilateralismo.

No Haiti, estamos mostrando que a paz e a estabilidade se constroem com a democracia e o desenvolvimento social.

Senhoras e senhores, ao entrar neste prédio, os delegados podem ver uma obra de arte presenteada pelo Brasil às Nações Unidas há 50 anos.

Trata-se dos murais Guerra e Paz, pintados pelo grande artista Cândido Portinari.

O sofrimento expresso no mural que retrata a guerra nos remete à alta responsabilidade das Nações Unidas de afastar o risco de conflitos armados.

O segundo mural revela que a paz vai muito além da ausência da guerra. Pressupõe bem-estar, saúde e um convívio harmonioso com a natureza. Pressupõe justiça social, liberdade e superação dos flagelos da fome e da pobreza.

Não é por acaso que o mural Guerra está colocado de frente para quem chega, e o mural Paz, para quem sai. A mensagem do artista é singela, mas poderosa: transformar aflições em esperança, guerra em paz, é a essência da missão das Nações Unidas.

O Brasil continuará a trabalhar para que essa expectativa tão elevada se torne realidade. Muito obrigado.”

Na ONU, Lula lança cúpula sobre biocombustível e defende etanol - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007

Em discurso, ele diz que alternativa energética é compatível com preservação ambiental e produção de alimentos

Depois de ter usado encontros bilaterais pelo mundo para falar no varejo do programa brasileiro de biocombustíveis, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou ontem a platéia especial da abertura da 62ª Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU) para fazer uma pregação no atacado: diante de representantes de 192 países, vinculou a produção de etanol e biodiesel à preservação ambiental. “É plenamente possível combinar biocombustíveis, preservação ambiental e produção de alimentos”, defendeu. E anunciou que o Brasil pretende organizar em 2008 uma conferência internacional sobre biocombustíveis.

Lula lembrou que o Brasil sediou em 1992 a conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, a Rio-92, para dizer que é preciso fazer uma avaliação “do caminho percorrido” e “estabelecer novas linhas da atuação”. Para tanto, sugeriu ao plenário da Assembléia Geral da ONU a realização, em 2012, de uma nova conferência mundial para discutir o tema. “O Brasil se oferece para sediar a Rio+20”, disse, fazendo alusão ao fato de que o novo encontro se daria 20 anos depois da Rio-92.

O presidente também aproveitou a reunião para mandar um recado sobre a Amazônia. Depois de citar o trabalho do governo brasileiro para preservar a floresta, afirmando que o desmatamento “foi reduzido a menos da metade”, avisou que não aceita intromissões nas políticas públicas para a região: “O Brasil não abdica, em nenhuma hipótese, de sua soberania nem de suas responsabilidades sobre a Amazônia.”

CHÁVEZ - A defesa dos biocombustíveis e a convicção de que o investimento em etanol não compromete a produção de alimentos foram uma resposta às críticas que vem recebendo de presidentes como Hugo Chávez, da Venezuela, e Fidel Castro, de Cuba. Ambos condenam o uso de áreas agrícolas para plantio de cana e outros vegetais usados na produção de álcool combustível.

“O problema da fome no planeta não decorre da falta de alimentos, mas da falta de renda que golpeia quase 1 bilhão de homens, mulheres e crianças”, disse Lula. “A cana-de-açúcar ocupa apenas 1% de nossas terras agricultáveis.”

Ao argumentar que os biocombustíveis podem ser muito mais do que “uma energia limpa”, observou que para “mais de uma centena de países pobres” da América Latina, da Ásia e, sobretudo, da África o etanol pode propiciar autonomia energética, gerar emprego e renda e favorecer a agricultura familiar. E assegurou que o Brasil dará, como exemplo, “todas as garantias sociais e ambientais” à produção de biocombustíveis.

RIQUEZA E LUCRO - O presidente abriu seu discurso fazendo uma pregação radical contra a “cobiça irrefletida”. Ele defendeu a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento e de pôr fim à “relação irresponsável com a natureza”. Em sua avaliação, sem isso, o mundo pode viver uma “catástrofe ambiental e humana sem precedentes”.

“É preciso reverter a lógica aparentemente realista e sofisticada, mas na verdade anacrônica, predatória e insensata, da multiplicação do lucro e da riqueza a qualquer preço”, ressaltou. “Há preços que a humanidade não pode pagar.”

Ao tratar da necessidade de enfrentar os problemas ambientais e climáticos, Lula disse ser “inaceitável que o ônus maior da imprevidência dos privilegiados recaia sobre os despossuídos da terra”. “Os países mais industrializados devem dar o exemplo”, defendeu, cobrando o cumprimento do que foi estabelecido no Protocolo de Kyoto.

FRANÇA - O presidente também citou positivamente a proposta do presidente da França, Nicholas Sarkozy de ampliar o Conselho de Segurança da ONU com a inclusão permanente de países em desenvolvimento. O Brasil luta historicamente para ter direito a voto no órgão. “É hora de passar das intenções à ação.”

Mais uma cidade de Goiás pode limitar o plantio de cana - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/09/2007

Mineiros, como Rio Verde, começa a discutir formas de barrar duas usinas

O avanço da cana-de-açúcar em Goiás provocou nova reação de produtores de grãos no Estado. Os produtores de Mineiros, cidade do extremo oeste goiano, distante 420 quilômetros da capital, lançaram um movimento local para limitar a área que será coberta por canaviais.

O argumento dos produtores é o mesmo que levou o município de Rio Verde, no sudoeste goiano, a impôr o limite de 50 mil hectares para formação de canaviais. Eles acham que o avanço da cana na região vai comprometer a produção de grãos e a agroindústria formada para o processamento de soja, milho, sorgo e algodão.

O município de Mineiros receberá duas usinas de etanol com capacidade para processar 3 milhões de toneladas de cana cada. A primeira usina entrará em operação em 2009 e a segunda, em 2010. Os projetos são bancados por um grupo internacional de investidores que formaram no Brasil a Companhia Brasileira de Energia Renovável (Brenco). A empresa é comandada no País pelo ex-presidente da Petrobrás Henri Philippe Reichstul.

Segundo Reinaldo Schreiner, membro da Cooperativa dos Produtores de Algodão de Mineiros e delegado da Associação dos Produtores de Grãos do município, na quinta-feira, os produtores irão apresentar uma proposta que reduz a ocupação da cana no município. A proposta ainda não foi aberta, mas a idéia é fazer com que a prefeitura imponha limites à formação de canaviais, como em Rio Verde.

As duas usinas vão precisar de 70 mil e 80 mil hectares de cana. A área ocupada por grãos na cidade chega a 135 mil hectares. Essa área abastece uma estrutura de engorda de aves (que são abatidas num frigorífico instalado na cidade), além de duas fábricas de processamento de algodão. A cidade ainda tem um frigorífico de bovino com capacidade para abater 1,2 mil cabeças por dia. 'O que queremos é discutir um arranjo produtivo local que dê garantias a agroindústria de grãos e que imponha um limite para as usinas', diz Schreiner.

Eduardo Ieda, vice-presidente industrial da Brenco, disse ontem que a chegada da companhia significará 'mais uma oportunidade para os produtores' locais e que o desconforto decorre do fato de a companhia cobrir os valores negociados entre os produtores de grãos e as agroindústrias. 'É normal haver este descontentamento, mas isso faz parte de uma negociação de mercado.' Segundo ele, a empresa já possui uma área de 27,3 mil hectares, a maior parte comprada e uma parte menor arrendada. As áreas preferenciais são as que têm pequena inclinação. Isso vai assegurar o uso do corte 100% mecanizado.

Europa quer etanol certificado - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/09/2007

Os deputados europeus aprovaram ontem o Relatório Thomsen (elaborado pela deputada Britta Thomsen) sugerindo a criação de um sistema de certificação ambiental e social, além de um mecanismo para monitorar periodicamente, nos países exportadores, o impacto da produção do etanol. A medida, se entrar em vigor, deve atingir o Brasil, que hoje é o maior fornecedor do produto para o mercado europeu.

O documento foi produzido como uma resposta do Parlamento à proposta da Comissão Europeia de estipular que o etanol represente 10% dos combustíveis no bloco em 2020. Sem poder vinculante, mas com peso político importante, a iniciativa dos deputados deve influenciar no mecanismo final de importação do produto que será criado por Bruxelas até o fim do ano.

A Comissão já havia indicado que criaria mecanismo de certificação para garantir que o etanol não fosse resultado de um processo que acabaria causando danos ao meio ambiente.

Agora, os parlamentares querem ir além. Só aceitariam a importação se fosse garantido que o etanol não só é produzido de forma sustentável, mas também não causa impacto negativo sobre o preço de alimentos, não desloca outros cultivos para a floresta - gerando desmatamento - e respeita normas sociais e trabalhistas.

Itamaraty rebate relator da ONU e diz que etanol traz desenvolvimento - Jamil Chade
– Estado de São Paulo – Nacional – 27/09/2007

País dá resposta oficial contra avaliação de que produção do biocombustível pode aumentar fome mundial

Genebra - O Brasil ataca o relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Direitos à Alimentação, Jean Ziegler, e garante que a cultura da cana-de-açúcar distribuiu renda nos últimos 30 anos. O especialista da ONU acaba de concluir um relatório em que aponta para os riscos de o etanol aumentar a fome no mundo e pede uma moratória de cinco anos na expansão do biocombustível no mundo.

Ontem, o Itamaraty decidiu responder oficialmente a essa avaliação em um debate no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra.

O governo brasileiro pediu a palavra e tentou explicar que, ao contrário do que diz o relatório da ONU, o etanol feito a partir da cana-de-açúcar pode trazer desenvolvimento. No documento das Nações Unidas publicado pelo Estado com exclusividade na segunda-feira, o suíço Ziegler estima que as populações mais pobres podem sofrer com o avanço do etanol, já que ele aumentaria o preço dos alimentos.

Ziegler foi tradicionalmente um aliado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas sua recente atitude na ONU irritou o governo brasileiro. O suíço chegou a receber nos últimos dias mensagens de agradecimento por parte de líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST). O governo cubano também não escondia sua satisfação com o conteúdo do polêmico relatório da ONU.

“O Brasil tem usado o biocombustível por mais de 30 anos. Os resultados concretos para a sociedade têm sido o aumento da produção de cana, mais empregos e benefícios sociais positivos, com melhor distribuição de renda”, afirmou o embaixador na ONU, Sérgio Florêncio. “Portanto, por três décadas, o Brasil conseguiu aumentar a produção de alimentos e de cana para o biocombustível. Isso gerou um impacto positivo na oferta de alimentos, como demonstram os dados da produção agrícola e de exportações.”

O governo brasileiro afirmou que, contrariamente à avaliação de Ziegler, a produção de cana pode ter um papel importante como instrumento para a promoção do progresso na agricultura de países em desenvolvimento.

Não satisfeito, Ziegler contra-atacou. “Não posso concordar com a política energética no Brasil”, afirmou. Mostrando livros do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e de Gilberto Freyre em plenário da ONU, o relator insistiu em sua tese. Ele qualificou de “catastróficos” os efeitos da utilização de terras no Brasil para o plantio da cana nos próximos anos.

APOIO - Apesar do ataque à posição do relator da ONU, o Itamaraty decidiu apoiar a permanência de Ziegler no posto.

O governo brasileiro ainda retrucou, argumentando que entre 2003 e 2007 foram destinados US\$ 21 bilhões ao programa Fome Zero. “Como resultado, o Brasil experimentou em 2006 uma queda de 10,6% da pobreza”, afirmou o embaixador brasileiro na ONU.

Bird defende fim das barreiras ao etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/09/2007

Em um ano, países ricos gastaram US\$ 11 bi com subsídio

Os países ricos destinam quase US\$ 1 bilhão em subsídios à produção de etanol por mês, distorcendo o mercado internacional, segundo dados da entidade Global Subsidies Initiative. Para o Banco Mundial (Bird), está na hora de se discutir o fim das barreiras tarifárias para o comércio do etanol.

Segundo o banco, essa será a melhor forma de combater as mudanças climáticas, promover os biocombustíveis, gerar desenvolvimento e também evitar que as distorções no mercado com os altos subsídios sejam perpetuadas.

Ontem, em Genebra, a Global Subsidies Initiative publicou os primeiros cálculos já feitos sobre o valor dos subsídios dados nos países ricos por ano ao etanol. O valor atinge US\$ 11 bilhões em apenas 12 meses e inclui os recursos distribuídos aos produtores de milho nos Estados Unidos e aos demais produtos na Europa, Austrália e Canadá. Segundo o estudo, esse valor tem tudo para aumentar nos próximos anos.

'O problema foi que ninguém estava realmente monitorando a situação (dos subsídios aos biocombustíveis)', afirmou David Runnalls, presidente do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável. 'A questão que precisa ser perguntada é como esses governos justificam gastar tanto dinheiro público quando os benefícios (da produção nos países ricos) são tão questionáveis?'

Para alguns especialistas, o Brasil é hoje um dos mais afetados pelos subsídios. O País é o maior exportador de etanol para a Europa, enfrentando tarifas de até 70% para entrar no mercado europeu, sem contar com os prejuízos provocados pelos subsídios. Nos Estados Unidos, a sobretaxa, aliada aos subsídios locais, prejudicam de forma importante a competitividade do produto brasileiro.

O Itamaraty vem debatendo o assunto com os Estados Unidos, mas já recebeu indicações de Washington de que uma redução das tarifas seria praticamente impossível antes de 2009.

No Banco Mundial, a percepção dos economistas é de que essa realidade terá de ser mudada. 'Defendemos uma eliminação das tarifas', afirmou Richard Newfarmer, representante do Banco Mundial na ONU. No próximo mês, em seu relatório anual, o Bird dedicará um capítulo inteiro para o impacto que os biocombustíveis podem ter sobre a agricultura mundial. 'As barreiras não são boas nem para o clima nem para o comércio', afirmou.

O tema está em pleno debate na Organização Mundial do Comércio (OMC). Pela Rodada Doha, que ainda não foi concluída, uma lista de bens ambientais seria criada e os produtos dessa classificação ficariam isentos de barreiras no mercado internacional. O Brasil quer a inclusão do etanol nessa lista.

No Parlamento Europeu, uma moção foi aprovada pedindo que a Comissão Européia elimine tarifas de importação no setor de bens e serviços ambientais. Mas tanto americanos quanto europeus se recusam a incluir o etanol na classificação. O argumento dos países ricos é de que a lista deve incluir apenas produtos industriais.

Para o Itamaraty, a lista jamais poderá ser aceita se não incluir o etanol. Atualmente, a proposta é de uma liberalização para bens como bicicletas e barcos a vela, que supostamente teriam um impacto positivo sobre o meio ambiente.

Para os parlamentares europeus, está na hora de a OMC determinar o que de fato é um bem e um serviço ambiental.

Marina cobra Stephanes sobre cana - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/09/2007

Ministra do Meio Ambiente pede explicações a colega da Agricultura, que falou de plantio em áreas da Amazônia

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ligou ontem para seu colega da Agricultura, Reinhold Stephanes, para cobrar esclarecimentos sobre a declaração do ministro, que afirmou na quinta-feira que o governo poderá autorizar o plantio de cana-de-açúcar em áreas degradadas ou devastadas da Amazônia. "Na conversa, a ministra

confirmou e reafirmou que não há a menor hipótese de o governo estimular o plantio que leve direta ou indiretamente ao desmatamento da Amazônia”, contou o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco. Marina está em Brasília e Stephanes viajou no fim da tarde de quinta-feira para Curitiba.

Capobianco lembrou que o governo está elaborando um zoneamento para a cana e o estudo deve ficar pronto em meados do ano que vem. O zoneamento indicará as áreas ideais e as proibidas para os canaviais, segundo ele. “Não haverá estímulo ou permissão para o plantio de cana na Amazônia. A tendência, no governo, é a de não estimular o plantio na região.”

Na opinião do coordenador da campanha Amazônia, do Greenpeace, Paulo Adario, o governo federal é contraditório quando o assunto é o plantio de cana na Amazônia. Ele lembrou que há diferenças entre o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a proposta do ministro Stephanes, que defende o plantio de cana em áreas de savana e de pastagens degradadas da região, inclusive com incentivos fiscais.

“Há dois meses, em Bruxelas, o presidente Lula disse que a Amazônia não se prestava à cana-de-açúcar e que se o plantio fosse possível os portugueses já teriam plantado”, afirmou. Ele avaliou como “preocupante” a proposta do governo de ordenar o plantio na Amazônia, ou seja, de fazer um zoneamento agrícola para a cana.

O zoneamento deverá ser lançado em junho de 2008 e será feito a partir de quatro tipos de mapa, informou Stephanes. O primeiro vai trazer informações sobre a produção existente. O segundo trará indicações de áreas de plantio do ponto de vista agrícola (solo e clima) e onde haverá restrição para o plantio. Por fim, o governo apresentará mapas indicando onde gostaria que a cana fosse plantada.

Como possíveis áreas restritivas, ele citou a Mata Atlântica, Floresta Amazônica, Pantanal e áreas indígenas.

'Ameaça é o efeito dominó' - Andrea Vialli e Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/09/2007

Para ambientalistas, floresta pode ser prejudicada

As declarações do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, favoráveis à entrada da cana-de-açúcar em áreas da Amazônia repercutiram negativamente entre representantes do movimento ambientalista no Brasil e também na União Européia.

“O grande problema é que a expansão da cana para essas áreas pode repetir o ‘efeito dominó’ já verificado com outras culturas - quando a soja avançou para áreas de pastagens e essas, por sua vez, migraram para áreas de florestas”, explica Paulo Gustavo Prado, diretor de Política Ambiental da ONG Conservation International.

“O etanol está sendo proclamado pelo mundo afora como a primeira commodity ‘verde’, e não faz sentido que sua produção gere impactos sobre áreas de preservação como a Amazônia”, diz. Segundo Prado, o argumento de que a cana vai recuperar áreas degradadas é duvidoso. “A cana é uma cultura que tende a esgotar mais o solo e não recuperar.”

Cláudio Maretti, superintendente de Conservação do WWF, segue o mesmo raciocínio. “O que temos notado é que o Brasil quer ser considerado um País ecológico apenas por ter biocombustível. Não é plantando cana que seremos mais ‘verdes’.”

Maretti diz que a produção de cana-de-açúcar ainda não pode ser considerada sustentável. “Há 30 anos vemos os impactos ambientais da cultura em São Paulo. Ainda há problemas com a queima e os canaviais continuam avançando sobre as matas ciliares”, ressalta.

SURPRESA - A União Européia se surpreendeu com a decisão do governo brasileiro de autorizar o plantio de cana na Amazônia e afirma que não permitirá a entrada no bloco de biocombustível que gere danos ambientais. Deputados europeus e ONGs alertam que a decisão prejudicará a imagem do etanol. “Vamos garantir que o que compremos venha de fontes sustentáveis”, afirmou o porta-voz da Comissão Européia para temas agrícolas, Michael Mann.

Exemplo sueco – Folha de São Paulo – Opinião – 17/09/2007

Suécia promete eliminar tarifa sobre álcool do Brasil até 2009; se EUA e Europa fizerem o mesmo, biocombustível decola

A POLÊMICA biocombustíveis "versus" alimentos ganhou destaque nesta semana em relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Ainda que não vá ao extremo de afirmar que álcool e biodiesel levarão fome aos países pobres, o documento "Perspectiva Agrícola 2007/ 2016" aponta a demanda por essa alternativa ao petróleo como principal motor da manutenção dos preços de commodities agrícolas em patamar elevado na próxima década.

O relatório assinala que a alta acarretará perda de renda para países que são importadores líquidos dessas mercadorias -na África, por exemplo. Por outro lado, preços em elevação constituem um poderoso estímulo para expandir a produção e a produtividade, vale dizer, para investimentos. Isso cria uma oportunidade ímpar para os países mais pobres, pois neles se concentram alguns requisitos básicos: terras agricultáveis, sol e água (o que costuma lhes faltar é capital e tecnologia).

Sob esse ângulo, nenhuma nação se compara ao Brasil. O documento projeta que a produção de álcool combustível nacional crescerá 145% até 2016, atingindo 44 bilhões de litros. Hoje são 17 bilhões de litros/ano (dos quais 13 bilhões consumidos internamente),

produzidos da cana-de-açúcar plantada em apenas 10% da área agrícola, como afirmou o presidente Lula na quarta-feira na Suécia, em périplo pró-biocombustíveis pela Escandinávia.

Seria fútil negar, porém, que a destinação de parcelas crescentes das safras de milho e soja para produzir biocombustíveis ocasionará alguma inflação nos preços de alimentos e rações animais. Tampouco cabe desconsiderar que se avolumam questionamentos sobre o real benefício ambiental da bioenergia. Computado todo o petróleo consumido no ciclo de produção, dos fertilizantes às máquinas, a contribuição dos biocombustíveis para retardar a mudança climática pode ser irrisória, como ocorre com o álcool de milho nos EUA.

Em outras palavras, álcool e biodiesel não são uma panacéia socioambiental, mas representam oportunidades significativas. Para que cumpram ao menos parte das promessas, dependem de que deslanche o investimento nas tecnologias do cultivo e da produção de combustíveis "verdes". Um passo crucial seria suspender as tarifas protecionistas com que os EUA e países europeus gravam biocombustíveis (no caso do álcool brasileiro exportado à Europa, o ônus pode alcançar 55%).

Por ora, só a Suécia deu o exemplo, anunciando que eliminará até 2009 o gravame. Cedo ou tarde, as tarifas cairão por conta própria: com demanda e preços sustentados, definha a própria necessidade de proteger produtores nacionais. Líderes com visão se adiantariam à tendência baixando já tarifas para que os biocombustíveis se transformem em verdadeiras commodities e incluam países em desenvolvimento num novo ciclo de geração de riqueza.

Brasil-Escandinávia: parceria ambiciosa – Luiz Inácio Lula da Silva – Solha de São Paulo – Opinião – 19/09/2007

A viagem à Escandinávia aprofundou a parceria do Brasil com uma região que é sócia em negociações internacionais estratégicas

A ÚLTIMA semana, viajei à Finlândia, Suécia, Dinamarca e Noruega. Foi a primeira vez que um presidente do Brasil esteve oficialmente na Escandinávia. Pude, assim, retribuir as visitas que os líderes de todos esses países fizeram ao Brasil. A viagem aprofundou a parceria do Brasil com uma região que é sócia em negociações internacionais estratégicas. Uma relação que não é de hoje.

Empresários desses países investem aqui desde a chegada dos primeiros imigrantes escandinavos, há um século. São centenas de empresas que atuam em diversos setores, gerando empregos e reforçando a competitividade tecnológica do Brasil.

Isso explica por que São Paulo é um dos maiores parques industriais da Suécia. A Nokia, da Finlândia, fez do Brasil plataforma mundial para a produção de celulares. E a Noruega -segundo me informaram- investe no Brasil mais do que na China.

As potencialidades dessas relações se refletem no crescimento do comércio. Com a Suécia, atingiu US\$ 1,5 bilhão em 2006. No caso de Finlândia e Noruega, mais do que dobrou desde 2003. Podemos fazer mais.

O ciclo de desenvolvimento sustentável e duradouro por que passa o Brasil abre novos horizontes. Temos um mercado em franca expansão, graças ao aumento da massa salarial e a uma economia sólida e estabilizada, que reagiu de forma serena à recente instabilidade dos mercados financeiros internacionais.

O PAC tem tudo para atrair nova onda de investimentos escandinavos. A prioridade que atribui à ampliação da infra-estrutura logística e energética oferece excelente oportunidade para capitais e tecnologia dos países nórdicos. O entusiasmo que percebi nessa viagem reforça minha confiança no futuro. Um futuro que começa com a revolução dos biocombustíveis.

Os escandinavos são conhecidos por seu engajamento em temas ambientais. Sabem da urgência de encontrarmos alternativas energéticas renováveis, limpas e eficientes para as fontes fósseis.

Por isso, querem conhecer nossa experiência pioneira com biocombustíveis. Sabem que, no Brasil, o etanol ajuda a combater, a um tempo, a escassez do petróleo e o aquecimento global: reduzimos em 40% nosso consumo de gasolina e deixamos de emitir, desde 2003, 120 milhões de toneladas de gás carbônico equivalente.

Os milhões de postos de trabalho que estão sendo criados demonstram como os combustíveis verdes podem favorecer o desenvolvimento sustentável de todo o mundo, sobretudo nas regiões mais pobres da América Latina, do Caribe e da África. Durante minha visita, o primeiro-ministro da Suécia -importante consumidor europeu de etanol- anunciou a eliminação da sobretaxa que impõe às importações do produto brasileiro. Trata-se de forte impulso para que a União Européia suprima também suas barreiras e favoreça a criação de um verdadeiro mercado global para o etanol.

Os países nórdicos também são nossos aliados na luta para eliminar os subsídios europeus que distorcem o comércio agrícola internacional.

Estamos cooperando na pesquisa da próxima etapa nessa revolução energética: o etanol celulósico. Buscamos parcerias para desenvolver enzimas para produzir etanol a partir do bagaço da cana. Com a Dinamarca, vamos cooperar em energias renováveis, inclusive a eólica. Com a Finlândia, firmamos acordo no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. E a Petrobras quer desenvolver com sua contraparte da Noruega projeto de prospecção de petróleo em águas profundas, setor em que detêm tecnologia de ponta.

Os países escandinavos sempre foram fonte de admiração e inspiração pelo seu modelo de bem-estar social e altíssimo índice de desenvolvimento humano. Sabem que a prosperidade econômica e a justiça social são o lastro maior da paz e da segurança. Por essa razão, compartilhamos a convicção de que um multilateralismo robusto e

representativo é fundamental para construir um mundo mais solidário. É por isso que a Noruega está ao lado do Brasil na missão de paz no Haiti e que a Finlândia anunciou, durante minha visita, apoio ao pleito do Brasil de integrar um Conselho de Segurança ampliado.

Estive na Escandinávia, quando era ainda sindicalista, por acreditar que as conquistas econômicas, políticas e sociais desses países muito tinham a oferecer ao Brasil. Volto, agora, presidente, com a convicção de que podemos consolidar uma parceria mais ambiciosa: garantir que a humanidade prospere como um todo, sem deixar ninguém para trás nem hipotecar o futuro das próximas gerações.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, 61, é o presidente da República Federativa do Brasil.

"NYT" CRITICA ÁLCOOL DOS EUA E ELOGIA O DO BRASIL – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/09/2007

O "New York Times" publicou ontem um editorial criticando a produção americana de álcool a partir do milho. No texto "Os altos custos do etanol", o jornal argumenta que tal produção é cara e oferece riscos consideráveis, como o aumento nos preços dos alimentos. O "NYT" afirma que a produção brasileira, à base de cana-de-açúcar, faz "mais sentido" economicamente e critica as sobretaxas ao produto brasileiro e os subsídios dados aos produtores americanos. O jornal ainda avalia que as distorções na produção agrícola já começam a preocupar. Ele cita que os preços do milho já aumentaram 50% em relação ao ano passado.

Na ONU, Lula anuncia plano para clima e propõe "Rio+20" – Sergio Dávila – Folha de São Paulo – Brasil – 26/09/2007

Na abertura da Assembléia Geral, presidente pede nova reunião no Rio em 2012 - Discurso é marcado também por defesa do programa de biocombustíveis, criticado por outros líderes e em relatório das Nações Unidas

O Brasil se ofereceu ontem para sediar uma reunião mundial de discussão de questões ambientais. O anúncio foi feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu discurso de abertura da 62ª Assembléia Geral da ONU, em Nova York. O brasileiro propôs um novo encontro no Rio de Janeiro, nos moldes da Rio 92.

"Proponho a realização, em 2012, de uma nova Conferência, que o Brasil se oferece para sediar, a Rio+20", discursou. O segundo mandato de Lula termina em 2011. No mesmo texto, o presidente anuncia um plano para mudanças climáticas e responde às críticas recebidas pelo programa brasileiro de álcool.

Lula não deu detalhes do plano, além do título: Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. À tarde, o chanceler Celso Amorim diria que esse deve envolver "zoneamento e cerceamento ao desmatamento", entre outros aspectos. No discurso, o

presidente só menciona que são "essenciais estratégias nacionais claras que impliquem responsabilidade dos governos diante de suas próprias populações".

Quanto ao biocombustível, Lula aproveitou a visibilidade do evento para responder a críticas que o programa do álcool brasileiro vem enfrentando, lideradas pelo cubano Fidel Castro, o venezuelano Hugo Chávez e alguns acadêmicos e reforçadas pela divulgação, no dia anterior, de relatório feito a pedido da ONU.

No texto, o relator especial da entidade para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, sugere moratória de cinco anos em relação ao aumento da produção de álcool feito a partir de cana-de-açúcar e milho. A crítica comum é que a expansão do consumo de álcool "roubaria" terras que poderiam ser usadas na produção de alimentos. O Brasil é o maior produtor do biocombustível.

"Decidimos estabelecer completo zoneamento agroecológico do país para definir quais áreas agricultáveis podem ser destinadas à produção de biocombustíveis", disse Lula, após falar que "a experiência brasileira de três décadas mostra que a produção de biocombustíveis não afeta a segurança alimentar".

Depois de dizer que a cana-de-açúcar ocupa 1% das terras brasileiras agricultáveis, "com crescentes índices de produtividade", o presidente falou que o problema da fome no planeta não decorre da falta de alimentos, "mas da falta de renda que golpeia quase 1 bilhão de homens, mulheres e crianças".

Crítico freqüente do álcool e visto com simpatia por Fidel e ONGs socialistas, Ziegler sugere que nova geração de biocombustíveis seja criada para evitar que o álcool complique a questão alimentar mundial.

Indagado pela Folha se o presidente respondia a Chávez, Fidel ou aos relatórios, Celso Amorim contemporizou. "Não é uma resposta a nenhuma pessoa em particular, é uma resposta a idéias que, ainda que bem intencionadas, não se baseiam em fatos reais".

Para o chanceler, o exemplo mais eloqüente é que São Paulo, o Estado brasileiro que mais produz alimentos, também é o que mais produz álcool.

"Um presidente que propôs e realizou o Fome Zero, a preocupação principal dele é com a segurança alimentar", disse Amorim. "Grande parte dos países africanos têm problema de falta de alimentos e não têm álcool", afirmou.

QUANDO, EM julho passado, a União Européia conferiu ao Brasil o estatuto de "parceiro estratégico privilegiado", o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, logo anunciou a vontade da UE de ouvir dos brasileiros propostas de cooperação sobre os diferentes temas de interesse global, como combate à pobreza, mudança climática, energia renovável.

No dia 9 de outubro, estarei em Bruxelas representando o Brasil com idéias objetivas para fazer prosperar essa importante parceria no tema do desenvolvimento regional e sua dimensão internacional. O diagnóstico que apresentarei em nome do presidente Lula é claro: as ações de desenvolvimento regional capazes de, ao mesmo tempo, conquistar mercados e promover inclusão social são aquelas que geram emprego principalmente pelo aproveitamento das vocações econômicas locais.

Por esse caminho trilham pequenos empreendedores do país, que, mesmo nem sempre contando com o devido apoio das organizações do Estado brasileiro, operam o milagre da geração e distribuição da renda, apoiando o combate às assimetrias nacionais, com resultados internacionalmente reconhecidos.

No Ministério da Integração Nacional, temos experimentado essa articulação criativa, forjada na estruturação de economias locais em padrões competitivos, por meio de práticas solidárias e gestão participativa, exercitadas nos chamados arranjos produtivos locais (APLs).

Pelos APLs, comunidades que antes viviam economicamente excluídas e se situavam socialmente à margem da sociedade brasileira conquistam, por meio de ações produtivas organizadas, uma vida mais digna. Em Irecê (Bahia), por exemplo, dezenas de famílias que viviam do lixão foram instruídas sobre como operar uma cooperativa de reciclagem. Passaram a ter renda e moradia, mais saúde e educação, enquanto ajudam, com seu trabalho, a despoluir o ambiente e desenvolver indústrias regionais.

Temos estimulado APLs em todo o país com enorme variedade de mercados. Criando peixes, fazendo artesanato, beneficiando mel, fabricando farinha, milhares de brasileiros começam a participar do desenvolvimento regional e ampliar as divisas do país pela exportação de produtos típicos das suas localidades, como fibras de sisal, flores, frutas e até cachaça.

A perspectiva é de expansão. Só neste ano, o governo federal está cadastrando mais de 3.700 pequenos exportadores nos registros do comércio exterior que operam pelo sistema simplificado, via Correios ou serviços de "courrier". Com a inclusão desses microempreendimentos nas estatísticas, poderemos observar as regiões mais exportadoras e quais produtos têm perfil apropriado para atender a essas iniciativas locais, para que possamos ampliar incentivos à criação de novos APLs.

Chegaremos a Bruxelas amparados por esse contexto de vasto futuro para a gestão de nossas regiões. Levando inclusive nosso pioneirismo e força crescente no mercado dos biocombustíveis, um produto que tanto é fundamental aos interesses globais de combate ao efeito estufa como é plenamente adaptável à eficiência e à economia que os APLs representam.

Com o processo de certificação em curso, para carimbar os biocombustíveis produzidos de forma sustentável, ampliaremos ainda mais as condições de atrair investimentos estrangeiros em APLs ligados ao setor de energia renovável. Produzir mamona, dendê, cana-de-açúcar e outras matérias-primas do biocombustível, conforme as normas internacionais, de respeito ao meio ambiente e de desenvolvimento social dentro da cadeia produtiva, significa ingresso seguro no grande mercado que se abre, sobretudo depois da decisão europeia de substituir, até 2010, 10% dos combustíveis fósseis por biocombustível.

A cooperação proposta pela UE exige do Brasil trabalho de amplitude e participação capilarizada dos administradores públicos. Daí a importância da presença dos diversos atores regionais -prefeituras, Sebrae, federações de indústrias, ONGs- no levantamento das vocações econômicas locais e na apresentação de propostas de novos APLs ao governo federal, por meio do Ministério da Integração Nacional.

A medida do sucesso dessa privilegiada parceria estará na nossa capacidade de aproveitar as excepcionais condições postas para reduzirmos a pobreza e as desigualdades - as questões globais que mais nos afligem.

Precisamos estar unidos para construir uma integração internacional que tenha, sim, base econômica, mas que também se baseie no anseio humano por um mundo mais equilibrado, coerente e justo.

GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA, 48, administrador de empresas, pecuarista e cacauicultor, deputado federal pelo PMDB-BA (licenciado), é o ministro da Integração Nacional.

Escandinávia: políticas e negócios marcarão viagem – O Globo – Plantão – 09/09/2007

Plantão | Publicada em **09/09/2007** às 12h52m

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva inicia neste domingo, pela Finlândia, uma visita a quatro países nórdicos com uma agenda em que negócios e política são praticamente inseparáveis.

Em cinco dias de giro pela Finlândia, Suécia, Dinamarca e Noruega, o presidente promoverá os benefícios dos biocombustíveis, como o etanol brasileiro – mas tentará convencer seus interlocutores de que os benefícios se estenderão aos países em desenvolvimento como um todo, e não apenas ao Brasil.

Nos quatro países, Lula participará de seminários para "vender" o Brasil a possíveis investidores no meio empresarial.

O país acredita que pode aproveitar as oportunidades de negócios abertas pelo compromisso da União Europeia de que até 2020 pelo menos 10% de todo o combustível consumido no setor de transporte seja de origem orgânica.

Finlândia, Suécia e Dinamarca são países da União Europeia e a Noruega, embora não faça parte do bloco, já declarou que pretende seguir as orientações da UE em relação aos biocombustíveis, com metas até mais ambiciosas de redução global das emissões de gás carbônico.

Em julho, a comissária europeia de Agricultura, Mariann Fischer Boel, estimou que a indústria europeia - que produz etanol a partir de beterraba e cereais, como trigo e cevada - só teria condições de atender a parte da demanda. Entre 10% e 30% da demanda teria de ser importada.

É aí que o Brasil, como maior produtor mundial de biocombustíveis, vê oportunidades de negócio.

Mas Lula tem procurado insistir na tese de que os biocombustíveis serão benéficos não apenas para o Brasil, mas para os países emergentes em geral, que são produtores de matérias-primas.

A mensagem já ecoa nas páginas do jornal finlandês Helsingin Sanomat, que neste domingo publicou uma reportagem especial sobre os planos do presidente Lula em relação ao etanol.

Dedicando uma página inteira e uma chamada de capa à visita, a reportagem afirmou que a defesa dos biocombustíveis é vista pelo presidente como uma forma de aliviar a pobreza nos países emergentes.

Para o jornal, ao promover o etanol, Lula quer "elevar o perfil do Brasil" no cenário internacional, e fazer do país "uma potência mundial".

A partir daí o Helsingin Sanomat amplia o tema e afirma que "nenhuma decisão pode hoje ser tomada na Organização Mundial do Comércio (OMC) sem levar em conta a posição do G20 (grupo de países emergentes liderados por Brasil e Índia)".

A reportagem recorda ainda que o presidente francês, Nicolas Sarkozy, já defendeu a incorporação do Brasil e de outros países emergentes ao atual G8, que reúne as sete economias mais industrializadas do mundo mais a Rússia.

A visita do presidente Lula aos países nórdicos também poderia abrir uma porta para cooperação em outros aspectos ligados a energia renováveis, área em que existe excelência por aqui.

A Noruega, por exemplo, tem planos de neutralizar suas emissões de gás carbônico até 2050, o que significaria utilizar mecanismos do Protocolo de Kyoto para "comprar emissões" em outros países.

Já na Dinamarca, que em 2009 vai organizar uma conferência mundial sobre o clima, 20% da energia consumida provém de fontes limpas.

Espera-se que, durante esta viagem, o presidente assine ainda acordos científico-tecnológicos que permitam a pesquisa conjunta na área.

Se as negociações sobre energia renderem frutos, o Brasil pode testemunhar uma melhora na sua relação com os países nórdicos, que mantém hoje, tanto no plano político como no comercial, os olhos postos sobre a Europa.

Segundo números do Itamaraty, o comércio bilateral do Brasil com os países nórdicos totalizou em 2006 US\$ 3,8 bilhões - um crescimento de quase 80% desde 2003.

Ainda no ano passado, o total de investimentos nórdicos no Brasil chegava a US\$ 4 bilhões.

Para mais notícias, visite o site da BBC Brasil

© *British Broadcasting Corporation* 2006. Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem a autorização por escrito da BBC BRASIL.

Escandinávia: políticas e negócios marcarão viagem - O Globo Online
<http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2007/09/09/297652826.asp>

© 1996 - 2007 Todos os direitos reservados a Infoglobo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem prévia autorização.

Apetite da China e aposta no etanol contribuem para puxar o reajuste - Gustavo Paul, Patrícia Duarte e Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 16/09/2007

Demanda por produtos como o leite cresce o dobro da expansão da oferta

BRASÍLIA. Apesar de o clima surgir como importante causa da inflação de alimentos dos últimos meses, os pontos-chaves da aceleração dos preços ainda são o apetite mundial por comida e os investimentos para estimular o uso do etanol como combustível. O bom momento da economia global, com expansão média de 5% nos últimos anos, levou as populações a comer melhor — mais proteínas, como carne, leite e ovos. É um fenômeno internacional, sobretudo na China, na Índia e nos países menos desenvolvidos e com sérios problemas sociais, especialmente os da África, avaliam os especialistas.

Um caso típico é o do leite, cuja oferta cresce 2% ao ano, mas a demanda aumenta o dobro.

Segundo Rodrigo Alvim, presidente da Comissão de Pecuária de Leite da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a demanda aquecida vai durar muitos anos e a oferta está limitada.

A Nova Zelândia é a maior exportadora mundial, com 28% do mercado, mas tem condição de elevar em apenas 1% a produção. A Europa, que exporta 35% do que produz, está praticamente impedida de elevar suas vendas externas por questões ambientais.

Produtor brasileiro lucra, mas consumidor paga

O avanço das importações chinesas é uma das razões dessa restrição em relação ao leite, que fez com que o preço internacional dobrasse em um ano. A cotação da tonelada do leite em pó, que ficava na casa de US\$ 2 mil, está sendo comercializada a US\$ 5,4 mil.

— O México e a Venezuela, por exemplo, estão atrás do produto no mercado internacional e têm dificuldades em encontrá-lo — diz Alvim.

Essa movimentação é boa para os produtores brasileiros, que vivem o melhor momento dos últimos anos. Mas quem pagará a conta são os consumidores. Recentemente, a Nestlé anunciou que, para compensar a alta das commodities, teria de promover um aumento nos preços de seus produtos de, em média, 2,2%.

Já na China, lembra o economistachefe para América Latina do WestLB, Ricardo Amorim, o principal impacto ocorre em carne suína e derivados, bastante consumidos pela população do país. No México, o problema é sobretudo com o milho e, no Brasil, também há reflexos na carne. — Está havendo um choque nos preços agrícolas e todo o mundo sente. Com mais gente comendo, e a oferta sofrendo percalços, não dava para ser diferente — afirmou Amorim.

Desvio para cultivo de milho afeta outros produtos

Um fator adicional ao cenário é a demanda mundial por biocombustível. O sucesso do etanol já mexeu nos preços agrícolas. A fonte de reajustes são os Estados Unidos, que

utilizam o milho como matéria-prima e onde a demanda pelo grão cresceu 19% este ano. Fernando Homem de Melo, especialista em economia agrária da USP, explica que os americanos diminuíram bastante suas exportações da commodity para atender o mercado interno.

Além disso, houve estímulo para que os produtores de outras culturas optem por plantar milho. Ou seja, diz Melo, a oferta de mais produtos foi afetada, num efeito cascata: — O mercado de milho puxou um ajuste global grande. O mundo tomou uma decisão política de favorecer o combustível limpo, mas levou ao aumento do preço dos alimentos.

O Brasil poderá se beneficiar desse processo, ampliando sua função de fornecedor de alimento, como soja e milho, para o mercado internacional.

Mas, ainda assim, o patamar dos preços internacionais poderá se alterar de forma permanente.

Lula justifica trabalho no corte da cana – O Globo – CAPA – 18/09/2007

Em defesa do etanol brasileiro, o presidente Lula disse que o trabalho no corte de cana não é mais penoso do que aquele nas minas de carvão. Na Espanha, frisou que não permitirá que a crise dos EUA “atravesse o Atlântico”. Páginas 19 e 20

Bush promete a Lula flexibilizar negociação – O Globo – Capa – 25/09/2007

Brasileiro é chamado de 'evangelizador na questão do etanol' Em encontro em Nova York, o presidente dos EUA, George W. Bush, prometeu ao presidente Lula que seu governo vai mostrar mais flexibilidade nas negociações da Rodada de Doha, especialmente quanto à redução dos subsídios agrícolas. Bush disse que Lula é um “evangelizador na questão do etanol”.

O brasileiro elogiou Bush, mas afirmou que a negociação será feita em bloco. Os chanceleres de Brasil, Rússia, Índia e China também se reuniram. Página 3

Bush chama Lula de evangelizador do etanol – Marília Martins - O Globo – O País – 25/09/2007

EUA anunciam a disposição de flexibilizar subsídios agrícolas; já Brasil diz que só negocia em bloco

Flexibilização foi a palavra-chave do encontro de ontem entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush no Hotel Waldorf Astoria, em Nova York, que durou 45 minutos, pouco mais do que o previsto. Os dois presidentes reafirmaram a disposição de retomar as negociações da Rodada de Doha, mas Lula deu a entender que os avanços dependem da capacidade da diplomacia brasileira de convencer os países do G-20 (o grupo de nações em desenvolvimento, liderado por Brasil, Índia e China) a avançar nas negociações.

A Rodada de Doha está suspensa por impasses nas negociações agrícolas, já que os países ricos se recusavam a reduzir seus subsídios. O Brasil, como outros países em desenvolvimento, busca retomar as negociações de Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC).

— Cada vez que nos encontramos temos uma discussão proveitosa.

Agradei a liderança de Lula na questão (do etanol) na América Latina e no Haiti. Ele tem sido um evangelizador na questão do etanol. Compartilhamos o compromisso de uma rodada exitosa de Doha.

Garanto que o presidente dos EUA tem flexibilidade para alcançar resultados — disse Bush após o encontro.

Subsídios agrícolas foram a pauta

Lula elogiou a disposição de Bush de negociar, mas deixou claro que essa negociação será feita em bloco: — Estamos convencidos que tanto a questão de Doha quanto a das mudanças climáticas dependem de alguns fatores. Um deles é a disposição de um país importante como os EUA de demonstrar flexibilidade. Bush tem demonstrado disposição de flexibilizar, e Doha é uma oportunidade para que países ricos possam dar sua contribuição para países pobres. Se nós pudermos convencer a Índia, a Rússia, a China, o México, a União

Européia e o Japão, poderemos dar notícias boas sobre Doha nos próximos dias.

A conversa de Bush e Lula girou em torno da redução dos subsídios agrícolas americanos. Os EUA têm um teto de US\$ 47 bilhões anuais para subsídios agrícolas, mas no ano passado gastaram apenas US\$ 9 bilhões.

Isso ocorreu porque a alta das commodities agrícolas no mercado fez com que os produtores americanos não precisassem recorrer tanto à ajuda governamental. O governo brasileiro pediu a redução desse teto para US\$ 12,5 bilhões.

Já os americanos querem, em contrapartida, a redução do teto das tarifas de importação para produtos industriais, dos atuais 35% para 12%.

Do encontro entre Lula e Bush também participaram o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, a secretária de Estado americana, Condoleezza Rice, a secretária de Comércio, Susan Schwab, o conselheiro Ed Gillespie, e Dan Fisk, membro do Conselho de Segurança dos EUA para a América Latina.

Enquanto Lula tinha encontros bilaterais na ONU com os chefes de governo de Polônia, Coreia do Sul, Timor Leste, República Tcheca e Alemanha, o chanceler Celso Amorim almoçou com os ministros das Relações Exteriores de Rússia, Índia e China (os países que formam o grupo chamado Bric), na residência oficial da representante brasileira da ONU, Maria Luíza Viotti. Na saída, Amorim registrou a disposição dos americanos para negociações no âmbito da OMC.

— Antes, eles (os americanos) falavam em subsídios agrícolas de US\$ 22 bilhões ao ano. Depois falaram em US\$ 17 bilhões. Agora os americanos falam em algo entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,5 bilhões. Foram os números mencionados pela secretária de Comércio dos EUA, Susan Schwab, com quem vou me encontrar amanhã (hoje).

Se o governo americano se aproximar dos US\$ 13 bilhões, haverá acordo. Aliás, como disse o presidente Lula, quanto mais eles se aproximarem do teto de US\$ 13 bilhões, mais facilmente chegaremos a um acordo.

Há um avanço inegável. Estamos num bom grupo, de países emergentes, e podemos fazer dessa união uma oportunidade de transformar a política e o diálogo com os americanos — avaliou Amorim, que também destacou a disposição da chanceler Angela Merkel, da Alemanha, de avançar as conversas do lado da União Européia.

Amorim também disse que, do lado brasileiro, há uma negociação quanto à flexibilização das tarifas de importação de produtos industriais, mas não informou quais são os números que estão sendo negociados.

— Esta é uma decisão delicada, e pretendemos levar em questão as sensibilidades brasileiras no setor industrial. Há setores mais sensíveis do que outros, de modo que será preciso atenção. Além disso, estamos trabalhando com um acordo que prevê cotas de importação, e nós dissemos aos americanos que não é justo que haja cotas de importação agrícolas e limites de valores de importação do lado deles, sem que haja o mesmo do nosso lado. Ou liberamos esses limites de importação ou mantemos dos dois lados — disse Amorim.

Referência indireta a Hugo Chávez

Depois do encontro com Bush, Lula saiu para o jantar com o secretáriogeral da ONU, Ban Ki-Moon, e outros 20 chefes de Estado e de governo, na sede da ONU. A secretária Susan Schwab concordou em ter hoje um novo encontro com o ministro Celso Amorim para detalhar melhor as negociações que ambos consideraram, segundo o ministro, como uma retomada dos entendimentos para chegar a um resultado positivo na Rodada de Doha.

— O diabo mora nos detalhes, e por isso as negociações de números e de cotas são tão delicadas — esquivouse Amorim.

Indagado sobre se os dois presidentes falaram de Hugo Chávez, da Venezuela, Amorim respondeu: — Eu diria que não... Mas Bush fez questão de elogiar a liderança moderada do Brasil no continente, o que sempre quer dizer uma referência indireta a Chávez, a não ser que a minha interpretação esteja errada

Lula anuncia na ONU novo plano contra desmatamento – O Globo – Capa – 26/09/2007

Brasil muda de posição mas não vai se comprometer com metas O presidente Lula anunciou ontem, em discurso na abertura da assembléia geral da ONU, que o Brasil terá um Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, com ênfase no combate ao desmatamento e na proteção da Amazônia. Lula ressaltou que justiça social é uma forma de lutar contra a degradação do planeta. Com o plano, o Brasil, sempre acusado de danos ambientais, sai da posição defensiva e assume compromissos para reduzir a emissão de poluentes mas sem fixar metas numéricas.

No plenário da ONU, a delegação brasileira distribuiu documento apenas listando medidas já tomadas pelo país contra a degradação do meio ambiente. Páginas 3 e 4

Lula anuncia plano ambiental – O Globo – O País – 26/09/2007

Presidente promete projeto contra desmatamento e defende justiça social e biocombustível

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu ontem a Assembléia Geral das Nações Unidas afirmando que desenvolvimento social e preservação do meio ambiente podem ser combinados para promover a redução das desigualdades, tanto no âmbito interno quanto internacional. Lula foi enfático na defesa da transformação da matriz energética mundial na direção dos biocombustíveis e no uso desta oportunidade para a redução do desequilíbrio econômico entre as nações.

Lula lançou duas propostas diante do plenário da ONU. A primeira foi o anúncio de que o Brasil terá um Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, cujos pontos centrais serão a ampliação do combate ao desmatamento e a proteção da Amazônia.

A outra proposta é internacional: a realização, em 2012, de uma nova Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, que Lula chamou de “Rio+20”: — O mundo não modificará sua relação irresponsável com a natureza sem modificar a natureza das relações entre desenvolvimento e justiça social. A equidade social é a melhor arma contra a degradação do planeta — disse.

O presidente brasileiro afirmou que o ônus do combate ao aquecimento global não pode se dar sobre os países em desenvolvimento. Para Lula, os biocombustíveis democratizam a produção de energia e promovem o desenvolvimento. Ao defender o etanol, disse que o produto não contribui para aumentar a fome no mundo: — A experiência brasileira de três décadas mostra que a produção de biocombustíveis não afeta a segurança alimentar. O problema da fome no planeta não decorre da falta de alimentos, mas da falta de renda que golpeia quase um bilhão de homens, mulheres e crianças. É plenamente possível combinar biocombustíveis, preservação ambiental e produção de alimentos.

Lula convocou a ONU a repensar as relações internacionais a partir do que chamou de “modelo de desenvolvimento global”: — Se o modelo de desenvolvimento global não for repensado, crescem os riscos de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes.

Lula exigiu a ampliação do protocolo de Kioto, com maior contribuição dos países desenvolvidos na redução da emissão de gases poluentes, e disse que o Brasil está fazendo o dever de casa, tendo reduzido o desmatamento da Amazônia.

No novo programa para o meio ambiente, Lula vai anunciar medidas de aumento de fiscalização do desmatamento na Amazônia e pretende acelerar parcerias na América Central para a produção de etanol.

Isto já acontece na Jamaica, que se tornou o segundo maior produtor do biocombustível depois do Brasil, e vai acontecer no Haiti.

O ministro Celso Amorim afirmou: — O Brasil está fazendo o dever de casa. Vamos aumentar a fiscalização da Amazônia para reduzir o desmatamento e evitar que a produção de etanol ameace a de alimentos. Vamos apoiar a uma Organização para o Meio Ambiente.

“Mais perto que nunca de um acordo histórico”

Ao final da visita, Lula demonstrou otimismo com o que chamou de “flexibilidade” do presidente americano, George W. Bush, ao negociar a redução dos subsídios agrícolas americanos: — Estamos mais perto de uma negociação do que do que em qualquer outro momento histórico.

Estou convencido de que ainda neste ano poderemos fechar a Rodada de Doha com tranquilidade, para felicidade de todos nós.

Lula lembrou o discurso de Bush na ONU como o reconhecimento de que o mundo precisa de mudança.

Mas muito se comentou que a disposição de Bush pode esbarrar no Congresso, dominado pela oposição democrata. O jornal Financial Times” afirmou que o mundo teria que esperar as eleições americanas para aprovar avanços na Rodada de Doha. Lula reagiu: — O mundo não pode esperar o resultado das eleições americanas para agir em relação ao meio ambiente. O governo americano e o povo americano estenderam isto. Saio desta conferência otimista. Está na hora de os países pobres terem acesso aos mercados dos países ricos, para a felicidade de todos nós — disse Lula.

Lula disse que a negociação sobre a abertura dos mercados agrícolas dos EUA e da União Européia entra numa fase decisiva para os países que compõem o chamado G-20,

liderados pelo Brasil, pela Índia, pela Rússia e pela China: — Os países mais pobres querem ter acesso ao mercado agrícola dos mais ricos. Os mais ricos querem abertura do mercado dos países mais pobres, e todos querem que o Brasil abra o seu mercado. O mundo está mais perto do que nunca de um acordo histórico.

Lula reuniu-se com o presidente da Indonésia, Susilo Yudhoyono, o líder da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, e o presidente francês, Nicolas Sarkozy. Do francês, recebeu apoio à proposta de reforma do Conselho de Segurança da ONU, com assento para o Brasil.

Cubanos em Minas – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 21/09/2007

Representantes de usinas cubanas chegam hoje a Minas Gerais para um "tour da cana" no Estado. Segundo o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Minas Gerais (Siamig), os cubanos querem trocar experiências no setor sucroalcooleiro. Cuba, que já foi um dos maiores exportadores globais de açúcar, vivencia o declínio deste setor. Usineiros de Minas deverão visitar as usinas cubanas no início do próximo ano.

Guiana quer etanol– Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 21/09/2007

O governo da Guiana está no Brasil em busca de cooperação técnica para estimular a produção local de álcool, segundo comunicado do Ministério da Agricultura. O ministro do Interior da Guiana, Clement Rohee, reuniu-se ontem (dia 20), em Brasília, com o ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, para ter mais informações sobre o programa nacional de combustíveis. Além do etanol, os ministros também discutiram os projetos de cooperação técnica em andamento, por meio da Embrapa, para a produção de caju e soja na Guiana e a possibilidade de instalação de um escritório em Georgetown, capital do país.

AGU olha estrangeiros – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 21/09/2007

A Advocacia-Geral da União (AGU) está preocupada com a compra de terras por estrangeiros na Norte do país, principalmente na Amazônia, segundo a Agência Brasil. O ministro da AGU, José Antônio Dias Toffoli, disse, quinta-feira, que a advocacia está revendo um parecer emitido há dez anos pelo órgão, que libera a venda de terras sem limite de área a estrangeiros. Segundo ele, naquela época, a AGU entendeu que a Constituição de 1988 não manteve uma lei da década de 70 que limitava a venda de terras a estrangeiros. "É uma análise que ainda estamos fazendo. Estamos verificando se realmente esse parecer está correto ou não. Ainda não chegamos a uma conclusão", ponderou.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

